



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ALÉM DOS MUROS DA ACADEMIA**  
**Sentido da história e trauma histórico na obra de Jörn Rüsen (1983 – 2013)**

Caio Rodrigo Carvalho Lima

Brasília, DF  
2016

Caio Rodrigo Carvalho Lima

**ALÉM DOS MUROS DA ACADEMIA**

**Sentido da história e trauma histórico na obra de Jörn Rüsen (1983 – 2013)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis.

Brasília, DF

Novembro de 2016

L732 Lima, Caio Rodrigo Carvalho.

Além dos muros da academia Sentido da história e trauma histórico na obra de Jörn Rüsen (1983-2013) / Caio Rodrigo Carvalho Lima; Orientação: Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis – Brasília, 2016.

Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

1. Jörn Rüsen. 2. Sentido da história. 3. Trauma histórico. 4. Humanidade.

I. Assis, Arthur Alfaix. II. Título.

## Folha de aprovação

Título: Além dos muros da academia Sentido da história e trauma histórico na obra de Jörn Rüsen (1983 – 2013)

Autor: Caio Rodrigo Carvalho Lima

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Dissertação aprovada em: \_\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis

Presidente (UnB / PPGHIS)

---

Prof. Dr. Itamar Freitas

Membro interno (UnB / PPGHIS)

---

Prof. Dr. Francesco Guerra

Membro externo (UFG / PPGHIS)

---

Prof. Dr. André de Melo Araújo

Suplente (UnB / PPGHIS)

## **Dedicatória**

*Às professoras e aos professores de história da Educação Básica brasileira, esses  
heróis calados.*

## **Agradecimento**

Sou grato inicialmente à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), sem cuja bolsa de pesquisa a mim agraciada eu jamais teria tido a oportunidade de voltar a morar em Brasília e, dessa forma, de estar mais próximo da Universidade de Brasília e do meu trabalho enquanto mestrando.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) na figura de seus secretários, Jorge Antonio Villela e Rodolfo Alfredo Nunes Jr., por todo o cuidado com que sempre tratam todos os mestrandos, doutorandos e demais necessitados de seus auxílios precisos e sempre muito dedicados.

Agradeço aos meus pais, Francisco Tarcísio Campelo Lima e Miriam Maria Carvalho Lima, por terem me impulsionado sem pensar duas vezes a vir a Brasília, e por todo o apoio financeiro que me deram durante os semestres em que estive sem bolsa de pesquisa. Agradeço especialmente à “mainha”, por ser esse exemplo máximo de mulher, a base sobre a qual construo tudo aquilo que sou e por representar o porto-seguro para o qual eu sei que posso voltar a qualquer momento. “Amor” não expressa o que sinto pela senhora, mãe. Às minhas irmãs, Cynthia Cinara Carvalho Lima e Priscila Carvalho Lima, agradeço por serem esses exemplos de pessoa de quem eu muito me orgulho de ser irmão.

Essa jornada de mestrado foi extremamente árdua, labiríntica e cheia de surpresas no meio do caminho. Eu não teria sido capaz de concluí-la sem o apoio daquelas e daqueles que sempre acreditaram em meu sucesso, em minha capacidade intelectual e sobretudo em minha resiliência. Agradeço à Fernanda Freitas, a melhor amiga com que o universo me presenteou. Sem você, amiga, os dias seriam apenas dias de trabalho, estudos e alimentação. Agradeço também à sua família, Fernanda, por ter me acolhido como se eu fosse fruto do mesmo ventre.

Agradeço especialmente a André Chacon, Dandara Moraes e Raul Damasceno, por estarem comigo durante um dos períodos mais dolorosos de minha vida, enquanto voltei a morar em Natal. Aos demais amigos (não são poucos, ainda bem!), eu agradeço do fundo do meu coração, pelas risadas, pelas bebidas, pelas festas e pela força e presença constantes em minha vida.

O ambiente acadêmico pode ser um verdadeiro teste para a paciência e força de vontade de um estudante que inicia no mestrado. Logo, agradecer aos mestres intelectuais que me trouxeram até aqui não é mais do que o reconhecimento de que, sem eles, eu provavelmente teria desistido no meio do caminho. Agradeço imensamente à Professora

Doutora Margarida Maria Dias de Oliveira, minha orientadora durante a minha graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por ter sido uma grande mestra e por seguir sendo uma eterna inspiração e orgulho para mim; uma espécie de guru para os meus pensamentos e para a minha vontade de superar todas as adversidades desse meio acadêmico. Agradeço também (e muito) ao Professor Doutor Itamar Freitas, por ter sido igualmente esse mestre intelectual que, ainda distante, esteve sempre presente em minhas reflexões e sempre o estará, em meu modo de ensinar e de aprender história. Impossível deixar de agradecer também ao próprio Professor Doutor Jörn Rüsen, cuja teoria se tornou o meu objeto de pesquisa, mas que, antes disso, em 2014 quando o visitei a Alemanha, recebeu-me tão abertamente em sua casa, indicando-me livros, entregando-me bibliografia e discutindo abertamente sobre suas próprias ideias e sobre o meu futuro no mundo da academia. A sua teoria da história é muito mais do que um objeto de pesquisa para mim; ela me serve como guia para a minha prática cotidiana, efetivamente.

Gratidão igualmente ao Professor Doutor Oldimar Cardoso, que com as suas leituras rápidas e precisas de meus textos e pensamentos soube me indicar o caminho para ser um “verdadeiro guerreiro Jedi”.

Sou grato também ao (quase) bibliotecário Phillipe Freitas por ter me auxiliado com a formatação do meu trabalho, munido de toda a paciência do mundo para explicar a esse acadêmico em formação, os melindres das regras potencialmente desencorajadoras dos trabalhos acadêmicos. Sem você, amigo, o que demorou apenas alguns dias provavelmente demoraria meses. Obrigado!

Aos amores e desamores do meio do caminho, agradeço por terem me forçado a colocar em prática todas as lições aprendidas com a teoria da história.

Por fim, mas definitivamente não menos importante, sou eternamente grato ao meu orientador, o Professor Doutor Arthur Alfaix Assis, por toda a paciência, leitura crítica e indicações precisas com que orientou o meu trabalho. Professor, eu sei que muitas vezes me perdi em meus próprios pensamentos, o que gerou um texto confuso e “truncado” demais. Sem o senhor, o material que eu apresento agora, por mais incipiente que seja, não teria um terço da qualidade que tem.

Portanto, que fique claro: os acertos são de todos vocês que estiveram comigo durante toda essa longa jornada. Os erros, obviamente, são todos e inteiramente de minha responsabilidade.

## **Resumo**

O presente trabalho analisa a teoria da história de Jörn Rüsen a partir de dois fios condutores: as categorias de sentido e trauma históricos. O objetivo é mostrar como, para Rüsen, o sentido da história não se vincula a uma teleologia metafísica do agir da humanidade, pois foi deslocado para o plano da ação individual. Examinamos esse deslocamento a partir da compreensão de Rüsen de que o sentido da história existe previamente à necessidade de reflexão humana sobre sua própria experiência temporal. Também relacionamos tal deslocamento com o modo com que Rüsen articula as narrativas históricas àquilo que ele chama de “constituição de sentido histórico”. Enfatizamos que, para o autor, o sentido da história adquire a qualidade maior de ser plural e elaborado mediante uma complexa relação entre os elementos pré-concebidos e aqueles provenientes do esforço subjetivo do ser humano de constituir novos significados para a sua ação individual. Sublinhamos, além disso, a preocupação de Rüsen com a categoria de humanidade como indicativa de uma comunidade ampla de comunicação formada por todos os seres humanos, e como base para a estruturação e manutenção de identidades num contexto histórico cada vez mais globalizado. Por fim, analisamos as consequências do referido deslocamento para a problemática do trauma histórico tal como desenvolvida pelo autor – a principal das quais é a conclusão de que a experiência que origina o trauma histórico não precisa necessariamente permanecer como um pesado fardo que bloqueia a constituição histórica de sentido para a ação individual (ainda que não seja possível esquecer o trauma, ou “destraumatizar-se”).

Palavras-chave: teoria da história; sentido da história; trauma histórico; humanidade.



## **Abstract**

### **Beyond the Walls of Academia: The Meaning of History and Historical Trauma in the Works of Jörn Rüsen**

This work analyses Jörn Rüsen's theory of history focusing on two main aspects: the categories of historical meaning (*Sinn*) and historical trauma. We aim to demonstrate how Rüsen relocates the issue of the meaning of history from a teleological metaphysics of humanity's action to the realm of individual action. The work examines this change in the way of assessing historical meaning stressing Rüsen's emphasis on meaning as something that exists in its own right before to any sort of reflection or articulation of historical consciousness, as well as his notion that historical narratives are produced in process he defines as "historical sense generation". For Rüsen, historical meaning\sense (*Sinn*) is generated out of a complex relationship between pre-conceived, objective elements of past experience and elements accruing from the subjective effort to constitute new meanings that could guide individual action in the present. We also underline Rüsen's concern with the category of humanity as a broader community of communication comprised by all human beings, which for him can be a solid basis for the process of making and maintaining identities within a complex and globalized historical context. Finally, we analyze the consequences of Rüsen's way of dealing with historical meaning to the issue of historical trauma. In this regard, we will explore Rüsen's conclusion that the experience of historical trauma must not remain as a heavy burden that obstructs historical sense generation for the individual action.

**Keywords:** philosophy of history; sense of history; historical trauma; humanity.

## *Sumário*

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
A Ciência Social Histórica .....	14
As críticas à racionalidade moderna.....	17
O enfrentamento do passado nazista e os desafios impostos à ciência histórica.....	21
Sentido da história e trauma histórico na obra de Jörn Rüsen (1983 – 2013).....	25
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>27</b>
<b>A constituição histórica de sentido: entre o pré-concebido e a elaboração</b>	
<b>subjativa .....</b>	<b>27</b>
O sentido da história na obra de Jörn Rüsen (1983 – 2013): entre a constituição	
histórica de sentido (Sinnbildung) e a crítica ao pensamento de Max Weber.....	31
A consciência histórica e o sentido pré-formado na vida prática.....	36
Entre Max Weber e Jörn Rüsen: o caos e a orientação prévia .....	45
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>50</b>
<b>A constituição narrativa do sentido histórico .....</b>	<b>50</b>
O que caracteriza as narrativas históricas?.....	53
A tipologia da constituição histórica de sentido.....	60
O sentido histórico na teoria da história de Rüsen: entre o humanismo e o universal	
.....	66
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>73</b>
<b>A ausência de sentido como possibilidade de se constituir sentido histórico.....</b>	<b>73</b>
Memória e consciência histórica na definição da identidade .....	74
Tempo da história, tempo do trauma.....	81
A experiência catastrófica entre o trauma e o passado perturbador .....	86
Luto e perdão: horizontes possíveis?.....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>103</b>

## INTRODUÇÃO

Por que estudar história? Qual a função desse conhecimento na sociedade atual? É garantido por lei o estudo dessa disciplina nas escolas durante toda a Educação Básica brasileira. Entretanto, pouco se observa, em debates acadêmicos, a discussão acerca do porquê de se manter a disciplina histórica nos currículos e nas próprias universidades, como curso de formação profissional<sup>1</sup>. Ou, pelo menos, pouco se observava. Nos últimos anos vem se intensificando, nos círculos acadêmicos, a discussão sobre a função social da história. Uma série de movimentos sociais progressistas e conservadores têm eclodido e cobrado para si legitimidade, com recurso ao conhecimento histórico.

No Brasil e no exterior, as fortes demandas sociais em torno de questões que tocam em consequências de determinadas experiências do passado podem ser vistas como um dos fatores para o crescimento dos debates acadêmicos em torno da função social da história<sup>2</sup>. Em nosso país, especificamente, podemos apontar as crescentes discussões em torno do passado da Ditadura Militar, as quais tangem desde a sua qualificação (Ditadura “civil”-militar), chegando até mesmo à própria periodização desse período do passado

---

<sup>1</sup> Reconhecemos a existência no Brasil de uma ampla área de estudos voltada para o ensino de história. O que apontamos, entretanto, é que grande parte desses estudos ainda se centra naquilo que foi apontado por Margarida Oliveira como sendo a “historiografia da falta”. Poucos estudos em ensino de história estão focados na epistemologia da história, em si, e em como esta dialoga, tanto com a academia, quanto com o ambiente escolar. Desde que a teoria da história de Rüsen foi traduzida para o português, em 2001, esse cenário começou a mudar, notadamente com os estudos orientados por Maria Auxiliadora Schmidt, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Por mais que Rüsen ofereça aos estudos em ensino de história uma teoria da história preocupada com a constituição do conhecimento histórico para além dos muros da academia, algumas dessas pesquisas atuais ainda refletem aquilo apontado por Oliveira. Ver: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História*. Aracaju: Editora UFS, 2011 (esp. p. 115-116). Para a leitura de alguns trabalhos orientados por Schmidt e que dispõem da teoria da história de Rüsen como fundamentação teórica, ver: COMPAGNONI, Almir Muncio. *“Em cada museu que a gente for carrega um pedaço dele”*: compreensão do pensamento histórico de crianças em ambiente de museu. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009; GERMINARI, Geysa Dongley. *A história da cidade, consciência histórica e identidades de jovens escolarizados*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010; GREDEL, Marlene Teresinha. *De como a didatização separa a aprendizagem histórica do seu objeto*: estudo a partir da análise de cadernos escolares. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009; MEDEIROS, Daniel Hortêncio de. *A formação da consciência histórica como objetivo do ensino de história no ensino médio*: o lugar do livro didático. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

<sup>2</sup> O historiador alemão Rolf Schröken se dedicou extensivamente a estudar as funções sociais da história em sociedade, para muito além daquilo que é produzido na academia. O autor destacou, em média, sete funções sociais para a história. Ver: SCHRÖKEN, Rolf. *Begegnungen mit Geschichte*. Vom außerwissenschaftlichen Umgang mit der Historie in Literatur und Medien. Stuttgart: Klett-Cotta. 1995; SCHRÖKEN, Rolf. *Geschichte in der Alltagswelt*: wie uns Geschichte begegnet und was wir mit ihr machen. Stuttgart: Klett-Cotta. 1981.

brasileiro<sup>3</sup>. Em se tratando de elementos do passado ocidental, destaca-se a discussão em torno das consequências da Segunda Guerra Mundial, sobretudo no que se refere ao Holocausto e suas reverberações no estudo, na pesquisa e na prática docente da disciplina histórica. É exatamente no contexto de discussões sobre a função social da história no contexto atual de globalização e tratamento de eventos problemáticos como o Holocausto que se destaca a obra de Jörn Rüsen.

Mesmo assim, a sua obra ainda é singular no tratamento das questões funcionais do conhecimento histórico científico. Afirma-se, dessa forma, que o pensamento de Jörn Rüsen é próprio de um esforço específico de fazer dialogar, conhecimento histórico científico e conhecimento histórico não científico. Nesse particular, é mister reconhecer a sua teoria da história como uma teoria que reconhece a amplitude das relações entre o conhecimento histórico e a sociedade em que tal conhecimento se produz. O modo com que Rüsen desenvolve sua teoria da história, por mais que seja devedor de uma longa tradição (notadamente no círculo historiográfico alemão), reinsere uma maneira de pensar a relação entre ciência da história e sociedade que termina por torná-la singular. Para o pensador alemão, antes de ser uma disciplina científica, a história é uma forma de os seres humanos se enxergarem no tempo, de definirem a si mesmos e aos outros; trata-se, enfim, de um meio que possibilita aos seres humanos o assenhorar-se do tempo, o caminhar racional e razoável através deste.

As narrativas históricas, na concepção de Rüsen, possuem uma função muito clara em todas as sociedades, qual seja: a de fornecer orientação temporal. “Orientação” deve ser entendido aqui em sentido literal: é contando histórias que os seres humanos decidem o que fazer “em seguida” e como querem perspectivar os seus próprios futuros. Vê-se assim como a teoria da história de Rüsen está preocupada com a história para muito além da historiografia acadêmica. No entanto, uma das singularidades do pensamento de Rüsen reside no fato de que ele também se preocupa com a legitimidade científica da história,

---

<sup>3</sup> Para uma leitura inicial sobre questões que tangem o debate sobre a Ditadura Militar, desde uma leitura mais ampla e geral sobre o período, até artigos que discutem a transição brasileira e a própria adjetivação enquanto ditadura “civil”-militar, ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1987; ARTURI, Calos S. O debate teórico sobre a mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17, p. 11-31, 2001; CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 83-106, 2005; FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n° 47, p. 29 – 60, 2004; FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 28, n° 47, 2012; REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

principalmente frente às demais ciências sociais e humanas que possuem o passado como fonte para as suas afirmações.

Dessa forma, ao aprofundamo-nos no estudo de sua teoria da história, aprofundamo-nos também no estudo de um pensamento voltado para indicar uma função do conhecimento histórico acadêmico no mundo atual. Para Rüsen, a disciplina acadêmica “História” dispõe de um arsenal considerável de meios para indicar caminhos futuros à humanidade. Ela dispõe, sobretudo, de uma forma metodologicamente privilegiada para se observar os próprios seres humanos através do tempo, o que a tornaria responsável por avaliar propostas de futuro e de orientação para além do nível individual (e é tempo de os profissionais da história tomarem para si tal responsabilidade).

Concomitantemente preocupada com a orientação pessoal e com a orientação para a humanidade, a teoria da história de Rüsen é, portanto, uma proposta ousada e conciliadora de muitas influências, tradicionais e modernas, que dizem respeito às formas de pensar a história. Observá-la mais de perto é uma oportunidade ímpar para se compreender o atual estado da arte dos debates em teoria da história, bem como para ter contato com o pensamento de um historiador alemão que desenvolveu suas propostas no fogo cruzado das discussões sobre como lidar com acontecimentos traumáticos como o do Holocausto. Antes, uma breve leitura sobre a trajetória intelectual desse autor se faz interessante para que possamos alocar melhor a sua própria obra no contexto de sua produção.

Nascido em 1938, Jörn Rüsen seguiu sua formação acadêmica pelas áreas da história, filosofia, pedagogia e literatura alemã na Universidade de Colônia, na Alemanha. Esse período iniciou-se em 1958 e foi concluído em 1966, ano em que obteve o título de doutor ao defender um trabalho sobre Johann Gustav Droysen. A partir de então, ele percorreu algumas universidades alemãs, até ocupar a cadeira de professor de História Moderna na Universidade de Bochum (1974 – 1989). Entre os anos 1989 e 1997, Rüsen trabalhou como professor de história geral, com ênfase em teoria da história, na Universidade de Bielefeld. Foi na década de 1990 que ele se tornou membro do Instituto de Ciências da Cultura (*Kulturwissenschaftliches Institut*), em Essen (1993 – 1994) e participou, como professor visitante, do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Stellenbosch, na África do Sul, em 1996. Entre 1997 e 2007, Rüsen atuou como presidente do Instituto de Ciências da Cultura.

O seu trabalho alcançou grande reconhecimento internacional, tendo parte de sua obra e vários artigos sido traduzidas para cerca de vinte idiomas (destaque-se as traduções

para línguas não ocidentais, sobretudo o chinês e o coreano, o que é sinal do interesse desse autor em ampliar a zona de abrangência de seus postulados teóricos para além do ambiente eurocêntrico, ocidental e alemão). Rüsen faz parte do comitê editorial da revista norte-americana *History and Theory*, um dos periódicos científicos de maior relevância no que tange à teoria da história. Recentemente, em 2015, ele também recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Brasília – UnB. Em 2016, Rüsen recebeu mais uma vez este título, dessa vez concedido pela Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Em seu primeiro esforço de compilação de uma teoria da história, na década de 1980, já se pode observar o desenvolvimento e o posicionamento de Rüsen em relação a questões que lhes eram caras em seu tempo, seja no âmbito social da Alemanha dividida pelo muro de Berlim e pós-Holocausto nazista, seja no âmbito das discussões que envolviam a área “teoria da história”. Arthur Assis enxerga esse primeiro esforço teórico de Jörn Rüsen relacionado a um processo de desenvolvimento da história das ideias que vem desde o século XIX (podendo ser relacionado a pensadores como Wilhelm Dilthey, Jacob Burckhardt e, principalmente, Johann Gustav Droysen<sup>4</sup>). Não obstante, em 2013, ele lança o que compreendemos como sendo o “resultado final” deste esforço teórico da década de 1980<sup>5</sup>.

Objetivamos aqui, inicialmente, apresentar uma contextualização do período no qual Rüsen trouxe à tona este primeiro esforço teórico, o da década de 1980. Elaborar uma contextualização é interessante no sentido de compreendermos, para além do texto do autor, o que esteve envolvido com o seu momento de produção.

---

<sup>4</sup> Ver: ASSIS, Arthur Alfaix. Jörn Rüsens Geschichtstheorie und die Funktion der Form. *Erwägen, Wissen, Ethik*, v. 22, n. 4, p. 493-495, 2011 (esp. p. 493).

<sup>5</sup> Rüsen desenvolve a sua teoria da história em três livros, publicados durante a década de 1980, os quais somente receberam tradução para o português nos anos 2000, ver: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001; RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007; RÜSEN, Jörn. *História viva*. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Não obstante, em 2013, ele publica o que compreendemos aqui como a versão finalizada de sua sistematização sobre teoria da história, na qual ele insere questões que foram tratadas no decorrer dos anos 1980 até o 2013, bem como apresenta o resultado do desenvolvimento das discussões já apresentadas em seus primeiros trabalhos. Esse livro recebeu tradução para o português em 2015. Ver: RÜSEN, Jörn. *Historik: Theorie der Geschichtswissenschaft*. Köln: Böhlau, 2013; RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

## A Ciência Social Histórica

Emergente na Alemanha na década de 1970, a Ciência Social Histórica pode ser entendida como um movimento historiográfico que visou à discussão e superação de um historicismo, o qual sofria com a crise de legitimidade causada por críticas internas (à disciplina histórica) e externas (à prática dos profissionais desta disciplina) em finais do século XIX e durante as primeiras décadas do XX<sup>6</sup>. Frente a esta corrente específica – que precisa ser diferenciada de outra, responsável e envolvida com a modernização do pensamento histórico –, centrada nos acontecimentos da política e numa compreensão individualizante do passado, a ciência social histórica agiria de maneira contrária, voltando-se para as estruturas sociais e a possibilidade de generalização dos resultados da pesquisa. Acreditava-se, assim, alcançar uma visão ampla da sociedade, uma visão holística, que contasse não apenas com a descrição e a análise de acontecimentos políticos específicos, centrados nas figuras de determinados personagens históricos<sup>7</sup>. Tal proposta ganha fôlego e força com o surgimento da revista *História e Sociedade (Geschichte und Gesellschaft)* em 1975, na qual historiadores como Wolfgang J. Mommsen, Jürgen Kocka e Hans-Ulrich Wehler apresentam artigos, bem como discutem os problemas e as necessidades de superação relativas ao historicismo<sup>8</sup>.

Contudo, o principal ponto de discordância da ciência social histórica em comparação ao movimento historiográfico oitocentista, centrava-se na leitura do passado e sua relevância para a sociedade. Enquanto o historicismo se preocupava em buscar um sentido metafísico para o desenvolvimento da humanidade, a ciência social histórica estava mais preocupada com a crescente laicização e racionalização da vida social. Partia-se nesse segundo caso, conforme aponta René Gertz, da percepção de que o mundo havia

---

<sup>6</sup> Ver: GERTZ, René E. O historicismo e a moderna história social alemã. In: VARELLA, Flávia Florentino et al. (Org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 149-168 (esp. p. 151). Sobre o primeiro momento de crise do historicismo alemão, ver: PAUL, Herman. A collapse of trust: reconceptualizing the crisis of historicism. *Journal of the Philosophy of History*, v. 2, n. 1, p. 63-82, 2008. Nesse texto, Paul reconceitualiza a crise do historicismo enquanto uma “crise de crença”, isto é, uma crise que não apenas perpassa o âmbito acadêmico, como se costumava pensar, mas também alcança o valor social do conhecimento histórico.

<sup>7</sup> Para uma compreensão do historicismo em seu aspecto útil e desagradável, seu legado e seus problemas, ver: MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: VARELLA, Flávia Florentino. et al. (Org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 15-48.

<sup>8</sup> É importante levar em consideração o ambiente institucional no qual atuaram estes historiadores. Os dois últimos citados, Kocka e Wehler, lecionavam na Universidade de Bielefeld, levando à caracterização desse movimento historiográfico renovador como a “escola de Bielefeld”. Ver: WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. *História da historiografia*, v. 1, p. 19-44, 2008 (esp. p. 22).

sido “desencantado”<sup>9</sup> e, sendo assim, inviabilizavam-se aquelas concepções metafísicas, direcionadoras para um caminho sempre em progresso, que forneciam suporte ao historicismo. Não se deve pensar, contudo, que com esse tipo de argumentação os historiadores sociais terão abandonado a ideia iluminista de progresso. Pelo contrário, a crítica direcionava-se, ao modo com que essa ideia de progresso era articulada pelos historicistas, e não à ideia de progresso propriamente dita. Os historiadores agora haveriam de explicar o passado em termos causais, evitando narrativas individualizantes. Com isso, deslocava-se a interpretação do passado, dos indivíduos e dos acontecimentos singulares, para as estruturas e as possibilidades de generalização destas (aproximando-se, assim, a história das ciências sociais).

Um detalhe importante nessa diferenciação entre as duas correntes historiográficas diz respeito ao aspecto metodológico. Assumir que o historicismo enfrentou, no século XX, crises de legitimidade não significa ignorar, conforme argumentam Estevão de Rezende Martins e Arthur Assis<sup>10</sup>, a contribuição dada por historiadores historicistas para o desenvolvimento da teoria, da metodologia e da pesquisa históricas. Por outro lado, também é importante reconhecer que a ciência social histórica se propunha inovadora no que tange a aspectos metodológicos. Pode-se afirmar, como o fez Gertz, que o historicismo “tinha atribuído papel fundamental à *compreensão* empática, ao *Vestehen*”, e que isso em boa medida dependia da capacidade do historiador de transferir-se, praticamente, “para dentro da cabeça dos atores da época”. Em contraposição a isso, a ciência social histórica criticava o fato de essa orientação metodológica ser individualizante e não intersubjetiva<sup>11</sup>. Isso acarretava, pois, a leitura de que até mesmo as camadas mais coletivas e complexas da população de um determinado espaço teriam sido carregadas historicamente por entidades não-humanas, a exemplo das Nações ou dos Estados. A essa limitação metodológica, Gertz apresenta, como resposta da ciência social histórica, a *explicação* causal (*Erklären*)<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> Ver: GERTZ, René E. O historicismo e a moderna história social alemã, p. 153.

<sup>10</sup> Martins argumenta que o historicismo alemão construiu as bases a partir das quais o conhecimento histórico se tornou ciência, isto é, seus métodos de pesquisa e maneira específica de elaborar interpretações, ver: MARTINS, Estevão. Historicismo: o útil e o desagradável, p. 42. Arthur Assis, nessa esteira de pensamento, afirma em seu texto sobre Johann Gustav Droysen, um dos expoentes de maior influência desta corrente de pensamento histórico, que o historicismo compôs “entre outras coisas, uma descrição geral do que está em jogo na prática historiográfica, a qual, na minha opinião, é até hoje uma das melhores ofertas disponíveis no mercado da teoria da história”. In: ASSIS, Arthur Alfaix. A didática da história de J. G. Droysen: constituição e atualidade. *Revista Tempo*, v. 20, p. 1-18, 2014 (esp. p. 18).

<sup>11</sup> Ver: GERTZ, René E. O historicismo e a moderna história social alemã, p. 153.

<sup>12</sup> Não demorou muito tempo, contudo, até surgirem as primeiras críticas a este movimento historiográfico. Por volta de uma década depois do surgimento da revista, alguns dos próprios fundadores apresentaram



As mudanças e questões trazidas pela ciência social histórica são levadas em consideração por Rüsen. Contudo, ele não deixa de se referenciar a toda uma tradição historicista, aquela responsável e preocupada com a modernização do pensamento histórico. Um dos principais tópicos desta tradição, portanto, foi justamente a inserção da história na qualidade de ciência e, com isso, de um saber aberto sempre à modernização e ao questionamento de pressupostos e verdades anteriormente estabelecidas. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que Rüsen reconhece as limitações de uma ciência da história historicista apontadas pela ciência social histórica, ele não perde de vista que “o Historicismo estabeleceu o “paradigma” daquilo que até hoje se considera a moderna Ciência Histórica<sup>13</sup>”.

Pensada dessa forma, reformulações teórico-metodológicas dentro da história não a tornariam “menos” científica; ao contrário, estas seriam pressupostos da cientificização. Sua teoria, ao apresentar uma proposta de matriz disciplinar na qual dialogam vida prática e historiografia (como resultado da pesquisa histórica), traz para o cerne de suas preocupações a relação entre os infinitos sentidos constituídos a partir do passado pela vida prática, ao mesmo tempo em que os relaciona com o fazer dos historiadores profissionais – responsabilizando-os também, em certo nível, pela análise das mais variadas formas de se produzir conhecimento histórico, que escapam à academia<sup>14</sup>. Com isso, acredita-se, ele adere a crítica dos historiadores desse novo movimento historiográfico sem, com isso, cair no que Gertz chama de “exageros do anti-historicismo<sup>15</sup>”. Interessa-nos discutir a obra de Jörn Rüsen sob a lógica da reinserção de uma série de debates caros à tradição historicista, ao mesmo tempo em que a observamos como um esforço para se considerar as críticas feitas por movimentos historiográficos como o da ciência social histórica alemã

---

críticas contundentes à nova escola. O principal problema que se observava, pois, era a “inversão completa” de valores entre o historicismo e a ciência social histórica. Em outras palavras, era como se, para se legitimar esta última tivesse trilhado um caminho totalmente oposto àquela primeira. Este caminho, contudo, provou não ser o mais adequado, levando, portanto, à crise poucos anos após o surgimento de tal corrente historiográfica. A inadequação deste caminho estava naquilo que Gertz chama de “exageros do anti-historicismo”, inclusive, referente à definição clara e precisa do que fora este movimento. Neste aspecto, Gertz chama a atenção para a necessidade de se diferenciar “os historicismos”. Ver: GERTZ, René E. O historicismo e a moderna história social alemã, p. 163.

<sup>13</sup> GERTZ, René E. O historicismo e a moderna história social alemã, p. 162.

<sup>14</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 35.

<sup>15</sup> GERTZ, René E. O historicismo e a moderna história social alemã, p. 161.

## As críticas à racionalidade moderna

Até então, tratamos de um ambiente de crítica a elementos da tradição historicista alemã dentro da própria Alemanha. Levaremos em consideração, agora, o contexto externo de crítica à cientificidade do conhecimento histórico, o que nos direciona para o protagonismo crítico dos movimentos intelectuais que, apesar de serem de difícil concatenação, podem ser organizados em torno da ideia de “virada linguística” e do “pós-modernismo”. Este contexto, incrivelmente amplo, de facetas múltiplas e complexas, é definido conceitualmente por Beverley Southgate como esse “arquétipo de camaleão, de finais do século XX e início do século XXI”, percebido, em relação à teoria da história, “como um potencial libertador das restrições e ortodoxias modernistas e um estímulo ao nihilismo cínico, o qual ameaça terminar com a história enquanto disciplina em si<sup>16</sup>”.

O contexto no qual surge este movimento não pode ser dissociado das crises pelas quais a sociedade Ocidental, sobretudo a europeia, passou no decorrer do século XX. Dentre todos os acontecimentos deste período, frisar o Holocausto, bem como a Segunda Guerra Mundial, é essencial. Estes acontecimentos foram lidos de maneiras bastante variadas, dentre elas como tendo decorrido de uma leitura individualizante de mundo, de uma leitura que partia de premissas ontológicas, nas quais existiria praticamente uma força metafísica regendo o caminhar da história. Logo, tal pensamento justificaria uma determinada nação agir mediante a ideia de que ela deteria tal “caminhar”.

Inseridas nesse contexto de descrença, noções como progresso e a própria categoria de sentido da história sofrem críticas contundentes no decorrer da segunda metade do século XX e, com elas, a própria caracterização da história enquanto ciência sofre danos severos, porém, não irreparáveis. Aspectos estéticos e políticos da narrativa histórica foram destacados, em detrimento de seu aspecto metodológico e do avanço cognitivo preconizado por aquelas narrativas históricas cientificamente orientadas, que foram relegados ao segundo plano de tal forma que a escrita da história passa a poder ser considerada, no limite, como um gênero literário. Esse processo ficou conhecido como “virada linguística” e tornou-se um dos focos de debate da teoria da história. Examinar a trilogia elaborada por Rüsen enquanto fruto deste contexto é essencial para se compreender a concepção sentido e trauma por ele elaboradas.

---

<sup>16</sup> Ver: SOUTHGATE, Beverley. Postmodernism. In: TUCKER, Aviezer (org.). *A companion to the philosophy of history and historiography*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 540-549 (esp. p. 540), tradução nossa.

Um dos livros mais emblemáticos deste debate é *Metahistória* de Hayden White, lançado em 1973. O autor apresenta, segundo Southgate, a ideia de que os eventos do passado estariam, eles mesmos, desprovidos de sentido para o presente. Logo, quaisquer tentativas dos historiadores de dotá-los de sentido não passariam de uma articulação simbólica de suas próprias mentes, uma vez que o que determinado acontecimento significou para o tempo pretérito não pode mais ser alcançado. Assim, “linguagem e convenções retóricas”, pertencentes ao tempo do intérprete, “necessariamente circunscreverão os modos de representação disponíveis para os historiadores”, ocasionando, portanto, a conclusão de que “qualquer história dotadora de sentido, ou narrativa, será, se não arbitrária, na melhor das hipóteses contingente – não *encontrada* no passado, mas sim *imposta* a ele<sup>17</sup>”.

De fato, de acordo com Chris Lorenz, White teria “argumentado que os fatos da história não limitam a liberdade do historiador de os ‘narrativizar’<sup>18</sup>”. Dessa forma, White teria aberto o caminho para uma série de críticas à cientificidade da história e ao método histórico pelas vias do caráter narrativo de sua produção de conhecimento. O pensamento de White está em continuidade com a crítica feita por Nietzsche à história oitocentista, mais precisamente à corrente do historicismo alemão preocupada majoritariamente com a legitimação histórica das nações e dos impérios de seu tempo. Tal função social da história fora apontada por Nietzsche como sendo de nenhuma serventia à vida e isso pavimentou o caminho para que teóricos como White advogassem em torno da ideia de que “qualquer coisa vale”, quando se trata das afirmações destes profissionais sobre o passado (ou *anything goes*, como afirma Chris Lorenz<sup>19</sup>), o que não implica em dizer que a estes profissionais estaria disponível a possibilidade de criar fatos. Uma vez que, no limite, as afirmações dos historiadores se baseiam nas suas próprias subjetividades, pouco importando as balizas impostas pela metodologia científica, a história não pode ser

---

<sup>17</sup> Ver: SOUTHGATE, Beverley. *Postmodernism*, p. 541, tradução nossa.

<sup>18</sup> LORENZ, Chris. *History and theory*. In: WOOLF, Daniel; SCHNEIDER, Axel (Org.). *The Oxford history of historical writing*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 13-35 (esp. p. 24), tradução nossa.

<sup>19</sup> Ver: LORENZ, Chris. *History and theory*, p. 25. Sobre a crítica de Nietzsche aos historiadores historicistas de seu tempo, ver: NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: \_\_\_\_\_. *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005. Para uma leitura de tal crítica, tendo como base a teoria da história de Rüsen enquanto possível resposta atualizada, ver: DE JONG, Henk. Historical Orientation: Jörn Rüsen’s Answer to Nietzsche and his Followers. *History and theory*, v. 36, n. 2, p. 229-243, 1997. Para ter acesso a críticas do próprio Rüsen à pós-modernidade, ver: RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da “nova-transparência”. *História: questões e debates*, v. 10, n. 18/19, p. 303-328, 1989; RÜSEN, Jörn. História entre a modernidade e a pós-modernidade. *História: questões e debates*, v. 14, n. 26/27, p. 116-131, 1997.

considerada uma ciência<sup>20</sup>. Tal possibilidade interpretativa, que aloca a história como mais um gênero literário, transformando todo o esforço metodologicamente orientado do historiador de produzir conhecimento reconhecível por uma comunidade mais ampla, uma comunidade de cientistas propriamente dita, foi chamado por Carlo Ginzburg de “irracionalismo estetizante<sup>21</sup>”.

A obra de Rüsen deve ser observada, tendo em vista esse contexto externo de crítica, como uma que, ao revalidar elementos da tradição historicista, não abandona a ideia de que a história pode ser considerada ciência, ao passo que relaciona o conhecimento histórico científico à sua vertente não científica. Sua vinculação à longa tradição de pensadores preocupados em formular uma teoria atenta à função social da história, uma *Historik*, da qual Droysen é a principal referência, atesta alguns pressupostos historicistas de sua teoria, os quais dizem respeito não apenas às questões de método, mas também a fatores didáticos e existenciais de orientação humana no tempo<sup>22</sup>. Para Pedro Caldas, a teoria de Rüsen mostra, ao longo do tempo, “uma tentativa de atualizar a ideia alemã de cultura formada na esteira da Universidade de Berlin em 1810 e no pensamento histórico do século XIX”, sem, entretanto, “desconsiderar o impacto traumático da Segunda Guerra Mundial<sup>23</sup>”. Essa “atualização” à qual Caldas se refere remete à consideração dada por Rüsen às críticas historiográficas feitas tanto pelos pós-modernos, num contexto geral, quanto pela ciência social histórica, contextualizada nacionalmente.

---

<sup>20</sup> Alguns teóricos pós-modernos são ainda mais céticos. Ver, por exemplo, o historiador inglês Keith Jenkins, para quem não importa “o quanto a história seja autenticada, amplamente aceita ou verificável, ela está fadada a ser um constructo pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como ‘narrador’”. JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 32.

<sup>21</sup> Ginzburg elabora a sua crítica ao debater com Michel Foucault e defender a ideia de que é possível, sim, analisar o pensamento de um indivíduo historicamente localizado e pertencente a uma cultura não culta e não letrada, o Menocchio, sem que isso seja sinônimo de reduzir a sua vivência a uma razão “estranha a ele”. Ginzburg, portanto, recusa-se a fazer com Menocchio o que afirma Foucault ter feito com Pierre Rivière, quer dizer, destacar a personagem de sua historiografia de uma possibilidade de análise e interpretação justamente em sua excentricidade e alocá-lo enquanto um “homem sem cultura [...] um animal sem instinto [...] um ser mítico, um ser monstruoso, impossível de ser definido porque estranho a qualquer ordem nomeável”. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Schwarcz, 1987 (esp. p. 23).

<sup>22</sup> A *Historik* como proposta teórica específica pode ser observada em seu livro mais recente, de 2013. Contudo, a própria noção de conhecimento histórico científico possuir uma função cognitiva, bem como didática, pode ser já observada no terceiro livro de sua trilogia da década de 1980. Ver: RÜSEN, Jörn. *Teoria da história*, 2013; RÜSEN, Jörn. *História viva*, 2007. Além disso, uma leitura do próprio Rüsen sobre a tradição da *Historik* pode ser acessada em: BLANKE, Horst Walter; FLEISCHER, Dirk; RÜSEN, Jörn. *Theory of history in historical lectures: the German tradition of Historik, 1750-1900*. *History and Theory*, v. 23, n. 3, p. 331-356, 1984.

<sup>23</sup> CALDAS, Pedro Spinola Pereira. A atualidade de Johann Gustav Droysen: uma pequena história de seu esquecimento e de suas interpretações. *Locus*, v. 12, n. 1, p. 95-111, 2006 (esp. p. 96).

É nesse sentido que Wiklund argumenta Rüsen teria começado a desenvolver sua teoria da ciência histórica como uma:

Meta-perspectiva que permitiria reflexão e justificativa histórico-racional na modelagem de um novo paradigma. Tal perspectiva não poderia meramente ser a teoria de um novo paradigma, mas devia ser capaz de lidar com diferentes paradigmas da ciência histórica, tais como o *Historismus*, o positivismo, o marxismo, a hermenêutica e a *Gesellschaftsgeschichte*, como alternativas possíveis<sup>24</sup>.

Ao partir das críticas feitas aos paradigmas anteriores, Rüsen propõe o surgimento de um paradigma renovador, isto é, capaz de dialogar com as diferentes propostas disponíveis, em prol de elaborar diálogo entre elas e desenvolver algum tipo de conciliação. A proposta de Rüsen de revalidar uma teoria da história nos moldes da *Historik* de Droysen é vista por Allan Megill como um resultado da reorientação intelectual da historiografia alemã de finais da década de 1960 e início dos anos 1970<sup>25</sup>. Por isso, não deve ser surpreendente o fato de, em sua teoria, ressurgirem as categorias de progresso e sentido, bem como a crença em ideias orientadoras do agir e sofrer humano no tempo. Não obstante, Rüsen o faz por meio de uma “teoria da narrativa histórica”; ou seja, ele não renega o caráter narrativista e construtivista do pensamento histórico. Ao contrário, parte deste para a elaboração de toda a sua teoria da história. Rüsen defende veementemente a categoria de humanidade e os direitos humanos, como perspectivas temporais capazes de estabelecerem algum tipo de unidade frente à diversidade e ao multiculturalismo presentes no mundo atual. Observa-se, portanto, que “isso desemboca numa reabilitação da clássica filosofia da história”, a qual não deve tomar forma no mundo de hoje, sem que se leve em consideração os perigos do etnocentrismo e a inserção desta no contexto atual de globalização<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Ver: WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental, p. 24.

<sup>25</sup> Para Megill, Rüsen, ao aproximar-se do pensamento de Droysen, foi capaz de realizar dois feitos: primeiro, mostrar que Droysen, longe de ser apenas um apologista da ordem existente em seu tempo, encontrava-se profundamente preocupado com os “movimentos políticos progressivos e emancipatórios de seu próprio tempo, dessa forma sugerindo a legitimidade de uma historiografia crítica e emancipatória para o nosso tempo”; segundo, Rüsen foi capaz de enxergar na *Historik* de Droysen um modelo de teoria da história preocupada com a autorreflexão na historiografia. A partir desses dois feitos, por fim, ao voltar-se para este autor oitocentista, Rüsen encontrou o “modelo exemplar de seu próprio projeto de historiografia autorreflexiva”. Ver: MEGILL, Allan. Jörn Rüsen’s Theory of Historiography between Modernism and Rhetoric of Inquiry. *History and Theory*, v. 33, n. 1, p. 39-60, 1994 (esp. p. 45), tradução nossa.

<sup>26</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014, p. 13.

Toda a reflexão acerca do debate intelectual que esse historiador trava, ainda não satisfaz a necessidade de contextualização de sua teoria, pois ela precisa ser relacionada com o contexto social mais local de sua produção, isto é, a Alemanha dos anos 1970 e 1980. O problema central desse período, no qual havia um muro dividindo o território alemão em duas partes e uma Guerra Fria entre as duas maiores potências do mundo naquele momento, era o enfrentamento do passado nazista. Isso acarreta a questão: como a teoria da história de Rüsen responde a esta demanda de seu tempo? Levar em consideração o desenvolvimento mais atual desta, durante os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000 é observar, também, como Rüsen relaciona as categorias de progresso, sentido, humanismo e direitos humanos, à de trauma, memória e *Vergangenheitsbewältigung* (“enfrentamento do passado”, em tradução livre).

A “presença do passado”, a que Lorenz se refere, tornou-se tema recorrente nos debates em teoria da história por volta do final da década de 1980 e no decorrer dos anos 1990 e 2000<sup>27</sup>. Isto é, anos de desenvolvimento, apresentação, discussão e finalização do projeto de teoria da história Rüsen nos moldes de uma *Historik*. Este caminho foi aberto e trilhado, portanto, em decorrência de uma série de críticas protagonizadas por teóricos do pós-modernismo, dentre os quais destacamos White, mas que também tiveram papel relevante no questionamento de padrões e modos de se fazer ciência, os quais correspondiam mais à sociedade que se formava no contexto pós-Segunda Guerra Mundial.

### **O enfrentamento do passado nazista e os desafios impostos à ciência histórica**

Situar Rüsen, nascido em 1938, em relação ao ambiente social alemão das décadas de 1960 e 1980 é relacioná-lo, também, a outros intelectuais, os quais são contemporâneos à sua geração. Intelectuais como Jürgen Kocka (1941-), Hans-Ulrich Wehler (1931-) e Jürgen Habermas (1929-) foram, se não grandes influências para a formulação de sua teoria, colegas de trabalho e referências intelectuais diretas ou indiretas. Estes intelectuais, em conjunto com Rüsen, pertencem a uma geração para a qual o passado nazista era latente e os caminhos e descaminhos da república que estava nascendo novamente, após a tentativa falha em 1918 que cedeu espaço para a ditadura de

---

<sup>27</sup> LORENZ, Chris. History and theory, p. 26.

Hitler, eram preocupações da ordem do dia<sup>28</sup>. Apesar de pertencerem à mesma geração, estes autores apresentaram visões e saídas diferentes sobre os descaminhos que a história e a Alemanha sofriram no período – Kocka e Wehler, por exemplo, foram dois grandes representantes da ciência social histórica, enquanto Rüsen, conforme apresentamos, apesar de dialogar com as críticas deste movimento historiográfico, não abandona completamente sua ligação intelectual com o historicismo.

O historiador Dirk Moses estudou a fundo as diferentes maneiras com que as gerações alemãs trataram do passado nazista, observando uma geração que foi educada ainda sob os moldes do Estado alemão nazista em decadência e outra que veio posteriormente, educada de tal maneira que foram abertas zonas de crítica à geração que lhe fora anterior<sup>29</sup>. Em seu livro, o autor divide duas gerações como portadoras de reflexões e problemas específicos em relação ao passado nazista: uma de 1945 e outra de 1968. A divisão foi feita tendo como base a data de nascimento destes intelectuais, na década de 1920 e inícios de 1930, os quais ainda viveram parte de suas vidas adultas sob o regime nazista e aqueles nascidos em meados de 1930 e início de 1940, os quais viveram a sua vida adulta já sob o novo regime republicano. Os problemas políticos e sociais relacionados ao nazismo se expressaram, portanto, de maneira diferente para essas gerações e Moses busca mostrar o quanto a geração de 1945, tida durante muito tempo como “a geração cética<sup>30</sup>”, desenvolveu e abriu o terreno intelectual para que a geração seguinte, da qual Jörn Rüsen faz parte, renovasse a tradição intelectual alemã.

Pouco se discute o fato de que, conforme aponta Moses, nunca foi atingido um consenso sobre “como se deve lembrar do Holocausto<sup>31</sup>”. Observar a teoria da história de Rüsen inserida no contexto de embate intergeracional sobre a lembrança deste acontecimento é compreender o quão complexo foi para o autor, na década de 1980, elaborar uma reflexão ampla sobre a história que desse cabo não apenas da cientificidade específica desta disciplina acadêmica, mas que tratasse sobretudo do diálogo entre

---

<sup>28</sup> Para uma leitura concisa sobre a história da Alemanha, ver: FULBROOK, Mary. *A concise history of Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

<sup>29</sup> MOSES, A. Dirk. *German intellectuals and the Nazi past*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

<sup>30</sup> Refere-se aqui à expressão cunhada por Helmut Schelsky, a qual descreveria uma geração desiludida, despolitizada e realista em demasia, opondo-se à abstração excessiva. Ver: MOSES, A. Dirk. *German intellectuals and the Nazi past*, p. 58.

<sup>31</sup> Ver: MOSES, A. Dirk. *German intellectuals and the Nazi past*, p. 2.

profissionais da história e sociedade no que diz respeito à possibilidade de se continuar pensando um “horizonte possível” e comum para a humanidade de maneira geral<sup>32</sup>.

Em algum nível, contudo, é possível, sim, falar de uma “reorientação política” no tratamento do Holocausto, obtida não sem duras penas e à base de discussões intelectuais amplas e complexas. Isto é, durante as referidas décadas, muito foi discutido, inúmeras questões foram levantadas em torno de “como lembrar o Holocausto” e, certamente, algumas delas obtiveram respostas capazes de suprir a necessidade de orientação no tempo apresentada por esta carência. À geração de 1945, entretanto, ficou relegado um espaço de ação muito pequeno, devido à presença de muitos professores universitários, os quais tiveram vinculação direta, ou relativa, com o nazismo e que, por motivos dos mais variados, continuaram em seus cargos. Isto implicava em uma zona de manobra muito pequena para os intelectuais dessa geração, haja vista seus professores exercerem poder de veto, sobretudo, às maneiras de pensar e enfrentar este passado<sup>33</sup>.

Além disso, havia questões emocionais que não devem ser perdidas de vista e que moldaram de certa forma o ambiente social no qual estas gerações – tanto a de 1945, quanto a de 1968 – cresceram e se profissionalizaram. Em relação à geração de 1945, contudo, o trauma do nazismo pesava sobre as suas cabeças de maneira tal que muitos, de fato, tornaram-se céticos e resguardaram-se nas esferas mais privadas de suas vidas, devido a essa “incapacidade de se lamentar<sup>34</sup>”.

O fio geracional que nos leva até Jörn Rüsen faz com que observemos o envolvimento deste autor com outros pensadores os quais, por sua vez, envolveram-se de alguma maneira com o Estado nazista. Rüsen, portanto, não se envolve diretamente com o nazismo, até porque ele nasce em 1938; porém, intelectuais relevantes em seu trajeto acadêmico fizeram parte de círculos universitários durante o período de vigência do nacional-socialismo. Sua tese de doutoramento, por exemplo, foi orientada pelo filósofo Rohrmoser, com a assistência constante de Theodor Schieder como praticamente um “co-orientador”. Schieder, contudo, foi um dos intelectuais de sua geração que defendeu

---

<sup>32</sup> Conforme demonstraremos nos capítulos de nosso trabalho, a teoria da história de Rüsen se preocupa não apenas em demonstrar a cientificidade específica da história praticada metodologicamente, mas também em demonstrar a sua relação com as demais formas de narrativas históricas, não científicas. Interessa a Rüsen, além disso, reabilitar a possibilidade de se pensar o “todo”, o humano enquanto baliza para as afirmações dos próprios historiadores.

<sup>33</sup> Moses explica a questão da seguinte maneira: “a extensão da cumplicidade dos professores universitários com o passado nazista era, na maioria das vezes, desconhecida e, de qualquer modo, era mais ou menos impossível de desafiar, aberta ou até mesmo em privado, um professor universitário alemão, tamanho eram o seu poder e prestígio”. MOSES, A. Dirk. German intellectuals and the Nazi past, p. 65, tradução nossa.

<sup>34</sup> Ver: MOSES, A. Dirk. German intellectuals and the Nazi past, p. 59.



enfaticamente a invasão nazista à Polônia. Mais tarde, segundo Moses, os alunos de intelectuais como Schieder fariam parte do grupo de pessoas criticadas pela geração de 1968 por não terem se levantado contra os seus passados relacionáveis com o nacional-socialismo.

Associar, nesse sentido, de maneira simplista, o contato de determinado intelectual com aspectos de um passado traumático – no caso, o do Holocausto –, tornando-o, de certa forma, moralmente responsável pelo acontecimento, além de equivocados, impede-nos de observar uma série de questões mais sérias e complexas relacionadas à produção intelectual deste sujeito envolvido. No caso da teoria da história de Rüsen, preocupada com as consequências do passado no presente, no momento de constituição de sentido para a orientação na vida prática, tais questões surgiram e foram desenvolvidas no decorrer dos anos 1960 e 1970. Problemáticas tais como “como lidar com um passado traumático? Como gerar sentido a partir de tal experiência?”, são-lhe centrais. Descartar as potencialidades de sua obra devido a um envolvimento secundário deste pensador com o passado nazista seria descartar uma obra que busca, inclusive, repensar a função social da história frente a acontecimentos traumáticos como este (ao invés de tratá-la como “assunto encerrado”).

A apresentação deste contexto social no qual Rüsen esteve inserido no momento de formulação de sua teoria da história serve-nos de base para compreender algumas carências de orientação que estiveram presentes no momento de elaboração de sua própria teoria da história e às quais esta pode ser entendida como tentativa de resposta. As carências de orientação são, para Rüsen, os “pontos de partida” da consciência histórica em seu trabalho de constituição de sentido para ação humana no tempo. Sendo assim, é partindo-se das carências de orientação que Rüsen defende ser possível “constituir a ciência da história, ou seja, torná-la inteligível como resposta a uma questão, como solução de um problema, como satisfação (intelectual) de uma carência (de orientação)<sup>35</sup>”. O contexto no qual o autor esteve inserido no momento de elaboração de sua teoria da história, pois, revela-nos muito sobre as necessidades de reorientação em relação ao passado alemão, as quais Rüsen se propõe suprir com sua proposta abrangente de teoria da história.

---

<sup>35</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 30.

## **Sentido da história e trauma histórico na obra de Jörn Rüsen (1983 – 2013)**

É possível dividir a obra teórica de Rüsen, em pelo menos dois momentos distintos: um que se encerra com a publicação de sua trilogia sobre teoria da história, em 1989 e outro que se segue, nos anos 1990 e 2000, no qual a discussão acerca da “presença do passado” relaciona-se de tal maneira com a constituição de sentido histórico, que ela deixa de estar centralizada na ciência da história. A publicação de sua versão de uma *Historik* em 2013, por sua vez, pode ser entendida como um resultado da compilação dos debates, críticas e revisões feitas pelo próprio Rüsen à primeira versão de sua teoria da história. Não é à toa que, por exemplo, nos livros de sua trilogia há pouca ou quase nenhuma menção à palavra “trauma”, enquanto a problemática principal gravita em torno da cientificidade de uma teoria narrativista da constituição de sentido histórico.

O nosso trabalho propõe uma leitura ampla da teoria da história de Rüsen, e tem por fio condutor duas noções que lhe são fundamentais: sentido da história e a sua contrapartida, trauma histórico. Dividimos o nosso texto em três capítulos, dois dos quais dizem respeito ao “sentido da história” na teoria de Rüsen e um terceiro referente à categoria de trauma. No primeiro capítulo, a nossa análise da categoria de sentido da história na teoria de Rüsen está focada no aspecto de constituição prévia com que o autor compreende tal categoria. Pretendemos mostrar que o sentido da história é algo que sempre existe antes mesmo de os seres humanos serem impelidos a preencherem as suas próprias narrativas históricas com sentido e significado. O segundo capítulo, por sua vez, tem por objetivo trabalhar a própria categoria de narrativa histórica na teoria de Rüsen, apresentando-a enquanto a maneira privilegiada com que os seres humanos expressam os sentidos históricos constituídos para as suas próprias ações no tempo. Em outras palavras, no segundo capítulo apresentaremos como Rüsen entende a narrativa histórica como meio por excelência para se “capturar” os sentidos constituídos por meio do pensamento histórico.

Encerramos a nossa análise da teoria de Rüsen, no terceiro capítulo, com a categoria a qual consideramos ser a “contrapartida” do sentido da história: o trauma histórico. O trauma é uma experiência “sem sentido” e, ainda assim, é observada por Rüsen como possível base para a constituição de sentido histórico. Buscaremos mostrar que sentido e trauma históricos caminham juntos na teoria de Rüsen, muito embora por caminhos distintos - porém paralelos. O modo com que Rüsen enxerga tal paralelismo e,

com isso, propõe saídas para a sensação de perda de sentido ocasionada pela experiência traumática é o que mais nos interessa nesse capítulo.

Durante todo o trabalho, entretanto, apresentaremos a teoria da história de Rüsen enquanto uma teoria preocupada com o reestabelecimento da possibilidade de se pensar o geral, o amplo, o plural e o diverso, para além das nacionalidades e das individualidades de cada ser humano. Assim o faremos ao tratar, de maneira mais específica no segundo capítulo, mas transversalmente por todo o texto, das categorias de humanidade e utopia como estimulantes de um debate urgente na atualidade, qual seja: o da luta contra o etnocentrismo e contra as visões totalizantes e preconceituosas da história, da humanidade e dos povos.

## CAPÍTULO I

### **A teoria da história de Jörn Rüsen e a constituição histórica de sentido: entre o pré-concebido e a elaboração subjetiva**

Haveria, na história, um sentido? Reformulada, tal pergunta recebe outro conteúdo semântico, mas que versa sobre a mesma problemática, aquela em torno de um sentido para a história: estaria contido, no decorrer dos acontecimentos humanos no tempo, algum sentido, de tal forma que bastaria descobri-lo para encontrar também a sina do caminhar de toda a humanidade? Quase como se estivéssemos falando de uma bela dançarina coberta por inúmeros véus, os quais, quando retirados, revelariam a sua beleza e as suas formas tão características? E quando descoberta, inclusive, a dançarina revelar-nos-ia segredos jamais passíveis de serem confessados quando tão coberta daquela forma?

Não foram poucos os intelectuais que, no decorrer do tempo, debruçaram-se sobre a questão do sentido da história, sendo Jörn Rüsen um dos que tratam dessa categoria em tempos atuais. A sua proposta enquadra-se, pois, em um amplo painel passível de ser observado sob um ponto de vista mais distante, justamente para que consigamos visualizar os seus argumentos no contexto de um debate que vem de antes das décadas finais do século XX, quando Rüsen publica as suas primeiras obras que sistematizam uma proposta de teoria da história, trazendo consigo uma leitura acerca do “sentido da história”.

De acordo com Karl Löwith e Remo Bodei, antes mesmo do advento do calendário cristão, por volta do século II a.C., o historiador romano Políbio mostrou-se preocupado com uma “história universal” capaz de estudar os “grandes feitos” do passado e, com isso, compreender para onde caminhar a humanidade<sup>36</sup>. A principal preocupação de Políbio, segundo Bodei, encontrava-se na *natureza política* da compreensão histórica do tempo, isto é, o historiador romano quis desvendar a obra do “acaso” através da investigação do passado<sup>37</sup>.

Com o advento da era cristã, contudo, muitos pensadores atribuíram não mais à sorte a responsabilidade dos acontecimentos, mas a Deus e à Providência. Poder-se-ia

---

<sup>36</sup> Löwith e Bodei possuem abordagens diferentes sobre o tema, tendo este último dedicado especial atenção a uma abordagem mais didática sobre o tema, enquanto o primeiro buscou mostrar, de maneira mais detalhada, como tal problemática desenvolveu-se através do tempo, a partir de alguns pensadores, como Jacob Burckhardt, Karl Marx, Georg Hegel dentre outros. Ver: LÖWITH, Karl. *O sentido da história*. Portugal: Edições 70, 1991; BODEI, Remo. *A história tem um sentido?*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

<sup>37</sup> Ver: BODEI, Remo. *A história tem um sentido?*, p. 18.

estabelecer, então, como marco para essa mudança de perspectiva a obra de Santo Agostinho (século IV). Tal demarcação temporal quase chega a alcançar os tempos atuais, começando a perder força de convencimento somente em finais do século XIX e, bem mais, no decorrer do século XX, quando se pode dizer ter havido uma secularização generalizada da questão do sentido histórico dentro dos círculos acadêmicos institucionalizados<sup>38</sup>.

Não é à toa que, no decorrer do processo histórico o qual se convencionou chamar de História Moderna, a questão do sentido da história tenha sido relegada à filosofia da história, sofrendo forte influência da teologia, conforme aponta Löwith<sup>39</sup>. Até mesmo pensadores como Giambattista Vico (1668 – 1744), que se dedicou tão profundamente à criação de um método investigativo para o conhecimento histórico (o qual destaca a histórica como ciência, dos demais modos de se produzir conhecimento na aurora da modernidade), no que se refere à justificativa quanto ao porquê de os acontecimentos das grandes “nações” do passado terem ocorrido da forma que ocorreram, termina por recorrer a Deus e à Providência para confirmar o seu raciocínio. Nesse aspecto, Lemon afirma que Vico, em suas investigações acerca do passado da humanidade em busca de algum tipo de similaridades entre o desenvolvimento histórico dos mais diferentes povos de que tinha notícia à época, chegara à conclusão de que “apesar das diferenças contingentes, assiste-se, em cada “nação”, à mesma história básica<sup>40</sup>”, independentemente de tais “diferenças contingentes”. Em outras palavras, é como se Vico, depois de ter investigado profundamente o processo histórico de diferentes povos, impérios e nações, apenas conseguisse explicar tais similaridades através da ideia de que haveria um Deus regendo todos esses acontecimentos e todos esses grupos sociais.

Observa-se, portanto, que durante a maior parte da história da investigação acerca da categoria de sentido histórico, foi predominante a crença em torno da ideia de que só seria possível explicar a história da humanidade recorrendo-se a Deus. Torna-se possível, na esteira desse pensamento, atribuir a qualidade de “forte” ao sentido preconizado por tais pensadores do passado. Esse sentido é “forte”, pois se acreditava, com mais ou menos convicção, que haveria, sim, algo a ser “descoberto” através da investigação do passado.

---

<sup>38</sup> Não se está, com isso, querendo dizer que o advento do pensamento racional e científico, no decorrer dos séculos XVII e XVIII não tenham alterado em nada a leitura cristã sobre o sentido da história. Quer-se afirmar, isso sim, que tal leitura religiosa apenas perde total força de convencimento dentro dos círculos acadêmicos no período delineado por nós.

<sup>39</sup> Ver: LÖWITH, Karl. O sentido da história, p. 15.

<sup>40</sup> LEMON, M. C. *Philosophy of History: A Guide for Students*. London: Routledge, 2003, p. 166, tradução nossa.

A história, para esses pensadores, funcionaria como um esforço intelectual em torno da possibilidade de se encontrar o “verdadeiro” sentido da história e, com isso, desvendar os planos de Deus. Praticar o conhecimento histórico, para esses pensadores, apenas seria legítimo caso fosse possível “indicar um objetivo transcendente que ultrapasse os verdadeiros fatos”, conforme afirma Löwith<sup>41</sup>.

É a partir da estrutura do raciocínio cristão que foi instituída a ideia de que a história estaria dotada de um *télos*, quer dizer, de um fim específico e passível de ser encontrado através da investigação sistemática de determinados conjuntos de fatos ocorridos no tempo passado. Para Löwith, “se refletirmos sobre todo o curso da história, imaginando o seu começo e prevendo o seu fim, pensamos no seu sentido em termos de objetivo básico<sup>42</sup>”. Esse esforço por se descobrir o “fim” da história através da busca por um “sentido forte” para o percorrer dos acontecimentos pode ser observado de maneira evidente, tanto em pensadores da era cristã, como em pensadores antigos gregos, romanos e judeus. O ideal que regia esses grupos diferentes de pensadores, contudo, era outro. Enquanto os cristãos buscavam encontrar evidências da obra de Deus na história, os antigos pagãos buscavam adivinhar o curso dos acontecimentos, uma vez que a história para eles era regida pelo acaso<sup>43</sup>. Para os antigos gregos e romanos, tratava-se da possibilidade de se prever o futuro, uma vez que o tempo era gerido pela Fortuna, cuja lei geral era a mutabilidade<sup>44</sup>. Uma vez investigada de forma profunda e dedicada, a sorte dos povos abriria a porta para que o seu investigador pudesse enxergar, através dela, aquilo que aconteceria em tempos futuros<sup>45</sup>. Na perspectiva cristã, tal possibilidade transformou-se na previsão escatológica de fim dos tempos, uma perspectiva claramente pessimista se comparada à anterior, que fora suplantada.

O caminho que distingue os antigos dos modernos, cristãos e cientistas laicos, assistiu à categoria de sentido da história flutuar entre leituras religiosas e a seculares. A partir do momento em que a religião cristã entrou em cena no desvendar do sentido por trás da história, Löwith argumenta que o sentido clássico da expressão *historein* fora deturpado. Transformou-se a pergunta direcionada à história, de uma que poderia

---

<sup>41</sup> LÖWITH, Karl. O sentido da história, p. 19.

<sup>42</sup> LÖWITH, Karl. O sentido da história, p. 19.

<sup>43</sup> LÖWITH, Karl. O sentido da história, p. 18.

<sup>44</sup> LÖWITH, Karl. O sentido da história, p. 21.

<sup>45</sup> É nesse sentido que Löwith afirma o seguinte: “constituía, por conseguinte, característica comum da vida grega e romana tomar decisões com base numa investigação do destino. Esta confiança dos antigos na adivinhação conservou sempre a sua reputação a não ser quando a Igreja a arrancou pela raiz”. Ver: LÖWITH, Karl. O sentido da história, p. 23.

encontrar resposta em um futuro passível de ser encarado enquanto fato, para uma que teme o futuro, pois o enxerga enquanto confirmação escatológico-cristã do fim dos tempos. A passagem da reflexão em torno do sentido da história, da religiosidade para a secularidade assistiu, ainda, a uma outra transformação, que universalizou a categoria de sentido. Quis-se, assim, entender não mais apenas a confirmação da Providência cristã através do tempo, como, a partir da perspectiva de uma unidade histórica de humanidade, entender qual o objetivo final do processo histórico<sup>46</sup>.

O tempo antigo e cíclico, por conseguinte, repetitivo, e o tempo cristão e escatológico, portanto, finito, misturaram-se na tradição moderna de reflexão sobre o sentido da história. À medida que o pensamento dos sujeitos da modernidade aproximou-se de uma possibilidade racional de entendimento das coisas do mundo, mais ainda ele ensaiou distanciar-se da leitura cristã acerca do sentido da história. Importante frisar, entretanto, que esta perspectiva religiosa jamais abandonou completamente a crença daqueles que se propuseram a realizar uma filosofia da história em tempos de racionalidade moderna, como em Hegel. Mesmo assim, esse distanciamento abriu espaço para que pensadores como Burckhardt desenvolvessem o sentido da história de maneira “crítica” e “conscientemente seletiva”, conforme aponta Löwith<sup>47</sup>. Para ele, por mais que Burckhardt nunca tenha pretendido ser um filósofo, o seu sistema de pensamento é moderno “na medida em que compreende a posição clássica bem como a cristã, sem se vincular a qualquer delas”, ou seja, à medida que se vale da ponderação tipicamente racional que exsurge em tempos modernos<sup>48</sup>.

A partir das leituras de Löwith, Bodei e Lemon, podemos observar que os pensadores correspondentes às diversas tradições de pensamento acerca do sentido da história estiveram sempre preocupados em responderem à questão: “a história tem um sentido?”, jamais encontrando resposta satisfatória, capaz de encerrar o debate. Não se pretende, com isso, desencorajar o leitor ou o pesquisador que se interesse pelo tema; pelo contrário!, espera-se conhecer o histórico dessa discussão para que seja possível alocar-se de maneira mais bem fundamentada quanto a uma possível resposta à pergunta do sentido da história, hoje.

---

<sup>46</sup> LÖWITH, Karl. O sentido da história, p. 30-31.

<sup>47</sup> LÖWITH, Karl. O sentido da história, p. 33.

<sup>48</sup> Löwith ainda apresenta o pensamento de Burckhardt em comparação ao de Hegel e Santo Agostinho, os quais, segundo o autor, com relação ao sentido da história, acreditavam conhecê-lo “não como historiadores científicos, nem sequer como filósofos, mas como teólogos que acreditavam na história como uma história da realização”. Ver: LÖWITH, Karl. O sentido da história, p. 38.

Dessa forma, posicionamo-nos de maneira semelhante a Bodei quando este afirma que “o desgosto pela caducidade de todas as coisas não nos deve desencaminhar e nos confundir<sup>49</sup>”. Se as experiências do passado dos séculos XIX e XX parecem ter confirmado não haver um “sentido forte” da história, isso não deveria ser o mesmo de afirmar não haver sentido algum na história (e nem *para* a história), seja enquanto prática científica, seja enquanto esforço cognitivo interpessoal de localizar-se no tempo e compreender o atual estado das coisas.

E é justamente esse um dos objetivos da teoria da história de Jörn Rüsen que surge, na segunda metade do século XX, como uma tentativa de responder também a essa pergunta, relacionando-a, de maneira mais focada, à prática profissional do historiador e, de maneira mais ampla, à atividade constituinte de sentido do pensamento histórico como um todo. Rüsen demonstra-se interessado em trazer de volta ao centro do problema da produção do conhecimento histórico científico e cotidiano a categoria de sentido da história, primeiramente em sua trilogia publicada nos anos 1980 e, posteriormente, com o seu mais recente esforço sistemático em torno de uma teoria da história, em 2013. Conforme apresentaremos, contudo, Jörn Rüsen desvincula-se daquele sentido forte sem, com isso, flexibilizar de tal forma a categoria, a ponto de subordiná-la completamente à construção pela subjetividade humana.

### **O sentido da história na obra de Jörn Rüsen (1983 – 2013):** entre a constituição histórica de sentido (Sinnbildung) e a crítica ao pensamento de Max Weber

De que forma ocorre, de acordo com Jörn Rüsen, a constituição histórica de sentido? Seja de forma orientada pela ciência da história, seja de forma cotidiana, leiga? A categoria que, em sua teoria da história, é a responsável por iniciar e concluir o processo de constituição de sentido histórico é a de *consciência histórica*. A seguir, observaremos mais a fundo o seu funcionamento na teoria de Rüsen através dos dois modelos de matriz disciplinar elaborados pelo autor. Com isso, trataremos da relação que Rüsen faz entre os elementos de sentido pré-dispostos em sociedade e aqueles constituídos pela própria consciência histórica, visando à orientação temporal. Além disso, também é de interesse do autor avaliar os modelos teóricos, os quais, tradicionalmente, refletiram sobre a questão da organização dos acontecimentos do passado em uma história cheia de sentido

---

<sup>49</sup> BODEI, Remo. A história tem um sentido?, p. 10.



e significado. Dessa forma, demonstraremos não apenas como se dá o processo de constituição histórica de sentido através da consciência histórica na teoria de Rüsen, como também destacaremos a sua discordância em relação aos modelos teóricos consagrados – o *objetivismo* e o *subjetivismo* – através das críticas feitas pelo autor ao pensamento de Max Weber (importante referência para toda a teoria da história de Rüsen, apontado pelo autor como representante da corrente subjetivista)<sup>50</sup>.

Logo no primeiro volume de sua trilogia sobre teoria da história, Jörn Rüsen afirma que a operação mental responsável por conceder especificidade à consciência histórica é a da *constituição do sentido sobre a experiência do tempo*<sup>51</sup>. Sendo a consciência histórica uma “forma da consciência humana que está relacionada diretamente com a vida humana prática” e, portanto, um *fenômeno do mundo vital*<sup>52</sup>, o “sentido” constituído deve ser analisado, segundo Rüsen, como algo relacionado ao enquadramento das intenções de ação à experiência temporal, direcionadas para o futuro. Em outras palavras, todo o processo de reordenação temporal feito por essa faculdade específica da mente humana é um processo de constituição histórica de sentido. É “histórica”, pois articula passado e presente em uma lógica temporal que visa ao futuro. Possui “sentido”, pois o resultado desse esforço busca orientar a ação dos sujeitos; busca, no limite, “dar sentido” às suas vidas (trata-se de um “sentido” compreensível enquanto direcionamento e significado).

Observar como o autor descreve esse processo de constituição histórica de sentido a partir do esforço cognitivo da consciência histórica é, também, entender como ele escapa da ideia de um “sentido forte” e único para a história, ao passo em que não deixa de considerar a constituição de sentido prévia, predisposta em sociedade e capaz, ela mesma, de orientar as ações dos sujeitos. Para o autor, a consciência histórica não age, no presente, sobre o “nada”; quer dizer, a experiência do tempo presente é constantemente de irritação à mente humana, o que termina por levar os sujeitos a terem de refletir sobre as próprias experiências passadas (de maneira local) e sobre as experiências das sociedades (de maneira mais ampla), caso queiram dispor de uma orientação menos

---

<sup>50</sup> David Carr, ao comentar a teoria da história de Rüsen, oferece-nos uma definição ampla sobre a constituição histórica de sentido, a qual engloba todos os tipos de conhecimento histórico disponíveis em sociedade enquanto participantes deste processo de busca por orientação para a ação temporal. Ver: CARR, David. Which Way is East? Rüsen's *Historik. Erwägen, Wissen, Ethik*, v. 22, n. 4, p. 508-509, 2011.

<sup>51</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 59.

<sup>52</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 56-57.

instável para o futuro<sup>53</sup>. Nas palavras do próprio Rüsen, a consciência histórica “provê a formação de sentido “história” com a dupla extensão intencional de experiência e expectativa<sup>54</sup>”. Sendo assim, o resultado do esforço mental da consciência histórica é uma “história”, na qual a “formação de sentido” visa orientar o sujeito no tempo para além daquela situação desconfortável que o levou a refletir sobre a experiência do passado, em primeiro lugar. Uma das principais características da constituição de sentido histórico na teoria de Rüsen é, portanto, a de que a consciência histórica vislumbra a constituição de sentido em prol de orientar o sujeito no tempo<sup>55</sup>. Para que se orientem no tempo os sujeitos definem a si mesmos, ao mundo e aos demais, em um procedimento complexo de constituição de identidade, que fora desestabilizada no momento em que a contingência temporal desestruturou as expectativas de futuro previamente válidas.

Rüsen aborda a questão do sentido histórico sob o ponto de vista básico e vital da orientação humana no tempo, ao passo em que pretende torná-lo universal ao apresentar esse processo como algo que decorre da consciência histórica, que é um “fenômeno do mundo vital”. Isso significaria dizer, em outras palavras, que todos os seres humanos, independentemente das suas culturas específicas, produzem sentido a partir da experiência temporal e assim o fazem, pois constantemente as suas vidas práticas cobram deles novas perspectivas frente às questões do dia a dia, sob o risco de “perda da identidade subjetiva”, conforme apontou Assis<sup>56</sup>. Portanto, a consciência histórica, ou a faculdade mental humana de pensar *historicamente*, é, na teoria de Rüsen, a base-forte de toda a sua argumentação em torno do sentido da história, uma vez que sem tal faculdade as experiências do tempo ficariam perdidas no emaranhado dos acontecimentos.

Os sujeitos reordenam o passado para que as suas intenções de ação se tornem conformes às condições práticas do tempo presente. Rüsen consubstancia isso na tese de que “o homem tem de agir intencionalmente para poder viver” e que tal intencionalidade, por sua vez, “o define como um ser que necessariamente tem de ir além do que é o caso,

---

<sup>53</sup> Arthur Assis, quando trata da função da ciência da história para Rüsen no processo de constituição histórica de sentido, afirma esta ser instigada a tal processo em “situações-limite”, nas quais se vivencia a “perda da identidade subjetiva”. Para Assis, comentando o trabalho de Rüsen, “é sempre possível que, durante o processo do agir, um determinado indivíduo não consiga compatibilizar – nem mesmo em um grau mínimo – aquilo que foi (experiência do passado) com aquilo que quer ser (intenção de futuro)”. ASSIS, Arthur. A teoria da história de Jörn Rüsen, p. 30.

<sup>54</sup> RÜSEN, Jörn. Cultura faz sentido, p. 98.

<sup>55</sup> Além disso, é importante ter em mente que Rüsen não qualifica a consciência histórica enquanto algo que se pode, ou não, ter. Para ele, “a consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens”. Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 78.

<sup>56</sup> ASSIS, Arthur. A teoria da história de Jörn Rüsen, p. 30.

se quiser viver no e com que é o caso<sup>57</sup>”. O “caso” que ocorre no presente e que se apresenta para o sujeito da ação enquanto algo desafiador e irritante às suas expectativas de futuro – também chamado pelo autor de *contingência*<sup>58</sup> – precisa ser tomado, por esse mesmo sujeito, enquanto algo que vai além do próprio tempo presente, algo que assume feições passadas e que, se não for encarado de frente, possui consideráveis chances de moldar o futuro à sua revelia.

Assim, a constituição de sentido histórico humana, “história”, apenas surge como tal quando o ser humano se vê impelido a encarar uma situação clara e específica da vida prática, sendo essa uma “situação-limite” (não é nosso objetivo negar, aqui, que o interesse por constituir um sentido histórico não possa surgir do desejo pessoal dos sujeitos, independentemente de situações desconfortantes da vida). É por isso que, para Rösen, o sentido não é mais “da” história, enquanto algo passível de ser descoberto mediante esforço cognitivo humano, mas sim “das” histórias; um sentido que se intercala com os demais na medida que é fruto da necessidade humana de adequar intenções do agir às condições práticas de sua realização. Os sentidos “das” histórias, resultantes das mais diversas tentativas de relacionar experiência do passado, contingência do presente e expectativa de futuro tornam-se, dessa forma, sentidos plurais e mesmos plásticos, justamente como advoga Rösen<sup>59</sup>.

A posição de Rösen sobre essa questão foi influenciada por uma determinada corrente de pensamento filosófico sobre a categoria de sentido que apenas se estabeleceu depois da segunda metade do século XIX e que vale a pena destacar. Jörn Stückrath apresenta-nos um breve histórico sobre o surgimento e a representatividade de uma nova maneira de se pensar o sentido histórico surgida na Alemanha em meados de 1860. Segundo Stückrath, é somente depois de publicado o terceiro volume do livro *Mikrokosmos*, do filósofo Hermann Lotze<sup>60</sup>, contendo um capítulo específico sobre a questão, que a expressão *sentido da história* ganha um novo significado<sup>61</sup>. Até então, filósofos da história como Hegel associavam a expressão à ideia de um “propósito” para a história, um “plano natural misterioso<sup>62</sup>”, o que, não coincidentemente, terminava por justificar a existência de Deus

---

<sup>57</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*, p. 57.

<sup>58</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*, p. 60.

<sup>59</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*, p. 72.

<sup>60</sup> LOTZE, Hermann. *Mikrokosmos: Ideen zur Naturgeschichte und Geschichte der Menschheit: Versuch einer Anthropologie*. Leipzig: Hirzel, 1923.

<sup>61</sup> STÜCKRATH, Jörn. “The meaning of history”: a modern construction and notion? In: RÜSEN, Jörn (Org.). *Meaning and representation in history*. Oxford: Berghahn Books, 2008, p. 65-89 (esp. p. 65).

<sup>62</sup> Ver: STÜCKRATH, Jörn. “The meaning of history”, p. 66.

e a obra da Providência através da história. A diferença central entre Hegel e Lotze encontra-se no fato de que o segundo não corrobora com a ideia do primeiro de um mundo metafísico no qual o sentido está “embutido” através da história (como se o sentido estivesse escondido, esperando para ser encontrado). No caso de Hegel, pode-se falar, em outras palavras, de um sentido forte que perdura no decorrer do tempo, independentemente da ação humana.

Para Lotze, segundo Stückrath, a vida humana não estava desprovida de sentido, à espera dos cientistas, profetas ou políticos da época para concederem o sentido necessário para as suas ações. Do contrário, observava-se o mundo social e a ação dos sujeitos cotidianamente, elas mesmas, como repletas de sentido, sentido digno de ser compreendido e escrutinado dentro de suas próprias lógicas de constituição<sup>63</sup>. Ademais, Michael Löwy ao destacar a influência desse escrito de Lotze sobre o pensamento de Walter Benjamin, assinala que Lotze defende uma “filosofia ética e religiosa da história, marcada pela melancolia”. Para Löwy, Benjamin ter-se-ia apoiado nas ideias de Lotze para afirmar que “não há progresso se as almas que sofrem não têm direito à felicidade e à realização<sup>64</sup>”. Dessa forma, é possível que pensemos que a categoria de sentido da história, a partir de Lotze, tem a sua base-forte não mais no metafísico, mas no físico, no verificável e naquilo possível de ser transformado através de ações orientadas para o futuro, em comparação com o entendimento da tradição filosófica anterior, a qual beirava a atribuição de sentido à história pelas mãos do próprio deus cristão.

Entre um mundo cheio de sentido e um outro cujo sentido lhe é concedido pelos próprios seres humanos (destacando-se o papel essencial do cientista nesse procedimento), o passar das décadas, entre os séculos XIX e XX, foi palco de uma série de acontecimentos que levaram à crítica da ideia de uma vida humana dotada de sentido para o futuro, ou de um sentido para o futuro que fosse confiável e digno de ser perseguido. Os horrores das duas guerras mundiais e do Holocausto trouxeram grandes dúvidas acerca da possibilidade de se pensar um “sentido” confiável para todas essas ações. Ora, se foram as nações mais desenvolvidas em termos de filosofia e, portanto, também de conhecimento sobre o sentido da história, as mesmas que protagonizaram as ações bárbaras e doentias assistidas durante as duas guerras do século XX e (principalmente para os povos alemão e judeu), bem como no Holocausto, há de se

---

<sup>63</sup> Ver: STÜCKRATH, Jörn. “The meaning of history”, p. 81.

<sup>64</sup> LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005 (esp. p. 49).

reconhecer que tenha entrado em crise tais sistemas de crença quanto à possibilidade de se avaliar cientificamente o sentido da história.

A teoria da história de Jörn Rüsen surge a partir desse amplo histórico de debates em torno da categoria de sentido da história. Em sua versão da década de 1980, Rüsen demonstra-se preocupado em defender a ideia de um sentido para a história, o qual não deve ser lido como “o” sentido da história e sim “um” sentido da história. Com isso, o autor defende a ideia de uma vida humana repleta de sentidos e significados passíveis de serem compreendidos e analisados. Observa-se, pois, que apesar de Rüsen não se filiar diretamente à obra de Lotze, o fato de ter sido aberto o debate em torno de um mundo repleto de sentido e significado (em detrimento de um sentido metafísico a ser descoberto), como proposto por Hermann Lotze, abriu espaço para que teóricos como Rüsen pudessem pensar sobre a categoria de sentido da maneira com que ele faz em sua teoria da história.

### **A consciência histórica e o sentido pré-formado na vida prática**

Se o sentido da história, na teoria de Rüsen, não deve mais ser entendido enquanto aquele sentido forte dos pensadores sobretudo oitocentistas, isso significaria dizer que o sentido da história segundo esse autor é um “sentido fraco”? Isto é, considerando-se a descrença em algum sentido que se encontre “escondido” nos acontecimentos do passado, pode-se acreditar que Rüsen defenda a ideia de um sentido que seja constituído, em sua totalidade, pelo esforço da mente humana de subjetivação do real? A resposta para essas perguntas é negativa, uma vez que o sentido da história, para Rüsen, é um de complexa relação entre o objetivamente apreensível dos eventos passados e a reconstrução subjetiva deles, efetivada no presente, em prol de se obter orientação para o futuro<sup>65</sup>. Para ele, como apresentaremos a seguir, não se trata nem de “apreensão”, nem de “geração” de sentido.

Uma maneira de observarmos como o autor desenvolve essa complexa relação é através do exame da centralidade da categoria de sentido nas duas matrizes disciplinares

---

<sup>65</sup> Em termos de estruturação lógica, Rüsen divide o processo de constituição de sentido histórico, pela consciência histórica, em três etapas: *lembrança*, *representação de continuidade* e *identidade*. Tal estruturação encontra-se no primeiro livro de sua trilogia, sendo constantemente revisitada em textos posteriores sem que, com isso, Rüsen altere o cerne de sua argumentação, qual seja: o ser humano, em seu trabalho mental de pensar historicamente, articula experiência do passado, com interpretação capaz de gerar uma representação de continuidade entre passado, presente e futuro, com isso, identificando-se no tempo, para si mesmo e para os demais. Não obstante, é também nesse processo cognitivo que se pondera entre intenção de ação e possibilidades de agir, logrando-se igualmente orientação temporal. Ver: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*, p. 62-67.

da ciência da história compostas pelo autor; uma delas, disposta no primeiro livro de sua trilogia, a outra, demonstrada pelo autor na versão mais recente de sua teoria da história, publicada em 2013. Examinar a categoria de sentido a partir dessas duas matrizes é relevante, pois é através delas que Rüsen demonstra o processo de constituição de conhecimento histórico (majoritariamente científico, mas sempre com o foco também voltado para as constituições de sentido não mediadas pela ciência da história<sup>66</sup>). Para isso, é importante definir, em primeiro lugar, o que significa uma “matriz disciplinar” na teoria de Rüsen.

Apesar das diferenças entre as duas versões, a matriz disciplinar pode ser entendida na teoria de Rüsen, guardadas as devidas proporções, como um conjunto de fatores que determinam aquilo que se faz, quando se realiza a atividade mental de pensar historicamente. Sendo assim, o pensamento histórico poderia, ou não, ser regido pelo sistema metódico e sistemático da ciência da história e, de qualquer forma, constituiria sentido para a orientação no tempo. Em sua versão datada de 1983, contudo, a matriz disciplinar de Rüsen é apresentada com um enfoque muito mais voltado para a história enquanto ciência, a historiografia, ou o produto da atividade dos historiadores profissionais<sup>67</sup>. É bastante clara, nessa primeira versão, a divisão de Rüsen faz entre “vida prática” e “ciência especializada<sup>68</sup>”.

Com isso, Rüsen defende o argumento de que a história produzida cientificamente possui certa vantagem sobre aquela narrativa histórica produzida sem a orientação científica, vantagem essa observável no interesse de os historiadores, mediante conhecimento histórico científico, orientar para o consenso os sentidos históricos constituídos. Dessa forma, os conflitos sociais poderiam encontrar resolução, ao invés de serem sublimados ou ignorados<sup>69</sup>. Trata-se da mediação científica (e, por isso, metódica)

---

<sup>66</sup> Em reiterados momentos durante a sua trilogia, Rüsen destaca a importante relação existente entre vida prática e atividade profissional do historiador. Ele as interliga através das matrizes disciplinares, em maior ou menor grau a depender de sua versão, para demonstrar que o conhecimento histórico surge da atividade humana vital de constituir sentido para as suas carências de orientação no tempo, de modo que “os diversos fatores são, pois, etapas de um processo da orientação do homem no tempo mediante o pensamento histórico”. Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 35.

<sup>67</sup> Para tal, Rüsen apoia-se nas palavras de Thomas Kuhn, quando este afirma que a matriz disciplinar é: “o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplinar especializada”. Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 29. Para uma leitura crítica da matriz disciplinar de Rüsen, ver: BLANKE, Horst Walter. *Geschichtstheorie und Wissenschaftsgeschichte. Vier Anmerkungen zu Rüsens Historik-Konzeption. Erwägen, Wissen, Ethik*, v. 22, n. 4, p. 501-503, 2011. Além disso: MEGILL, Allan. *Theory of Historiography between Modernism and Rhetoric of Inquiry*.

<sup>68</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 35.

<sup>69</sup> Para Arthur Assis, a “tarefa honrosa” da ciência da história, segundo Rüsen, é a de “fornecer aos seres humanos orientações que promovessem o estabelecimento de tais consensos [os consensos entre as partes],

daquilo que ele chama de *racionalidade de sentido*<sup>70</sup>. Rüsén opõe-se aqui à ideia de que o agir humano seria orientado teleologicamente por fatores alheios à própria intencionalidade humana. Mesmo assim, não é como se o agir humano não tivesse nenhum fim, nenhum *télos*. Rüsén afirma que o agir humano é guiado por uma teleologia interna, estando orientado por uma racionalidade de sentido associada ao “estabelecimento de intenções e da determinação de objetivos” e não à “atribuição de meios a fins ou de fins a meios<sup>71</sup>”. Com isso, a questão do sentido encontra-se sobre as histórias produzidas pelos indivíduos, e não mais sobre a ideia de um sentido *da* história, no singular.

Fica expresso na primeira versão da matriz disciplinar, pois, como a mediação científica desse processo de racionalização é capaz de elaborar sentidos de forma continuamente fundamentada, sendo por esse aspecto específico que a historiografia possui a qualidade de ser mais confiável do que as demais formas de se obter orientação no tempo (por se tratar de um conhecimento histórico que passa por constantes avaliações em seus critérios de verdade e, por isso, de sentido, quanto ao passado<sup>72</sup>). No limite, segundo Rüsén, histórias constituídas cientificamente baseiam-se em uma “argumentação racional orientada para o consenso<sup>73</sup>”. Ao retomarmos o fato de que a constituição histórica de sentido, para ele, é um processo de reconhecimento identitário dos sujeitos perante si, os outros e o mundo em que habitam, torna-se mister observarmos, também, que a ênfase do autor na cientificização desse processo serve para oferecer uma base minimamente firme de sustentação às identidades<sup>74</sup>.

Já que o pensamento histórico se torna distintamente crítico frente à realidade que lhe é apresentada enquanto unidade de sentido prévio (unidade essa representada por

---

e que estimulassem o reconhecimento das diferenças entre as partes em contato ou conflito social – em vez da subtração ou sublimação de tais conflitos”. ASSIS, Arthur. A teoria da história de Jörn Rüsén, p. 29.

<sup>70</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 59.

<sup>71</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica.

<sup>72</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 99. Importante frisar, contudo, que ser mais confiável não significa dizer que se deva suplantiar as demais formas de se constituir sentido histórico, tendo como base a historiografia. Vale salientar a afirmação de Rüsén de que “sentido é mais fundamental que racionalidade”. Com isso, o autor não quer dizer que as histórias “fazerem sentido” é tudo que elas precisam para serem verdadeiras. Ele afirma, entretanto, que muitas histórias “falsas” em seu conteúdo experiencial e com bases interpretativas que não se sustentam em um debate crítico de ideias, muitas vezes, são tomadas como verdadeiras porque os sujeitos são capazes de, a partir delas, constituírem sentido para as suas ações. Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 154.

<sup>73</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 143.

<sup>74</sup> Arthur Assis aborda essa questão sob a ótica de que a ciência da história “ofereceria garantias de verdade específicas, uma vez que emprega, como base do seu procedimento padrão, o princípio da dúvida quanto à validade de enunciados e interpretações previamente estabelecidos”. ASSIS, Arthur. A teoria da história de Jörn Rüsén, p. 26.

Rüsen através da categoria de *tradição*, a qual trataremos em pormenor adiante), a história daí decorrente – científica – é capaz de levar o agir humano a um “padrão de racionalidade mais abrangente do que aquele que caracteriza a tradição”, conforme afirma Arthur Assis<sup>75</sup>. Conhecimento histórico-científico é, portanto, uma forma de crítica à tradição, às unidades de sentido prévio, notadamente baseado nos métodos institucionalizados e seculares de produção de conhecimento histórico. Contudo, isso não significa dizer, como apresentamos, que Rüsen defenda ser este o único meio de se produzir conhecimento histórico. A tradição criticada pela consciência histórica é base para toda constituição de sentido histórico, científico ou não (constituindo ela mesma, inclusive, uma forma de sentido histórico<sup>76</sup>).

Jörn Rüsen reconhece, em sua teoria da história, um elemento prévio de sentido que já orienta as ações dos sujeitos antes mesmo de se tornar necessária a articulação dos tempos pela consciência histórica. Tal elemento prévio recebe o nome de “tradição”, que quer dizer “o modo pelo qual o passado humano está presente nas referências de orientação da vida humana prática, antes da intervenção interpretativa específica da consciência histórica<sup>77</sup>”. Uma das teses de sua primeira sistematização teórica, portanto, é a de que o pensamento histórico cientificamente orientado “rompe” com a tradição e a critica, de maneira a proporcionar a constituição de novos sentidos para além daqueles previamente estabelecidos.

Ao responder à pergunta “como, dos feitos, surge a história?<sup>78</sup>”, feita por Johann Gustav Droysen, Rüsen aborda a constituição histórica de sentido sob a lógica de disputa entre a objetividade e a subjetividade. Para o autor, trata-se, em relação ao conhecimento histórico-científico, da possibilidade de se alcançar um nível de objetividade na reconstrução do passado pelo historiador que subjuga a sua subjetividade aos parâmetros metódicos de elaboração de narrativas históricas. A crítica feita à tradição, tanto pelo pensamento histórico-científico, quanto pelo pensamento histórico não científico, em uma de suas etapas, distingue passado, presente e futuro, os quais na tradição aparecem como unidade de sentido histórico.

---

<sup>75</sup> ASSIS, Arthur. A teoria da história de Jörn Rüsen, p. 24-25.

<sup>76</sup> Não é nosso objetivo no presente texto abordar, uma por uma, as formas de constituição de sentido histórico, ou as *tipologias narrativas*, como apresentadas por Rüsen em sua teoria. No Capítulo 2, contudo, apresentamos uma leitura de sua tipologia. Para um conhecimento mais aprofundado nessa questão, contudo, ver: RÜSEN, Jörn. História viva, p. 43-63.

<sup>77</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 77.

<sup>78</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 67.



Observa-se, assim, que o sentido da história para Rüsen não se encontra somente no passado, muito menos na mente dos historiadores (e dos não historiadores) no momento de elaboração de suas narrativas históricas<sup>79</sup>. Para ele, o sentido da história é constantemente constituído, criticado, revisitado e reorientado de acordo com o presente, uma vez que, conforme pode-se observar em sua matriz disciplinar, toda e qualquer narrativa histórica tem como ponto de partida uma *carência de orientação*<sup>80</sup>. Dessa forma, é da historicidade da vida humana prática de onde parte a consciência histórica em busca de tornar compatíveis, intenções de ação e possibilidades do agir:

Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, têm metas que vão além do que é o caso. A razão disso está no fato de que, nos atos da vida humana prática, há permanentemente situações que devem ser processadas, com as quais não se está satisfeito e com respeito às quais não se descansará enquanto não forem modificadas<sup>81</sup>.

Essa “não satisfação” pode também ser entendida enquanto inquietação decorrente da incompletude dos sentidos tradicionalmente entregues aos sujeitos e que, por isso, os leva a criticar, questionar, aqueles sentidos históricos constituídos tradicionalmente. Logo, a consciência histórica é uma “expansão da consciência do tempo, realizada na tradição como orientação temporal da vida prática<sup>82</sup>”. As tradições sugerem-nos constantemente modos de agir e de ser, basta que pensemos em tradições religiosas ou quanto às identidades de gênero dos sujeitos. Existem modos pré-fabricados de agir, os quais foram constituídos historicamente bem antes de nosso tempo, mas que, ainda assim, influenciam as nossas formas de enxergarmos nossas próprias identidades, as identidades alheias e o mundo ao nosso redor.

---

<sup>79</sup> A seguir no texto definiremos o conceito de *narrativa histórica* a partir do próprio Rüsen, entretanto, é importante que a entendamos como um modo específico de “*constituição de sentido sobre a experiência do tempo*”, de acordo com Rüsen. Não obstante, “a especificidade da narrativa histórica está em que os acontecimentos articulados narrativamente são considerados como tendo ocorrido realmente no passado. Além disso, sua coesão interna é concebida como uma representação da evolução temporal vinculada à experiência e como significativa para o auto-entendimento e para a orientação dos sujeitos dos narradores”. RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*, p. 155.

<sup>80</sup> Rüsen define carência de orientação como “o melhor ponto de partida” para a reconstituição do passado, no presente, pela consciência histórica e, a partir dela, “é possível constituir”, também, “a ciência da história, ou seja, torná-la inteligível como resposta a uma questão, como solução de um problema, como satisfação (intelectual) de uma carência (de orientação)”. RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*, p. 30.

<sup>81</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*, p. 78-79.

<sup>82</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*, p. 84.

Sumariamente preocupado, na primeira versão da matriz disciplinar, com a constituição de sentido histórico a partir da ciência da história, Rüsen, ao elaborar a segunda versão de sua matriz disciplinar, amplia o escopo de atuação da constituição histórica de sentido, estendendo-a para muito além da historiografia. Não que estivesse ausente, na versão de 1983, a questão da constituição histórica de sentido a partir de narrativas não científicas; porém, é na versão de 2013 aonde Rüsen aloca no centro da matriz disciplinar os “princípios do sentido histórico” (substituindo, assim, a distinção anterior entre “ciência especializada” e “vida prática<sup>83</sup>”).

Tal “centralidade ampliada” fez com que Rüsen defendesse a constituição histórica de sentido voltada para a “situação existencial” da história na vida humana prática, o que também inclui a historiografia. O autor trata da “concepção de sentido” enquanto atividade mental da consciência histórica que é cotidiana e, na maioria das vezes, não mediada pelos métodos da ciência da história. Com isso, ele amplia sua compreensão da categoria de sentido da história, ultrapassando os muros da academia e da historiografia, ao mesmo tempo em que reforça a ideia inicial de um agir humano sempre direcionado (de uma teleologia da ação individual). Ele é assim, pois, em primeiro lugar, “é orientado por uma interpretação universal da conexão entre as coisas”; em segundo lugar, “ele se dá sempre em determinado tempo e em determinado lugar, que devem ser interpretados como elementos possibilitadores do agir” e, por fim, em terceiro lugar, ele “pressupõe um sujeito, que sabe de si e dos outros, e que destes se distingue<sup>84</sup>”.

Rüsen busca, assim, focalizar a historiografia inserida em um espaço de comunicação com as demais formas de constituição de sentido histórico. Pode-se argumentar, portanto, que de uma *racionalidade de sentido*, Rüsen parta para a *concepção de sentido* e que, com isso, ele reorienta a sua própria leitura quanto à categoria de sentido da história. O reforço que ele faz à interrelação entre as diferentes formas de se constituir sentido histórico o levou a reordenar os próprios fatores de sua matriz disciplinar. Isto não significou, entretanto, o abandono, por parte de Rüsen, da discussão que versa sobre a especificidade da constituição de sentido mediante ciência da história. O seu novo modelo de matriz disciplinar, ao passo que reordena os fatores, subordina de maneira muito mais clara os sentidos das histórias constituídos cientificamente à constituição de sentido, à “concepção” de sentido, não mais estritamente à racionalidade deste<sup>85</sup>. Dessa

---

<sup>83</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 73.

<sup>84</sup> RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 104.

<sup>85</sup> RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 74.

forma, Rüsen busca “elevar o edifício “ciência da história” sobre o piso e a base das operações mentais da constituição histórica de sentido<sup>86</sup>”.

Nas duas versões, portanto, é possível observar que Rüsen aborda a constituição histórica de sentido como um trabalho mental da consciência histórica. A principal diferença entre essas duas versões encontra-se na centralidade concedida pelo autor à categoria de sentido da história na própria esquematização dos fatores da matriz. Em sua primeira versão, Rüsen apresenta em sua matriz uma preocupação muito maior com a confirmação da cientificidade da história; demonstra-se preocupado em argumentar sobre os porquês de a história dever ser considerada uma ciência. A categoria de sentido, assim, estava subordinada à ciência da história, majoritariamente, o que implicou em uma matriz focalizada na diferença entre “ciência especializada” e “vida prática”. Em sua versão mais recente, a mudança de foco, do tema da racionalidade, para o da concepção de sentido tornou claro que a preocupação do autor passou a ser a narrativa histórica como resultado do esforço da consciência histórica de elaborar novos sentidos para a ação no tempo, independentemente de este processo ser orientado cientificamente ou não. Isto implicou na substituição da diferença esquemática apresentada em 1983 por uma esquematização que dispõe no centro de todo esforço da consciência histórica a constituição de sentido para a ação no tempo.

Desde a década de 1980, contudo, a ideia de que os sentidos das histórias se tornam expressos mediante narrativas históricas é bastante clara. A centralidade concedida pelo autor à categoria de sentido fez com que a historiografia, enquanto narrativa histórica tipicamente científica, fosse inserida como “mais uma” na complexa rede de narrativas que constituem sentido histórico, muito embora suas especificidades a concedam um nível de confiabilidade maior com relação às demais. Uma vez que, como apresentamos anteriormente, sentido, para o autor, é mais fundamental do que racionalidade, a mudança de foco tratou de um tema que já vinha sendo gestado pelo próprio Rüsen em textos posteriores aos da trilogia: os indivíduos tomam por “verdade” determinadas interpretações do passado que mais lhe aprazem em termos de orientação para o seu agir, não importando se, racionalmente, estes sentidos não se sustentem<sup>87</sup>. Rüsen define narrativa histórica, portanto, como “o resultado intelectual mediante o qual e no qual a consciência histórica se forma e, por conseguinte, fundamenta decisivamente

---

<sup>86</sup> RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 59.

<sup>87</sup> Ver: nota 72.

todo pensamento histórico e todo conhecimento histórico científico<sup>88</sup>”. Seu processo constitutivo é dividido pelo autor em três etapas: *lembranças, representação de continuidade e identidade*.

Enquanto crítica da tradição, a consciência histórica a atinge e divide os tempos, a partir do acesso a lembranças de acontecimentos do passado, em uma representação de continuidade temporal. Passado, presente e futuro que, antes, apareciam sob a forma de uma tradição pronta para orientar as ações e as identidades dos sujeitos, agora são criticados e divididos, em prol de uma autocompreensão mais complexa daquilo que Rüsen chama de história (“mesclam-se tempo natural e tempo humano<sup>89</sup>”). A atividade mental da consciência histórica necessita, como base para a elaboração de sua narrativa histórica, de edificar-se sobre lembranças do passado, ainda que Rüsen frise narrativa histórica não se constituir apenas da “recuperação do passado pela lembrança<sup>90</sup>”.

Para além do acesso às lembranças torna-se necessário que os sujeitos estabeleçam um vínculo temporal entre passado, presente e futuro para, enfim, constituírem sentido histórico e (re)estabilizarem próprias identidades<sup>91</sup>. Como resposta a uma carência de orientação, Rüsen divide a atividade da consciência histórica em três modos expressos socialmente, todos eles dando forma, necessariamente, a narrativas históricas sob os moldes apresentados acima. São eles os modos: *funcional, reflexivo e pragmático* ou *operativo*<sup>92</sup>.

O primeiro modo, o funcional, pode ser entendido enquanto aquele através do qual a consciência histórica já se encontra constituída no meio social antes mesmo de ser pensada criticamente. Por se tratar de um texto mais recente, no qual Rüsen apresenta tal distinção, é importante associar esse primeiro modo àquilo que ele definiu primeiramente como tradição. Já que tradições, por si próprias, já dão forma a narrativas históricas antes mesmo de servirem como base para a crítica da consciência histórica, elas correspondem ao modo funcional de a consciência histórica se expressar em sociedade.

É no segundo modo, o reflexivo, que a consciência histórica exerce a sua capacidade de crítica da tradição, daqueles modelos de sentido histórico funcionais dispostos em sociedade. Expressa desse modo, a consciência histórica transforma as tradições em bases para um novo fim; criticando-as. Novos sentidos históricos passam a

---

<sup>88</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 61.

<sup>89</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 62.

<sup>90</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 62-63.

<sup>91</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 66.

<sup>92</sup> RÜSEN, Jörn. Cultura faz sentido, p. 101-102.

ser gestados a partir do momento em que a consciência histórica atua reflexivamente sobre as tradições. Uma vez gestados, esses novos sentidos podem servir para o fim de transformação do meio social, da realidade, implicando no terceiro modo de expressão da consciência histórica: o modo pragmático ou expressivo. Todos esses três modos de expressão da consciência histórica encontram-se presentes na *cultura histórica*, definida por Rüsen como a “quinta-essência das atividades e instituições sociais pelas quais e nas quais acontece consciência histórica<sup>93</sup>”.

A constituição de sentido histórico ocorre, portanto, em uma complexa relação entre os elementos pré-formados de sentido, expostos majoritariamente sob a forma de tradições, e o impulso cognitivo da consciência histórica de criticar e, assim, gerar novos sentido através da reorganização temporal. Segundo Rüsen, “o sentido é sempre apreendido anteriormente, mesmo assim ele precisa ser constituído, gerado; certamente, ele consiste numa integração plausível entre ambos, apreensão e geração<sup>94</sup>”. Apreensão, pois a consciência histórica necessita, tanto recorrer às lembranças do passado, “apreendê-las”, quanto recorrer às tradições que serão criticadas ou associadas às suas próprias identidades, para constituir sentido histórico. Apenas depois de apreender aquilo já predisposto na realidade social é que os sujeitos se tornam capazes de gerar um novo sentido para as histórias<sup>95</sup>.

O pensamento de Rüsen ainda precisa ser, entretanto, relacionado ao de outro pensador alemão, Max Weber, tendo em vista a sua forte presença como referência para Rüsen (basta que pensemos na constante organização teórica das categorias de Rüsen sob a forma de *tipos ideais*, instrumental teórico-metodológico desenvolvido por Max

---

<sup>93</sup> RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido*, p. 102. Além disso, para uma definição de cultura histórica, ver: RÜSEN, Jörn. *História viva*, p. 121-122.

<sup>94</sup> RÜSEN, Jörn. *Sense of history: what does it mean? With an outlook onto reason and senselessness*. In: RÜSEN, Jörn (org.). *Meaning and representation in history*. Oxford: Berghahn Books, 2008, p. 40-65 (esp. p. 57), tradução nossa. Ao que se segue, na página seguinte: “De qualquer forma, o termo “constituição de sentido” (*Sinnbildung*) descreve de maneira muito mais apta a complexa relação entre elementos pré-concebidos de sentido (*Sinnvorgabe*) e geração de sentido (*Sinnschöpfung*) e, partindo-se de uma perspectiva histórica, ele pode muito bem ser levado em consideração como chegando mais próximo à experiência”.

<sup>95</sup> Ainda assim, é importante observar que a constituição de sentido histórico, a partir de Rüsen, em se tratando de seu modo científico, se dá de tal forma que não permite ser instrumentalizada, conforme observa Martin Wiklund. Ao propor que, na cultura histórica, os fatores dispostos para servirem de orientação para o sujeito podem ser instrumentalizados uns pelos outros, mas também podem ser subjugados por uma consciência histórica desenvolvida e capaz de criticá-los, Rüsen reconhece a instrumentalização, mas não sucumbe à leitura de que ela seria inevitável no processo de constituição narrativa de sentido histórico. Entretanto, para ser capaz de realizar a atividade de constituição histórica de sentido e evitar a instrumentalização desta, Rüsen afirma que os sujeitos necessitam de uma *formação histórica*, o que, não por acaso, aproximabastante a sua teoria da história do ensino de história. Ver: WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental. Sobre a ideia de formação histórica na teoria de Rüsen, ver: RÜSEN, Jörn. *História viva*, p. 103-120 (esp. p. 109)

Weber). Uma vez que todo o processo de constituição histórica de sentido tal como elucidado por Rüsén, versa sobre a apreensão do real pela consciência histórica e, principalmente, torna-se relevante que observemos mais de perto as críticas que Rüsén faz a Weber em sua obra, já que é a partir dessa discordância que Rüsén delinea com mais clareza o caráter pré-formado do sentido histórico.

### **Entre Max Weber e Jörn Rüsén: o caos e a orientação prévia**

Qual é o papel dos fatores objetivamente observáveis através das fontes do passado, bem como da própria subjetividade humana (em seu misto de desejos e crenças), na maneira com que os seres humanos acessam o passado, retirando-lhe orientações para o agir no presente? Estariam dispostos, já na experiência pretérita, os elementos necessários para que os sujeitos obtenham orientação para suas ações no presente, o que tornaria a mediação subjetiva entre aquilo que aconteceu no passado e o historiador (no presente), irrelevante (e, por isso, digna de ser suplantada)? Ou seria o passado um conjunto desorganizado de acontecimentos, à espera da mente humana para organizá-lo e, dessa forma, conceder-lhe sentido? Conforme foi destacado até aqui, pode-se afirmar que Rüsén prefere um caminho equidistante entre essas duas linhas de pensamento. A seguir, demonstraremos como ele o faz, tendo como base a sua crítica ao objetivismo e ao subjetivismo, e especialmente ao segundo, tal como representado na obra metodológica de Weber.

Na sua explicação sobre o que leva o sujeito à ação, a partir da interpretação do passado, Rüsén apresenta dois tipos de teorias díspares que versam a constituição de sentido histórico para o agir humano no tempo presente: uma chamada por ele de *subjetivista* e a outra, de *objetivista*. Ambas, segundo o autor, são limitadas no que se refere ao modo com que abordam a experiência do passado. Em se tratando da teoria subjetivista, segundo Rüsén, trata-se de sobrevalorizar as intenções dos sujeitos em detrimento da experiência do passado. A teoria objetivista, por sua vez, valoriza em demasia a experiência do próprio passado em detrimento da possibilidade de interpretá-lo no presente, concedendo-lhe novos direcionamentos, o que termina por transformar este sentido prévio do passado em um dogma<sup>96</sup>. Ou seja, para a teoria subjetivista, os seres

---

<sup>96</sup> Quanto às consequências, para as ações humanas, de uma interpretação subjetivista, Rüsén aponta para o *decisionismo*: “aqui, a floresta do passado somente ecoa o que se clama para seu interior”. Enquanto a interpretação objetivista levaria ao *dogmatismo*, “no qual assertivas sobre as experiências dominantes do

humanos, no presente, impõem um sentido ao passado, sendo que esse passado, caso estivesse alheio à força interpretativa humana, não passaria de algo “obscuro” e “mudo<sup>97</sup>”. Para a teoria objetivista, em contrapartida, a própria experiência do passado já dotou o presente de sentido, de tal modo que o esforço interpretativo do sujeito no presente em nada o deveria alterar<sup>98</sup>.

Para Rösen, contudo, o radicalismo dessas duas visões deve ser evitado. Segundo ele, o sentido da história é algo que depende da apreensão e da geração, o que significa dizer que ele leva em conta tanto os elementos objetivos da experiência do passado, quanto a capacidade humana de subjetivá-los na conformação de sentidos novos para outras histórias. Trata-se, portanto, de um misto de objetividade e subjetividade. A posição de Rösen apresenta-se enfim como pluralista, uma vez que procura assegurar “empiricamente, orientações para o agir referidas ao futuro”, ao mesmo tempo em que projeta “o futuro, como ocasião de novas constelações temporais para além das do agir humano passado<sup>99</sup>”.

A reconstrução do passado pela mente humana, objetivando novos sentidos capazes de orientar no tempo, ocorre de maneira tanto objetiva, no assegurar empírico das orientações referidas ao futuro, quanto subjetiva, no momento em que se vai além dessa base firme estabelecida na experiência do passado, e se projeta “novas constelações temporais” voltadas para o futuro. A história daí resultante – a narrativa histórica – é dotada da qualidade de ser “plástica”, à medida que se mostra aberta a revisões, não sendo constituída, por isso, sobre o caótico ou vazio, haja vista a existência de sentidos prévios na cultura histórica<sup>100</sup>.

O reforço que Rösen dá em seu texto à ideia de que a história não se constrói a partir do vazio pode ser interpretado como base para criticar o posicionamento de Max Weber, um dos teóricos de maior relevância para a formulação de sua teoria. Ainda que ele tenha em Weber uma importante fonte para as suas elaborações teóricas, sobretudo ao

---

passado como fator determinante do agir estabelecem o que é história”. RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 71.

<sup>97</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 69.

<sup>98</sup> “O subjetivismo leva em conta as intenções determinantes do agir com relação ao tempo, e o objetivismo, as experiências do tempo determinantes do agir. A parcialidade das duas posições evidencia-se quando as radicalizamos”. RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 71.

<sup>99</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 72. No livro seguinte a este, no qual ele trata especificamente dos fatores “ideias” e “métodos” da matriz disciplinar, Rösen apresenta essa leitura pluralista da história sob a forma da explicação “narrativa”, a qual pode ser compreendida enquanto uma síntese complementar das outras duas, as explicações nomológica e intencional. Ver: RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado, p. 43-55.

<sup>100</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 72.

utilizar-se do modelo teórico dos tipos ideais, Rösen esforça-se por criticar o posicionamento subjetivista desse autor<sup>101</sup>. Para Rösen, a postura de Max Weber de enxergar o real como um conjunto caótico passível de ser ordenado pela subjetividade humana o torna em um pensador demasiado subjetivista quanto à questão. Para Weber, a cultura seria o extrato de sentido criado pela mente humana em seu esforço de conceder sentido às suas ações no tempo<sup>102</sup>. Do ponto de vista de Rösen, este seria um posicionamento subjetivista porque não leva em consideração a força que a tradição tem, ao conformar sentidos para as ações humanas, antes mesmo da irritação causada pela contingência tornar essa atividade necessária.

No entanto, é importante ressaltar que tanto no pensamento de Weber, quanto no de Rösen, há no mundo uma série de ideias predispostas, prontas para serem utilizadas pela mente do sujeito que busca conformar a sua ação. Na compreensão de Weber, entretanto, essas ideias encontram-se desorganizadas na sociedade, o que torna necessária a atuação do cientista social para lhes *emprestar* sentido. Dessa forma, os sujeitos, segundo Weber, *constroem* a cultura e, por meio dela, as suas ações concedem sentido e significado à realidade. Para Weber, a cultura é um “segmento finito e destituído de sentido próprio do mundo, a que o pensamento conferiu – do ponto de vista do homem – um sentido e uma significação<sup>103</sup>”. Cultura nesses termos é um conceito de *valor*, haja vista que nem todas as ideias disponíveis na sociedade se tornarão matéria-prima para a ação dos sujeitos (apenas aquelas “escolhidas” pelo ser humano como relevantes no momento de “construção” da cultura).

Na teoria da ação de Max Weber, o sujeito é constantemente interpelado pela necessidade de interpretar a sua própria realidade a partir das *ideias de valor* (*Wertideen*) disponíveis para ele em seu próprio tempo. Rösen se vale desse modelo interpretativo para afirmar que é o interesse de se ver livre do incômodo causado pelo não saber que

---

<sup>101</sup> Para Max Weber, o real apresentar-se-ia para o sujeito como caótico e desorganizado de tal forma que, caso esse sujeito queira lograr orientar-se a partir dos elementos de sentido e significado dessa maneira dispostos no real, necessita “ordenar o caos”. Tal ordenamento, entretanto, torna-se para Weber ainda mais subjetivo, pois “só alguns aspectos dos fenômenos particulares e infinitamente diversos, e precisamente aqueles a que conferimos uma significação geral para a cultura, merecem ser conhecidos, pois apenas eles são objeto de explicação causal”. Ver: WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: \_\_\_\_\_. *Metodologia das ciências sociais*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 107-154 (esp. p. 129).

<sup>102</sup> Em citação direta, Rösen afirma que Weber entende cultura como “extrato limitado da infinitude sem sentido do mundo, realizado da perspectiva do homem mediante sentido e significado refletidos”, definição à qual Rösen se opõe justamente através de sua categoria de cultura *histórica*, isto é, uma cultura que leva em consideração a conformação histórica de sentidos prévios. Logo, a realidade não pode ser tão caótica assim, muito menos a cultura uma “infinitude sem sentido”. RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 68.

<sup>103</sup> Ver: WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento, p. 130-131.



leva o ser humano a interpretar e adequar a realidade às suas expectativas de ação. Para Weber, entretanto, o resultado desse esforço dos *homens da ação* é o *emprestar* de sentido a uma realidade desprovida de sentido prévio, enquanto para Rüsen se trata de uma *constituição* (*Sinnbildung*) de sentido sobre uma cultura, elaborada pelo pensamento humano, mas também presente na constituição do ser humano enquanto sujeito de ação.

Os tipos ideais no pensamento de Weber funcionam, portanto, como instrumentos de subjetivação do real caótico, a partir dos quais é possível analisar a realidade, já que a mente humana teria organizado elementos de sentido “soltos” em um conjunto utópico de conceitos e categorias<sup>104</sup>. Rüsen, entretanto, por mais que utilize reiteradas vezes dos tipos ideais conforme propostos por Weber, critica o fato desse autor enxergá-los enquanto construções utópicas da subjetividade humana, feitas para controlar esse real que é caótico. Segundo Arthur Assis, “Rüsen enfatiza que tais construções conceituais não decorrem de um mero exercício de criatividade subjetiva<sup>105</sup>”. Não é como se o sujeito organizasse os conceitos de análise do real de maneira arbitrária, como se dependesse apenas da sua própria maneira de organizar as ideias de valor dispostas na realidade desorganizada.

Para Rüsen, trata-se antes de uma subjetividade regulada, principalmente quando os conceitos são gestados para mediar uma narrativa histórico-científica. Na esteira desse raciocínio, Assis afirma que, para Rüsen, os conceitos históricos (conteúdo dos tipos ideais) são formados por uma “dialética da construtividade controlada<sup>106</sup>”. Ou seja, Rüsen defende que não se pode perder de vista a importância da linguagem das próprias fontes, a linguagem do próprio passado, no momento de construção dos conceitos históricos e das formas de se interpretar esse passado. Da mesma forma, não se deve deixar de lado o fato de que a responsabilidade de “construir”, de fato, tais tipos ideais, conceitos e categorias históricas é da mente do sujeito, isto é, do historiador. Rüsen afirma, nesse sentido, que é “unilateral e enganoso que Weber caracterize o tipo ideal como “utopia” e distinga a realidade histórica de seu formato conceitual na linguagem dos historiadores<sup>107</sup>”.

Ainda que discorde de Weber nesse aspecto, é importante ressaltar que ambos os autores enxergam a atuação humana no tempo como provida de um objetivo. Isto é, tanto

---

<sup>104</sup> Ver: WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento, p. 137-141.

<sup>105</sup> ASSIS, Arthur. A teoria da história de Jörn Rüsen, p. 43.

<sup>106</sup> ASSIS, Arthur. A teoria da história de Jörn Rüsen, p. 43.

<sup>107</sup> RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado, p. 98.

Weber, quanto Rüsen estão interessados na teleologia da ação humana; no fato de que toda tomada de atitude dos sujeitos prevê o interesse de alterar o estado das coisas, no futuro. Eles retiram a teleologia e o sentido de seu patamar metafísico e o alocam bem menos amplo do que o anterior: o de adequar aquilo que se intenciona àquilo que se pode ser. O caráter teleológico do sentido da história é transformado, sobretudo na leitura de Rüsen, em uma teleologia da ação individual, uma vez que “o agir humano é determinado por metas” e que, “de modo a poder ser considerado pleno de sentido”, a atividade mental da consciência histórica tem de ser “ao menos conciliável com a teleologia da ação<sup>108</sup>”. Em Weber, a teleologia se expressa no momento em que os cientistas sociais, ao analisarem situações passadas através de seus conceitos organizados em tipos ideais, já possuem uma ideia de como isso deve ocorrer. Todos os esforços, porém, “não passam de tentativas para conferir uma ordem ao caos dos fatos que incluímos no âmbito do nosso interesse<sup>109</sup>”.

Vê-se como, tanto em um autor como em outro, altera-se o foco da teleologia do sentido da história para a teleologia da ação individual (ou coletiva). De qualquer forma, para nenhum dos dois é possível dizer que o sentido da história seja algo predominantemente pré-concebido (ainda que Rüsen leve em consideração tal característica), ou algo que esteja previamente dado, esperando para ser descoberto pelo esforço cognitivo dos cientistas.

---

<sup>108</sup> RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011, p. 259-290 (esp. p. 272).

<sup>109</sup> WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento, p. 148.

## CAPÍTULO II

### A constituição narrativa do sentido histórico

No capítulo anterior, ocupamo-nos com a categoria de sentido da história na teoria de Rüsen, tendo como fio condutor a sua predisposição em sociedade e destacando a narrativa histórica como resultado do processo cognitivo da consciência histórica de buscar outras orientações para a ação humana no tempo. No capítulo atual, o nosso fio condutor torna-se a própria narrativa histórica. Muito embora a tenhamos definido brevemente no primeiro capítulo, as reflexões de Rüsen sobre a narrativa histórica devem ser examinadas mais de perto, já que todo esforço de se buscar por modelos outros para a ação no tempo é expresso sob a forma de narrativas históricas; é expresso ao se “contar uma história”. É, também, por meio de sua proposta de narrativa histórica que Rüsen responde a uma série de debates e críticas feitas à racionalidade científica voltada para a história, retomados no decorrer dos anos 1970, os quais, apesar do termo controverso, podem ser reunidos sob o signo da *virada linguística*. Não é à toa que seus esforços teóricos iniciais tenham sido publicados na década seguinte, 1980. Não é o nosso objetivo com o presente capítulo, no entanto, percorrer o terreno pantanoso dos debates que envolvem suas proposições às dos teóricos da pós-modernidade e da crítica literária<sup>110</sup>.

O ponto de partida para se sanar as carências de orientação, constituindo narrativa histórica, é a crítica da tradição, conforme o apresentado anteriormente. Essas, por sua vez, também são chamadas por Rüsen de *protonarrativas* e concatenam sentido histórico para a orientação dos sujeitos, previamente constituído. As narrativas históricas

---

<sup>110</sup> Mesmo assim, cabe salientar que Rüsen dedica não poucos textos à questão da pós-modernidade e do quão esta coloca em xeque os parâmetros de racionalidade científica voltados para a produção do conhecimento histórico. Constantemente, ele aloca a sua compreensão de sentido da história em um contexto de debates intermediário, entre o objetivismo da racionalidade científica criticada pela pós-modernidade e o subjetivismo dos pensadores da própria pós-modernidade. Sobre a crítica de Rüsen à suposta novidade das críticas dos teóricos pós-modernos à racionalidade científica, moderna, ver: RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido*, p. 58-86. Sobre o contexto amplo de virada linguística e pós-modernidade, ver: SPIEGEL, Gabrielle. *The future of the past: History, Memory and Ethical Imperatives of Writing History*. *Journal of the Philosophy of History*, v. 8, p. 149-179, 2014; LORENZ, Chris. *History and theory*. Frank Ankersmit, renomado teórico da pós-modernidade, explicita seus argumentos em torno do sentido na narrativa histórica no seguinte texto, o qual, por mais que não trate da virada linguística em si, diz respeito ao amplo contexto de debates referentes a esse momento de discussão da teoria da história: ANKERSMIT, Frank R. *The three levels of “Sinnbildung” in historical writing*. In: RÜSEN, Jörn (org.). *Meaning and representation in history*. Oxford: Berghahn Books, 2008, p. 108-122. Para uma leitura de crítica ao pensamento pós-moderno, sobretudo o de Frank Ankersmit, ver: ACHAM, Karl. *A compreensão histórica entre ceticismo e arbitrariedade: algumas considerações sobre as variantes recentes do relativismo histórico e cultural*. *História da historiografia*, v. 7, p. 201-224, 2011.

propriamente ditas resultam de uma crítica à tradição, às protonarrativas<sup>111</sup>. Assim, as tradições passam a servir, efetivamente, de material para a elaboração de narrativas históricas, o que torna “os processos temporais atuais da vida prática dos narradores” passíveis de serem entendidos<sup>112</sup>. Ou seja, ao contar uma história, os sujeitos não apenas elaboram outros sentidos para as suas ações no tempo, como também, ao fazê-lo, eles *entendem* o próprio tempo presente como uma das muitas consequências possíveis do desencadear dos acontecimentos do passado. O presente abre-se, pois, como um terreno sobre o qual é possível construir algo a partir do que lhes foi legado do passado.

A narrativa histórica é para Rüsen, referindo-se à expressão de Johann Gustav Droysen, o que “faz”, dos feitos do passado, “história” para o presente. O processo iniciado pelo pensamento histórico humano, de reação às carências de orientação, conformação de interesses de conhecimento, organização das ideias que perspectivam a interpretação do passado, alcançando, por fim, a orientação no tempo mediante sentido histórico, encerra-se (ainda que momentaneamente) em uma narrativa<sup>113</sup>. De maneira geral, é o ato de “contar uma história” que explicita quais foram os meios dos quais o indivíduo lançou mão para lograr orientar-se temporalmente. Entretanto, é enganoso pensar que toda narrativa histórica seja fruto exclusivo da reação humana à contingência temporal. É notório que, para Rüsen, a contingência é, por excelência, a experiência que origina a necessidade de se reorganizar os tempos de acordo com as metas de ação<sup>114</sup>. No entanto, nem toda manifestação empírica do pensamento histórico tem por objetivo tratar da contingência temporal. Há que se levar em consideração aquelas narrativas históricas que resultam de uma reflexão da consciência histórica, também, sobre acontecimentos corriqueiros e esperados. É importante observá-la, como faz Rüsen, enquanto produto da mente humana capaz de lançar uma “ponte” entre o passado e o presente, capaz de orientar o sujeito para o futuro:

O pensamento histórico lança uma ponte entre os tempos, cuja diferença enquanto experiência irrita e necessita ser superada intelectualmente. Essa ponte é uma "história" Ela representa o processo temporal significativo, no qual a experiência da diferença temporal tem de ser integrada

---

<sup>111</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 61-66.

<sup>112</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 155.

<sup>113</sup> Rüsen se refere a esse procedimento como “lançando luz” para um passado que, de outra forma, permaneceria obscuro. Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 69.

<sup>114</sup> “O conceito-síntese de tal perturbação, que só pode ser controlada mediante esforço próprio de interpretação, é a contingência”. RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 60.

interpretativamente. Essa “história” é uma narrativa. O sentido insere os eventos a ser interpretados em uma cadeia temporal com outros eventos. Nessa conexão temporal, as experiências históricas carentes de interpretação ganham o sentido que precisam ter, para poder ser manejadas. Esse ordenamento temporal se dá na forma da narração de uma história<sup>115</sup>.

A narrativa histórica ordena os acontecimentos temporais e possibilita que o atual estado das coisas possa ser enxergado com sentido e significado para o agir humano direcionado para o futuro. O passado - em sua singularidade de já ter passado e, no entanto, ainda estar presente - impõe à consciência histórica constantemente a necessidade de interpretá-lo e ordená-lo temporalmente<sup>116</sup>. Realiza-se tal atividade das mais variadas maneiras, o que implica em dizer, como faz Rüsen, que o sentido gerado através da constituição de uma narrativa histórica é mais relevante do que a sua racionalidade científica<sup>117</sup>. Aqui também analisaremos a narrativa histórica como sendo fruto tanto do esforço cognitivo cientificamente orientado, como do mesmo esforço, só que ausente de preocupações científicas e, muito embora a argumentação científica seja mais bem fundamentada do que as demais, não somente é a ele que os sujeitos recorrem quando buscam sentido para as suas ações (muitas vezes, inclusive, a argumentação científica é a que menos conta no momento de constituição histórica de sentido). Arthur Assis argumenta, na esteira dessa discussão, que a ciência da história segundo Rüsen realiza uma “segunda ampliação do campo da cultura”; ou seja, Rüsen “defende que o pensamento histórico, quando realizado cientificamente, aprimora e depura a racionalidade que já o diferencia da tradição<sup>118</sup>”.

A possibilidade de se racionalizar o processo de constituição narrativa de sentido, contudo, é uma das propostas de Rüsen com sua teoria da história. Em um contexto no qual a narratividade da história é vista como fator que deslegitima a sua cientificidade, Rüsen elabora um paradigma o qual recebe o nome de “paradigma narrativista” e apresenta tal característica da historiografia como passível de ser alocada em uma lógica de regulação científica. Para Rüsen, o caráter narrativista da historiografia é um dos fatores que envolvem a sua cientificidade e, por isso, deve ser tratado

---

<sup>115</sup> RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 50.

<sup>116</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem?, p. 259.

<sup>117</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 154

<sup>118</sup> ASSIS, Arthur. A teoria da história de Jörn Rüsen, p. 25.

metodologicamente<sup>119</sup>. Tal paradigma tem por objetivo demonstrar as possibilidades científicas do conhecimento histórico, mesmo reconhecendo o seu caráter narrativo-subjetivista. Vê-se que Rüsen não afasta os fatores subjetivos do momento de elaboração do conhecimento histórico-científico. Pelo contrário, ele os traz para o centro das preocupações racionais-científicas dos historiadores e oferece uma proposta de racionalização do processo de subjetivação das experiências humanas no tempo.

Neste capítulo, exploraremos a categoria de narrativa histórica a partir de duas frentes, apresentadas na teoria de Rüsen: em primeiro lugar, mostraremos de que maneira o autor caracteriza as narrativas históricas quando ao seu processo de apreensão e geração de sentido para a ação humana no tempo; em segundo lugar, discutiremos a sua tipologia da constituição narrativa de sentido histórico, tão fundamental em sua teoria e que, embora tenha sofrido alterações no decorrer do tempo (da década de 1980 até 2013), mantém o seu núcleo argumentativo. Com isso, Rüsen oferece à comunidade científica uma possibilidade de crítica às mais variadas formas de se construir conhecimento histórico<sup>120</sup>. Encerraremos o debate sobre a categoria de sentido da história apresentando o modo com que o autor pretende ampliar a sua teoria da história em direção a uma filosofia da história, a qual possui o humanismo como ideal representado pela categoria de humanidade.

### **O que caracteriza as narrativas históricas?**

A primeira característica da narrativa histórica é a recorrência à *lembrança*, isto é, ao passado trazido para o presente. Se a consciência histórica elabora uma narrativa a

---

<sup>119</sup> O capítulo quatro do *Razão histórica*, publicado exclusivamente na tradução brasileira, em 2001, trata exclusivamente do tópico da narrativa relacionando-a a o que Rüsen chama de “paradigma narrativista”. Deve-se levar em conta o distanciamento temporal entre a publicação original desse primeiro livro de sua trilogia (1983) e o avanço dos debates e das discussões sobre a sua proposta de teoria da história, que ocasionaram o capítulo extra à tradução brasileira. Ver: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*, p. 149-173. Além desse texto, alguns outros do autor se destacam no tratar dessa questão. Ver: RÜSEN, Jörn. Explicação narrativa e o problema dos construtos teóricos de narração. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, n. 3, p. 97-104, 1987; RÜSEN, Jörn. Reflexão sobre os fundamentos e mudança de paradigma na ciência histórica da República Federal Alemã. In: NEVES, Abílio; GERTZ, Rene (Org.). *A nova historiografia alemã*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1987, p. 14-40.

<sup>120</sup> Na primeira versão inicial de sua teoria da história, Rüsen destaca que a tipologia da narrativa se relaciona diretamente com a possibilidade de se apresentar o “superávit cognitivo” que o conhecimento histórico ganha “mediante a pesquisa histórica científica”. Tal preocupação inicial é alocada juntamente a outras, na versão mais recente de sua teoria da história, que têm como central a problemática da concepção de sentido para a ação humana no tempo. Com isso, conforme demonstramos no capítulo anterior, Rüsen realoca a historiografia e o seu “superávit cognitivo” como uma das formas de se obter orientação, haja vista o fato de que a concepção de sentido ocorre de maneira bem mais abrangente do que apenas aquela advinda da ciência da história. RÜSEN, Jörn. *História viva*, p. 43-44.

partir da experiência do passado, é por recorrer à capacidade mental humana de lembrar que o sujeito realiza tal atividade. Distingue-se, contudo, memória de lembrança. Memória, na teoria de Rüsen, diz respeito ao arcabouço amplo e geral de nossas vivências e das vivências de nossa sociedade. Trata-se de um espaço que aglomera vários momentos do passado e do qual retiramos alguns em específicos para constituir sentido no presente. O “lembrar”, pois, é o ato mental no qual se realiza essa atividade. Por intermédio da lembrança é que atingimos alguns acontecimentos do passado os quais são elencados para constituírem as narrativas históricas. Ele é, portanto, o primeiro momento, o momento de acesso ao passado, no presente<sup>121</sup>.

É de se imaginar, contudo, que o passado por si só não constitua narrativa histórica alguma. Ele é a matéria-prima para tal, mas sozinho ele é apenas algum acontecimento em um tempo que não é mais o presente. É necessário que se dê o próximo passo, o da elaboração de uma *representação da continuidade*, na qual passado, presente e futuro se comuniquem numa lógica de lembrança, interpretação e expectativa, o que corresponde à segunda característica das narrativas históricas. Uma vez inserido na vida prática atual, o passado é alocado em uma corrente de acontecimentos que chega ao presente e direciona a ação para o futuro (“tenciona” o futuro, também). Visto sob essa ótica, o passado é aberto à possibilidade de interpretação do sujeito no presente e, conseqüentemente, à chance de ser adequado a algum novo quadro de orientação para a vida<sup>122</sup>.

O passado, quando adequado à uma representação de continuidade no presente, reverbera elementos de sentido e significado na vida prática dos sujeitos, estabelecendo, confirmando, questionando ou solidificando suas *identidades históricas*. Dar forma às identidades dos sujeitos é a terceira característica das narrativas históricas. Eles movimentam as suas mentes em torno das lembranças do passado em busca de meios para sanar suas carências de orientação no presente e, com isso, estabelecer novos parâmetros identitários para si. A partir desses novos parâmetros, os indivíduos tencionam entender

---

<sup>121</sup> Na distinção feita por Rüsen entre *memória pessoal* e *memória social* pode-se observar como o recurso da lembrança ao arcabouço de acontecimentos do passado dispostos na cultura histórica é o que denota o ato constitutivo da consciência histórica. Com isso, Rüsen distingue memória e história, alocando a segunda em um terreno de reflexão sobre o acontecimento do passado que, muito embora faça parte da memória social e pessoal, não dispõe de tal nível de complexidade com o qual o trata da consciência histórica no momento de constituição de uma narrativa histórica. Ver: RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 223. Não obstante, Rüsen apresenta a lembrança como “resultado da consciência histórica na vida humana prática”, associando-a à categoria de memória cultural. Dessa forma, a lembrança, segundo Rüsen, é uma forma elaborada da memória. Ver: RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 116.

<sup>122</sup> Rüsen aponta para um “elo” constituído entre passado, presente e futuro, capaz de disponibilizar a experiência contingente à possibilidade de interpretação. Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 64-65.

a si mesmos e ao mundo em que vivem. Ao adequarem o seu presente à lógica narrativa na qual as suas identidades encontrem-se e o contexto de suas vidas em sociedade esteja momentaneamente explicado, os indivíduos desenvolvem as suas consciências históricas para níveis mais complexos de compreensão temporal, que vão além daqueles modelos oferecidos pelas tradições<sup>123</sup>.

Lembranças, representação de continuidade e constituição identitária são os elementos que caracterizam as narrativas históricas. Com isso, Rüsen afirma que os seres humanos, ao recorrerem à faculdade mental de pensar historicamente visando “contar uma história”, objetivam algo muito além de acessar algum acontecimento do passado para informar como se chegou, daquele estado de coisas, ao estado de coisas do presente. Ou seja, os seres humanos apontam para algo que vai muito além do simples ato de lembrar novamente, de “rememorar”. Querem encontrar-se no fluxo temporal, querem adequar o caráter contingente da experiência do tempo às lógicas de continuidade de suas próprias vidas. Eles desejam, enfim, *fazer sentido* daquilo que lhes é apresentado naturalmente pelo decorrer do tempo. Trata-se, como já afirmamos anteriormente, de transformar o tempo natural em tempo humano; de humanizar o tempo<sup>124</sup>.

A elaboração de narrativas históricas pelo pensamento histórico tem, ainda, o objetivo de acessar e transformar os quadros de orientação dispostos e pré-dispostos na cultura histórica. Ora, é de se esperar que o estabelecimento de novas metas para o agir humano altere de alguma forma os padrões de ação (e de identidade). Seja por meio da crítica à tradição, seja por conta de um interesse cotidiano por alguma questão que só pode ser respondida mediante o acesso ao passado, é fato que, de acordo com a teoria de Rüsen, a elaboração de qualquer narrativa histórica altera o quadro de orientação da cultura histórica da qual ela parte e na qual ela está inserida. É nesse sentido que Rüsen afirma que a consciência histórica é formada no ato de narrar, ao mesmo tempo em que se desenvolve e desenvolve outras consciências históricas com o conteúdo de sua narrativa<sup>125</sup>. Ao interagir com a cultura histórica, as narrativas estão dotadas de dois tipos de relevância que as tornam capazes de servir de modelos para a ação dos sujeitos no tempo: uma cognitiva e uma de comunicação<sup>126</sup>.

---

<sup>123</sup> A questão sobre como a memória histórica e a consciência histórica, de maneiras distintas, constituem identidades históricas, será tratada em pormenor no Capítulo 3.

<sup>124</sup> Rüsen caracteriza esse processo como sendo um de *humanização do tempo*, qual seja: “O tempo natural tem que ser transformado em tempo humano, a fim de que a vida humana, no fluxo do tempo, possa viver simultaneamente seu tempo interno e seu tempo externo”. RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 40.

<sup>125</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 61.

<sup>126</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. História viva, p. 28.



Ao estabelecerem uma lógica entre os acontecimentos do passado, sua funcionalidade para o presente e a possibilidade de gerar expectativas para o futuro, as narrativas históricas precisam se valer de elementos de uma cognição (quer dizer, elas devem ser produto do esforço de um sujeito cognoscente, um sujeito que movimenta a sua capacidade de pensar), bem como de elementos *retóricos* e *estéticos*, os quais dotam a narrativa histórica de sua capacidade de convencimento<sup>127</sup>. Grosso modo, pode-se dizer que a cultura histórica está permeada de três fatores que atuam nas narrativas históricas (e são objeto sobre os quais elas atuam também): cognição, política e estética.

Em relação à cognição, esta é a dimensão da cultura histórica na qual valida-se o conhecimento histórico no plano argumentativo (aqui não importando se tal validação ocorre mediante argumentação científica, ou não). Em relação à política, insere-se o conhecimento histórico na luta por reconhecimento, o que significa disputar a sua legitimidade em relações de poder na sociedade. Por fim, em relação à estética, trata-se do plano no qual o convencimento ocorre através da congruência formal e performativa das narrativas históricas<sup>128</sup>. Pode ocorrer, contudo, de uma delas ser preterida com relação às demais, “abreviando ou mutilando a dimensão do saber histórico por elas adotada<sup>129</sup>”.

Com relação à historiografia, o que ocorre muitas vezes é a aridez de seu discurso, tornando-o um de difícil apreciação, o que restringe o público para o qual o seu discurso constituirá sentido histórico. Nesses termos, o conhecimento histórico produzido pela historiografia pode até ser mais fidedigno aos acontecimentos do passado do que, por exemplo, aquele de um discurso político, porém, as características retóricas e estéticas desse discurso podem ser tão mais bem trabalhadas do que o são na historiografia, que o discurso político convença mais pessoas. Convencimento, nesses casos, diz respeito diretamente à capacidade de *fazer sentido* de que as narrativas históricas se valem para servirem de quadro de referência para a ação dos sujeitos no tempo<sup>130</sup>.

---

<sup>127</sup> Sobre os elementos estéticos e retóricos na narrativa histórica, ver: RÜSEN, Jörn. *História viva*, p. 28-38.

<sup>128</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido*, p. 102. Posteriormente, em seu trabalho teórico mais recente, Rösen reconhece não mais apenas três, mas cinco dimensões na cultura histórica. Estes, contudo, podem ser observados já mediando os outros três em textos anteriores, como o faz Rösen a seguir, ao afirmar que o conhecimento histórico necessita de estar em interrelação com esses três fatores e mais para que se valide na cultura histórica, por exemplo, a relação retórica que existe “entre estética e política, ou a da religião e da moral, para proporcionar uma carga normativa de potência integrativa aos critérios históricos de sentido”. As duas outras dimensões adicionadas em seu texto de 2013, portanto, são as da *moral* e da *religião*, referentes à capacidade humana de *valorizar* e *crer*. Ver: RÜSEN, Jörn. *Teoria da história*, p. 229.

<sup>129</sup> RÜSEN, Jörn. *História viva*, p. 122.

<sup>130</sup> No Brasil, é comum que os historiadores se debatam contra narrativas históricas de jornalistas (principalmente), os quais enveredam pelo passado para constituírem suas leituras das situações atuais nas quais se encontra o país. Escritores como Laurentino Gomes, Eduardo Bueno ou Leandro Narloch são

Os elementos retóricos e estéticos também afetam a historiografia, por mais que ela esteja mais preocupada com o elemento cognitivo no que diz respeito à elaboração de sua narrativa histórica. Rüsen afirma trata-se da “relevância comunicativa<sup>131</sup>”. Isto é, o procedimento metódico de pesquisa é diferente, para o autor, do procedimento de apresentação narrativa dos resultados da pesquisa (não é à toa que as *formas de apresentação* ocupem um espaço singular em seus dois modelos de matriz disciplinar). No primeiro momento, o sujeito é gerido pelo elemento cognitivo da cultura histórica de extrair, das fontes do passado, as informações necessárias para sanar a carência de orientação no presente. Já no segundo, é quando se passa, de fato, para o gerenciamento do modo com que será articulado e apresentado tal resultado cognitivo à vida prática. Acerca disso, Arthur Assis afirma: “uma vez que o trabalho cognitivo da pesquisa se subordina aos critérios de sentido vigentes em um determinado tempo presente, a ciência da história torna-se espaço não apenas da racionalidade metódica das ciências, mas também da racionalidade prática da vida humana<sup>132</sup>”.

A caracterização de que tratamos até agora necessita de algum tipo de exemplificação para não permanecer em um âmbito tão abstrato da apreensão cognitiva. Em vários de seus textos, Rüsen se utiliza de narrativas históricas para exemplificar a constituição histórica de sentido na vida prática<sup>133</sup>. O seu objetivo, com isso, é aplicar os elementos de sua teoria da história à praticidade dos sentidos dispostos socialmente. Dessa forma, optamos por analisar a narrativa histórica de um indígena habitante do território brasileiro para realizar a mesma atividade, em prol de exemplificar as características da narrativa histórica, qual sejam: a recorrência às lembranças do passado; a interpretação de tal experiência à luz das carências do presente e, por fim, a orientação para o agir temporal extraída de tal exercício.

---

criticados por esses profissionais em suas imprecisões em relação às informações sobre o passado (às lembranças trazidas dele para a constituição de sua narrativa histórica), ou ao modo com que interpretam o que aconteceu (à maneira com que estabelecem a representação de continuidade entre passado, presente e futuro). De acordo com a teoria de Rüsen, entretanto, pode-se compreender o porquê de, apesar das “imprecisões históricas”, às quais os historiadores podem se referir para criticar tais textos, eles ainda assim se tornaram *best sellers*. No limite, o que importa é o sentido de que tais narrativas dispõem na orientação daqueles que as consomem. Pode-se, ainda, retomar a afirmação do próprio Rüsen, citada anteriormente, de que sentido é mais fundamental do que racionalidade (no caso das narrativas históricas não científicas).

<sup>131</sup> “Ela diz respeito à receptividade das histórias. Ela consiste em que a recepção do saber histórico apresentado pela historiografia possa ocorrer, na vida prática, de modo sustentável”. RÜSEN, Jörn. *História viva*, p. 28.

<sup>132</sup> ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rüsen*, p. 55.

<sup>133</sup> Uma que merece destaque é a presente no referido quarto capítulo do livro *Razão histórica*. Ver: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*, p. 158.

A narrativa a seguir é de autoria do indígena Davi Kopenawa Yanomami, pertencente à etnia dos Yanomami, ativista pelos direitos dos povos indígenas e um dos responsáveis por, em 1992, o governo brasileiro demarcar as terras de sua tribo. No primeiro destaque a seguir tornamos explícita a referência ao passado por meio das lembranças do indígena para, em seguida, no segundo destaque, sublinhar os momentos nos quais, em sua narrativa, pode-se observar o estabelecimento de uma representação de continuidade e os seus fins com tal reflexão sobre a experiência do passado (a orientação para o agir no tempo):

Nos primeiros tempos, os brancos viviam como nós na floresta e seus ancestrais eram pouco numerosos. Omama transmitiu também a eles suas palavras, mas não o escutaram. Pensaram que eram mentiras e puseram-se a procurar minerais e petróleo por toda parte, todas essas coisas perigosas que Omama quisera ocultar sob a terra e a água porque seu calor é perigoso. Mas os brancos as encontraram e pensaram fazer com elas ferramentas, máquinas, carros e aviões. Eles se tomaram eufóricos e se disseram: "Nós somos os únicos a ser tão engenhosos, só nós sabemos realmente fabricar as mercadorias e as máquinas!". Foi nesse momento que eles perderam realmente toda sabedoria. Primeiro estragaram sua própria terra antes de ir trabalhar nas dos outros para aumentar suas mercadorias sem parar. Nunca mais eles se disseram: "Se destruímos a terra, será que seremos capazes de recriar uma outra?".

Podemos observar como o passado trazido à lembrança (“nos primeiros tempos...”) pelo narrador yanomami já se insere na narrativa adequado à intenção de informar algo no final. O passado nesse caso é acessado para exprimir como os povos brancos não escutaram a sabedoria do deus indígena e, por isso, “perderam realmente toda a sabedoria”. A consequência imediata disso foi, dentro da cosmogonia Yanomami, os brancos perderem a própria terra por explorarem-na demais. O passado resgatado pela lembrança, contudo, não quer dizer apenas as consequências dos maus usos da terra para os brancos. Ele quer dizer mais, pois o indígena ainda afirma sobre as consequências do contato com os brancos para o seu povo e o que ele pretende com a história contada:

(...) Nós, nós queremos que a floresta permaneça como é, sempre. Queremos viver nela com boa saúde e que continuem a viver nela os espíritos xapiripê, a caça e os peixes. Cultivamos apenas as plantas que nos alimentam, não queremos fábricas, nem buracos na terra, nem rios sujos.

Queremos que a floresta permaneça silenciosa, que o céu continue claro, que a escuridão da noite caia realmente e que se possam ver as estrelas. As terras dos brancos estão contaminadas, estão cobertas de uma fumaça-epidemia-xawara que se estendeu muito alto no peito do céu. Essa fumaça se dirige para nós mas ainda não chega lá, pois o espírito celeste Hutukarari a repele ainda sem descanso. Acima de nossa floresta o céu ainda é claro, pois não faz tanto tempo que os brancos se aproximaram de nós. Mas bem mais tarde, quando eu estiver morto, talvez essa fumaça aumente a ponto de estender a escuridão sobre a terra e de apagar o sol. Os brancos nunca pensam nessas coisas que os xamãs conhecem, é por isso que eles não têm medo. Seu pensamento está cheio de esquecimento. Eles continuam a fixá-lo sem descanso em suas mercadorias, como se fossem suas namoradas<sup>134</sup>.

Um dos impulsos que geram a necessidade de constituição de sentido mediante narrativa histórica é o impulso gerado pelo acontecimento inesperado da contingência. Assim, há de se destacá-la na fala do índio Yanomami para, então, identificarmos os elementos de lembrança, interpretação e orientação em sua narrativa. O acontecimento inesperado foi, portanto, a chegada dos homens brancos às terras indígenas. Certamente esse acontecimento rompeu com as expectativas de futuro de sua tribo, fazendo com que se abrisse um espaço entre aquilo que aconteceu e aquilo que se esperava que fosse acontecer (que não incluía a chegada de povos brancos às suas terras). Tal rompimento de expectativas de futuro pelo acontecimento da contingência fez com que os povos indígenas refletissem sobre o passado em busca de novos elementos de orientação para o futuro – de novas expectativas. O indígena Yanomami assim o faz, pois, recorrendo à “cena originária” do passado, para que se torne possível entender a situação do presente.

Uma vez acessadas, as lembranças do passado são então encadeadas em uma representação de continuidade de tal forma que os acontecimentos façam sentido para o presente, tornando-o compreensível. A recorrência de Davi Kopenawa às ações dos homens brancos no passado e às consequências disso para o presente (a destruição da terra), estabelece o vínculo entre passado e presente que torna possível que se constitua sentido frente tais lembranças. Para o índio Yanomami, pois, é inconcebível que se destrua a terra, pois ele e a sua tribo desejam que a floresta permaneça como estava antes da chegada dos homens brancos. A orientação para a ação, a partir de sua narrativa, pode

---

<sup>134</sup> YANOMAMI, Davi Kopenawa. *Sonhos das origens/Descobrimo os brancos*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/narrativas-indigenas/narrativa-yanomami>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

ser compreendida enquanto uma que visa o retorno à situação original acessada através da memória. As expectativas de futuro reelaboradas a partir da constituição de sentido, para o presente, de tais experiências do passado apontam, pois, para a necessidade de se respeitar o modo de vida dos indígenas Yanomami.

As narrativas históricas, conforme exemplificado acima, dispõem sempre do interesse de estabelecerem novos critérios para as ações humanas no tempo, em direção ao futuro. Elas fazem parte do mecanismo da mente humana de reagir à contingência. Na narrativa do indígena Yanomami, pois, observa-se de que maneira os acontecimentos do passado, trazidos para o presente mediante lembrança e articulados em uma representação de continuidade, constituem sentido para as ações de seu grupo.

Em sua teoria da história, Rüsen ainda categoriza a narrativa histórica de acordo com o tipo específico de sentido gerado por ela. Utilizando-se de tipos ideais, portanto, ele elabora quatro formas nas quais os sentidos constituídos mediante narrativa histórica encaixam-se (mantendo-se clara a ideia de que se trata exclusivamente de uma separação artificial, uma vez que tais sentidos se encontram misturados nas próprias narrativas históricas). A seguir, apresentaremos como Rüsen estabelece tal distinção, para que compreendamos melhor a maneira com que o autor relaciona a categoria de sentido da história às narrativas históricas.

### **A tipologia da constituição histórica de sentido**

O modo com que Rüsen trata dos quatro tipos de constituição histórica de sentido é diferente, entre um modelo de matriz disciplinar e outro, mas não são excludentes. Como fora apresentado no capítulo anterior, a característica que distingue as duas matrizes disciplinares é a mudança de foco, da primeira, voltado para a constituição de sentido histórico cientificamente regulado, para a segunda, na qual o foco encontra-se na concepção de sentido de forma ampla e generalizada, na qual a historiografia está presente, mas não é a preocupação central do autor. É de se esperar, portanto, que a sua tipologia da constituição narrativa de sentido histórico passe a versar, de uma matriz para a outra, sobre o sentido constituído pelos mais diversos tipos de narrativas históricas, e não propriamente a historiografia.

As quatro formas básicas com as quais Rüsen distingue os vários tipos de sentido narrativamente constituídos podem ser observadas, ainda, como pertencentes a uma etapa autônoma do processo de constituição histórica de sentido na historiografia. Como aponta

Arthur Assis, o reconhecimento dessa autonomia funciona como “pilar” da tipologia da constituição histórica de sentido, “com a qual Rüsen finaliza sua discussão acerca do vínculo entre representação e orientação históricas”<sup>135</sup>. Isto quer dizer que a historiografia encerra um momento da constituição narrativa de sentido histórico. A sua divulgação, a escrita da história propriamente dita, diz respeito a outra etapa, uma etapa própria, a que diz respeito à função do conhecimento histórico de orientar os sujeitos no tempo.

Para localizar a sua proposta de tipologia no tempo, Rüsen a compara com a de outros três pensadores, Johann Gustav Droysen, Friedrich Nietzsche e Hayden White, a fim de mostrar que a “utilidade prática” de sua tipologia está no fato de ela “tornar cognoscíveis e demonstráveis os princípios determinantes das estruturas específicas de sentido presentes nas formatações historiográficas e mesmo no pensamento histórico em si mesmo”<sup>136</sup>. Para o autor, o contexto atual de globalização e universalização dos meios de comunicação não pode ser deixado de lado por um esforço teórico de compreender os variados tipos de constituição histórica de sentido na cultura histórica. Sendo assim, Rüsen apresenta como grande contribuição de sua tipologia o fato de ela ser “antropologicamente fundamental e pensada para valer universalmente”<sup>137</sup>. Os quatro modos específicos de representar o passado no presente, pois, são vistos por Rüsen como válidos em quaisquer contextos culturais e, portanto, tipos ideais para se compreender a constituição histórica de sentido.

O primeiro modo de constituição histórica de sentido é o da *afirmação* e ele diz respeito às narrativas *tradicionais*. Elas chegam até nós do passado sob a forma de protonarrativas, mas as narrativas elaboradas no presente podem, muitas vezes, confirmar ou fortalecer o seu sentido histórico. Tais narrativas históricas remetem às origens e estabelecem uma relação com o passado capaz de afirmar que as coisas nunca mudaram, ou capaz de mantê-las firmes frente à pressão por mudança cuja apresentação no presente é latente. A continuidade daí decorrente é produzida mediante a representação da duração de algo na mudança. A identidade dos sujeitos é moldada sob a forma do enraizamento das formas culturais previamente existentes e, com isso, o sentido histórico elaborado é o de um tempo “eternizado”<sup>138</sup>.

---

<sup>135</sup> ASSIS, Arthur. A teoria da história de Jörn Rüsen, p. 58.

<sup>136</sup> Sobre tal comparação, ver: RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 201-206 (esp. p. 206).

<sup>137</sup> RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 210.

<sup>138</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. História viva, p. 49.

Pode-se observar o esforço tradicional de constituição histórica de sentido na narrativa do indígena Yanomami apresentada anteriormente no momento em que ele quer resgatar uma determinada situação original que fora rompida e, conseqüentemente, tudo começou a dar errado para a sua tribo a partir disso. O esforço para se “voltar às origens”, pois, é o que constitui as narrativas tradicionais. A recorrência à experiência do passado, dessa forma, deve buscar por aqueles acontecimentos que confirmem que as coisas estavam melhores antes do acontecimento da contingência (o que justifica o seu retorno). Entretanto, nenhuma narrativa se sustenta apenas sobre um tipo específico de constituição histórica de sentido<sup>139</sup>, o que implica em dizer que o caráter predominantemente tradicional da narrativa do indígena Yanomami recorreu a mais de um tipo para sustentar seus interesses de ação no presente. De acordo com a teoria de Rüsen, tal ampliação pode ocorrer através do resgate de exemplos de situações do passado que sirvam para o presente.

Pode-se recorrer, nesse sentido, às narrativas *exemplares*. Seu modo de afirmação, a *regularidade*, busca por regras, pontos de vista gerais que possam ser aplicados no presente, independentemente de sua posição no passado. Em um sentido mais amplo, trata-se da *historia magistral vitae*<sup>140</sup>. A continuidade estabelecida entre passado, presente e futuro por essa tipologia suplanta o processo temporal interno das experiências do passado, em prol da generalidade de um sistema de regras. A identidade histórica gerada é uma embasada em um sistema de regras e o sentido, por conseguinte, é um que torna o tempo espesso em relação ao passar do tempo narrado pela história<sup>141</sup>. Atribui-se, portanto, à experiência do passado a qualidade normativa de regra de ação no presente. “Deve-se” agir de determinada maneira, hoje, porque o passado ensina que “isso” é o melhor a se fazer.

A recorrência ao exemplo, na narrativa do índio Yanomami, encontra-se no momento em que ele almeja a volta à situação original devido ao fato de que se deve seguir os exemplos ancestrais de respeito à terra e à floresta. A não subserviência aos exemplos do passado causou, como se pode observar na situação do presente narrada pelo indígena, a contaminação das terras. Percebe-se como, ao mesmo tempo em que há o

---

<sup>139</sup> “Ao se olhar os fenômenos, fica evidente o fato de que cada tipo nunca aparece puramente só em si, estando sempre conectados entre si nas mais variadas constelações”. RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 214.

<sup>140</sup> Rüsen faz referência ao célebre texto de Reinhart Koselleck, no qual ele trata do *topos* moderno da “história mestra da vida”. Ver: KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado, p. 41-61.

<sup>141</sup> RÜSEN, Jörn. História viva, p. 53.

desejo de retorno às origens, há também a recorrência aos exemplos do passado (sobre como era a situação, originalmente) em prol de embasar o seu desejo de ação no presente. Constatar isso implica dizer que as narrativas se constituem em um emaranhado de sentidos que podem ser ideal tipicamente separados para análise, mas que, na prática, encontram-se misturados uns aos outros. Reinseridos no presente dessa forma, os acontecimentos do passado ganham a chance de serem vistos sob uma nova ótica, capaz de orientar os sujeitos em direção a futuros distintos daqueles que foram frustrados pelos acontecimentos contingentes. A possibilidade de se constituir sentido dessa maneira é categorizada por Rüsen como *genética*.

Rüsen aborda a narrativa genética sob o signo do elogio à mudança, à transformação e à pluralidade e o seu modo específico de constituir sentido histórico é por meio da *transformação*. Da abertura para o novo um pouco maior que se enxerga nas narrativas exemplares, o próprio tempo é visto, em sua qualidade de transformação, positivamente. O fato de as coisas não permanecerem as mesmas é tido, ele mesmo, enquanto fio condutor para o narrar do passando, constituindo-se sentido histórico. Escancara-se a possibilidade do novo, através da leitura do passado que chega ao presente confirmando o diverso, o plural. As narrativas genéticas trabalham com a categoria de progresso, já que a saída preconizada para a contingência originária da necessidade de interpretação do tempo é uma que quer enxergar na crise causada pelo inesperado a chance de criação do novo.

Pode-se argumentar, segundo Rüsen, em torno do aumento de amplitude da compreensão histórica, já que as atitudes a serem tomadas, no presente, “tornam-se permeáveis comunicativamente, perdem sua estreiteza, sua negatividade, seu caráter abstrato<sup>142</sup>”. A identidade histórica do sujeito é lançada, pela narrativa genética, numa zona comunicativa de alteridade e argumentação. Isso significa dizer que todas as etapas da narrativa histórica estão permeadas pelo reconhecimento da possibilidade constante de mudança. Abrem-se as portas para o enfrentamento da contingência através de uma ação que leve em consideração o horizonte, sempre mais amplo, de possibilidades. Comparada às narrativas tradicionais e exemplares, a genética é a única que enxerga, na mudança, um fator de positividade. Enquanto as outras duas tentam manter o estado de coisas *apesar* da mudança, a constituição de sentido histórico através de uma narrativa genética quer

---

<sup>142</sup> RÜSEN, Jörn. História viva, p. 60.



*entender* o que a mudança significa e busca, com isso, readequar os modelos de ação ao atual estado das coisas.

Novamente, em relação à narrativa Yanomami, pode-se observar o impulso genético de constituição histórica de sentido no momento em que o próprio indígena se utiliza dos acontecimentos do passado e de sua funcionalidade no presente para lutar por direitos dentro da lógica do Estado moderno e democrático brasileiro. Por mais que esse não seja o modelo de sociedade no qual ele quer se ver inserido, ou que deseja para a sua tribo, Davi Kopenawa demonstra compreensão da mudança e da diversidade de meios de ação no momento em que, com a sua narrativa histórica, almeja uma nova situação para a sua tribo. Observa-se, portanto, a predominância de elementos tradicionais e exemplares em sua narrativa histórica, muito embora os elementos genéticos possam ser visualizados em sua própria ação no tempo presente, haja vista Kopenawa ser um ativista dos direitos indígenas.

Nenhum desses elementos, entretanto, estariam disponíveis para o indígena Yanomami, caso ele não tivesse sido capaz, em primeiro lugar, de negar o estado de coisas da forma que lhe foi apresentado a princípio. Tal atitude frente à lembrança do passado e à situação do presente é vista, ela mesma, como um tipo específico de constituição histórica de sentido por Rösen em sua teoria: a narrativa *crítica*, que opera sob o modo da *negação*. Em seu primeiro modelo de tipologia, Rösen apresenta a narrativa crítica como uma narrativa capaz de “esvaziar os modelos de interpretação histórica culturalmente vigentes<sup>143</sup>”. Dessa forma, as histórias que constituem sentido dessa maneira “julgam” o tempo em seu caráter de significado para o presente e, assim, abrem a possibilidade de crítica das tradições e dos exemplos<sup>144</sup>. Tanto na década de 1980 quanto em 2013 é possível observar que a narrativa crítica é qualificada como catalisadora da ampliação dos modelos de constituição de sentido histórico. É somente em 2013, contudo, que Rösen aloca a narrativa crítica quase “fora” de sua proposta de tipologia, afirmando esta ocupar uma “posição especial”, não funcionando por si só, mas atuando “mediante uma relação de negação” sobre os três outros<sup>145</sup>.

A referência à experiência do passado nesse caso é apontada sob o ponto de vista da negação dos padrões do presente, daquilo que é dado como certo. A ordem e a

---

<sup>143</sup> RÜSEN, Jörn. História viva, p. 55.

<sup>144</sup> “O tempo, como sentido, torna-se julgável”. RÜSEN, Jörn. História viva, p. 57.

<sup>145</sup> RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 209-211. No esquema da página 211, inclusive, a narrativa crítica é visualmente alocada fora do quadro da tipologia da constituição histórica de sentido.

organização dos acontecimentos que darão forma à narrativa histórica são de tal maneira pensada, que se torna possível divergir dos modelos de orientação disponíveis (romper com as tradições e negar os exemplos que não lhe sirvam mais). A continuidade é ela mesma articulada enquanto rompimento da própria continuidade temporal. A identidade, portanto, assume a forma de uma desconstrução dos valores prévios e dos meios de agir no tempo. O tempo torna-se objeto de julgamento da consciência histórica. Essa narrativa é descrita por Rüsen como responsável por abrir espaço para novas interpretações e novos modelos de ação, na medida em que, através da capacidade de negar os modelos previamente estabelecidos, “os sujeitos ganham fôlego para modelar culturalmente seu próprio tempo, da maneira que creem poder e querer, por meio da memória histórica<sup>146</sup>”.

Em relação à narrativa que tem nos servido de exemplo, o que possibilitou ao indígena Yanomami constituir sentido para a sua ação no presente foi a negação do padrão de comportamento imposto aos indígenas pelo modelo de civilização ocidental. A partir do momento em que ele assume, em sua narrativa, que o modo de vida dos homens brancos não é o mesmo do de sua tribo, ele rompe com um determinado sentido para as suas ações no presente e, assim, abre espaço para a criação de novas possibilidades de agir.

Jörn Rüsen nos apresenta a sua proposta de tipologia, pois, sob a pretensão de uma grande vantagem, qual seja, a dela estar fincada na máxima antropológica de necessidade de humanização do tempo e por ser universalmente válida, o que a transformaria em uma valiosa “caixa de ferramentas” para que se entenda o real e as várias maneiras de se constituir sentido histórico para a ação no tempo. A pretensão de Rüsen com a sua proposta de tipologia é justamente a de elaborar uma leitura ampla e, ao mesmo tempo, objetiva, acerca da comunicação histórica na cultura histórica. Segundo o autor, “de forma bem esquemática, a tipologia pode ser mesmo construída como esboço de uma história universal da constituição de sentido”. Não obstante: “é uma vantagem do caráter abstrato desse esquematismo poder atravessar todas as culturas e, em princípio, ser demonstrado em cada uma delas<sup>147</sup>”. Interessa-nos aprofundar, agora, tal caráter universal impresso pelo próprio Rüsen à sua proposta de tipologia da constituição narrativa de sentido histórico.

---

<sup>146</sup> RÜSEN, Jörn. História viva, p. 58.

<sup>147</sup> RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 210.

## O sentido histórico na teoria da história de Rüsen: entre o humanismo e o universal

Na teoria de Rüsen, o sentido da história é construído em uma lógica dialética entre os elementos objetivos e subjetivos, do passado e da consciência histórica. Isto é, ao mesmo tempo em que existem padrões de conduta previamente construídos (sejam eles de que tipos forem), existe também sempre a possibilidade de se criar o novo mediante exercício da faculdade mental de pensar historicamente. Em se tratando das identidades, por serem históricas, elas jamais estão estanques, muito embora elas não funcionem também em um irrefreável trânsito subjetivo (o qual tenderia ao caos de não saber onde se está)<sup>148</sup>. E como o sentido das histórias, para Rüsen, tende à conformação das identidades dos sujeitos, reconhece-se haver um trânsito constante entre aquilo que se é e aquilo que se almeja ser, tendo-se sempre como base aquilo que foi.

Sabe-se que nada permanece o mesmo para sempre, mas também é sabido o quão importante é, na vida prática, o permanecer momentâneo das coisas. Atentos a isso, enxergamos a complexidade dos jogos de interesses nos quais estamos inseridos, simplesmente, devido ao fato de vivermos em um determinado período histórico e sermos constantemente impelidos a agir. Esta ação, sempre cheia de elementos de sentidos prévios, também é espaço para a criação de intenções próprias e singulares, para a substituição de valores e para o estabelecimento do novo; é espaço para a atuação de nossa subjetividade sobre os padrões objetivamente pré-estabelecidos e para a subversão de normas previamente dadas.

A regulação metódica do passado praticada pelos historiadores é, portanto, uma forma culturalmente estabelecida de se controlar a constituição narrativa de sentidos históricos, como se pode observar na primeira versão da matriz disciplinar de Rüsen. Constituir sentido para narrativas historiográficas é *uma* das formas de realizar o processo de reconhecimento identitário para si e para o mundo. Em tais discursos históricos, não é permitido aos historiadores afirmarem qualquer coisa que seja, sem que se tenha o respaldo de todo o arcabouço cultural e científico previamente estabelecido<sup>149</sup>.

---

<sup>148</sup> Rüsen afirma, pois, que a constituição do sentido histórico deve *consolidar* as identidades: “consolidar identidades mediante consciência histórica significa aumentar a acumulação de experiências significativas das mudanças do homem e de seu mundo, no tempo, com as quais e pelas quais os sujeitos humanos (na prática das relações sociais com os demais) exprimem quem são e o que pensam ser os outros”. RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 125.

<sup>149</sup> Rüsen trata desse tópico, inclusive, sob a perspectiva do progresso de conhecimento. Para ele, o conhecimento histórico metodicamente regulado com relação à experiência progride quando “a relação com a experiência se faz de modo metódico e sistemático: ela é absorvida pelo processo de crescimento constante de saber histórico”. RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 104.

O poder de convencimento de que dispõem as afirmações da historiografia, portanto, depende muito mais do grau de racionalidade em relação à experiência do passado e a sua regulação metódica realizada no presente. Dessa forma, como afirma Rüsen, tais histórias adquirem a qualidade de serem verdadeiras “também para aqueles que não aceitam sua pretensão de sentido e significado<sup>150</sup>”. Nesses casos, o que vale é conseguir comprovar que aquelas verdades reconstruídas sobre o passado se sustentam argumentativamente. Se isso *fará sentido* para quem consome esse tipo de discurso histórico, importa menos do que a racionalidade científica dele em si.

O modo com que Rüsen trata da categoria de sentido da história em sua teoria, entretanto, não para no momento em que o autor explicita de que maneira os historiadores realizam tal atividade por meio da pesquisa histórica e da apresentação da historiografia à comunidade. A categoria de sentido histórico na teoria de Rüsen possui, ainda, a pretensão de ser não eurocêntrica. Por mais que se trate de uma teoria localizada na Alemanha do século XX, pós-Holocausto, na qual se refletem, em muitos aspectos, os problemas causados à consciência histórica alemã por esse passado, a teoria da história de Rüsen, por interpretar o sentido como algo universal e antropológico, pretende escapar do etnocentrismo (e do eurocentrismo). Rüsen deixa isso claro em alguns de seus textos, nos quais a ideia de um sentido histórico voltado para a superação das desigualdades e das visões totalizantes de mundo é patente<sup>151</sup>.

A amplitude de sua compreensão acerca dessa categoria aloca a teoria da história de Rüsen em uma zona de vasta funcionalidade cultural. Não se trata de um sentido histórico interligado a uma determinada experiência temporal, da mesma forma que a questão não se localiza na necessidade de se constituir sentido histórico para se superar um problema específico do passado (no caso da Alemanha do período no qual Rüsen escreve a primeira versão de sua teoria, o passado nazista). Trata-se, isso sim, da

---

<sup>150</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 104.

<sup>151</sup> Quando Rüsen, em texto publicado em 2008, argumenta em torno de uma filosofia da história que possibilite enxergar além da teleologia oitocentista (ele cita, principalmente, a filosofia de Hegel), ele milita por uma filosofia da história que seja capaz de enxergar o *telos* não mais na metafísica, mas na prática cotidiana de busca por orientação, a qual todos os seres humanos, independente de tempo e espaço, praticam. Ver: RÜSEN, Jörn. Meaning and representation, p. 45-48. Em outro texto, ele sugere diretamente uma superação do etnocentrismo mediante leitura policêntrica das identidades históricas. Ver: RÜSEN, Jörn. How do overcome ethnocentrism: approaches to a culture of recognition by history in the twenty-first century. *History and Theory*, v. 43, p. 118-129, 2004. Não obstante, o autor se preocupa com a questão do etnocentrismo tanto como base, também, a interação cultural. Ver: RÜSEN, Jörn. Basic Issues of Cultural Interaction: A European Perspective. *Journal of Cultural Interaction in East Asia*, v. 2, p. 5-14, mar. 2011; RÜSEN, Jörn. The Horror of Ethnocentrism: Westernization, Cultural Difference, And Strife in Understanding Non-Western Pasts In Historical Studies. *History and Theory*, v. 47, p. 261-269, 2008.

amplitude maior da vida humana prática: os sujeitos necessitam constituir sentido histórico a partir de suas experiências no tempo pelo fato de estarem vivos e de quererem, constantemente, conformar suas vivências (e as vivências culturais da sociedade em que vivem) às suas intenções de ação.

Essa amplitude pode ser observada na proposta do autor do retorno da ideia de filosofia da história para o pensamento histórico-científico atual. Rüsen demonstra-se preocupado, desde os seus primeiros esforços teóricos na década de 1980 e, depois, em 2013, de forma muito mais engajada, em estabelecer uma ideia de filosofia da história, que tenha como base a categoria de humanidade. Em seu texto mais recente, Rüsen apresenta a sua proposta tendo como elemento geral de união de todos os seres humanos o *sofrimento*. Apoiando-se em Burckhardt, Rüsen defende ser o sofrimento um “traço fundamental da vida humana, que usualmente vinha sendo deixado de lado pela filosofia da história<sup>152</sup>”. Caso nos voltemos à categoria de consciência histórica trabalhada no capítulo anterior, veremos que ela funciona como uma reação da mente humana ao desafio imposto pela contingência, o qual certamente causou ao ser humano algum tipo de sofrimento. Haja vista ser da consciência histórica de onde parte a constituição histórica de sentido, é necessário perceber que toda ela surge dessa experiência humana universal, que é a do sofrimento.

A sua proposta de filosofia da história tem como base, pois, a premissa antropológica de que o ser humano sofre não apenas com as consequências de suas próprias ações, mas com as consequências das ações dos demais seres humanos, tanto de seu tempo, como do passado. Sendo assim, Rüsen sugere que se pense uma filosofia capaz de lidar com o sofrimento histórico, em vias de saná-lo<sup>153</sup> e, para isso, ele sublinha a categoria de *humanidade* como possível *comunidade ampla de comunicação*<sup>154</sup> entre os sujeitos, principalmente aqueles que produzem conhecimento histórico através dos parâmetros da ciência da história<sup>155</sup>. Ademais, ele reinsere a capacidade de pensar

---

<sup>152</sup> RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 118.

<sup>153</sup> Tal filosofia da história acredita, até mesmo, ser possível “melhorar” o ontem: ““melhoramento” refere-se, portanto, à transformação da contingência da experiência do passado – a qual emerge da disparidade estrutural entre intenções do agir e resultados da ação – numa totalidade narrativa plena de sentido, que, por isso, pode orientar o agir futuro.”. Ver: RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem?, p. 284.

<sup>154</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 145.

<sup>155</sup> Ainda no segundo livro de sua trilogia, Rüsen apresenta a categoria de humanidade enquanto uma noção que deve ser levada em consideração pela antropologia histórica teórica de formação de conceitos de interpretação e análise do passado, “de modo que ela possa funcionar como meio da formação do consenso na luta social atual pelo reconhecimento. “Humanidade”, como critério normativo da categorização da experiência histórica, sintetiza esse princípio do reconhecimento.” RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado, p. 69.

utopicamente<sup>156</sup>, em prol de elaborarmos padrões de futuro desejáveis e avalizarmos as chances racionalmente possíveis de alcançarmos-los.

A assimetria existente nas várias constituições narrativas de sentido histórico poderia ser resolvida caso esses discursos assimétricos fossem criticados, tendo como base a ideia de humanidade, a qual reconhece que o ser humano, “por pura e simples força do seu *ser* humano, (...) possui um valor intrínseco, que, em princípio, compartilha com todos os demais seres humanos<sup>157</sup>”. Para Rösen, de maneira geral por toda a sua teoria da história, a categoria de humanidade funciona enquanto embasamento argumentativo e posicionamento de crítica, conforme se pode observar a seguir:

*Humanidade*, aqui, quer dizer o pressuposto regulativo de uma faculdade racional própria ao gênero humano nos processos de formação da identidade histórica. Essa qualidade da espécie possibilita a regulação pacífica e consensual das relações conflituosas entre identidades históricas particulares<sup>158</sup>.

A partir do momento em que Rösen sugere que a ideia de humanidade funcione como “pressuposto regulativo” da faculdade humana de pensar historicamente, ele está também afirmando que a narrativa científica deve ser balizada por elementos humanitários de sentido. Isso porque é somente na historiografia onde os princípios racionais reguladores das afirmações que os profissionais da história fazem com relação ao passado funcionam como pressupostos para a sua validade. Nos discursos históricos não científicos, como apresentamos anteriormente, o sentido que tais afirmações fazem para aqueles que a têm como verdade torna-se mais fundamental do que a sustentabilidade racional destas. Em outras palavras, os historiadores, ao regularem o resultado de suas pesquisas a partir do princípio de humanidade, devem manter-se sempre atentos às afirmações que proferem, para que não caiam em afirmações desumanas. Pensando em um exemplo extremo, imaginar que algum historiador negue a existência do Holocausto é, nesse sentido, desumano. Desumano justamente porque não leva em consideração as “identidades históricas particulares” de que o próprio Rösen fala em sua definição da

---

<sup>156</sup> Rösen trata do pensamento utópico na última parte de seu terceiro livro do conjunto de 1980, na qual ele trata da utopia como crítica da história, justamente por colocar constantemente os sujeitos em uma posição de inquietação quanto àquilo que poderia ter sido (e que, portanto, *ainda* pode vir a ser), enquanto reforça a ideia de que o pensamento racional serve exatamente para criticar o pensamento utópico e avaliar as possibilidades reais de seus anseios. Ver: RÜSEN, Jörn. História viva, p. 144-147.

<sup>157</sup> RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 150.

<sup>158</sup> RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado, p. 18.

categoria de humanidade. Desumano, porque desrespeita aqueles que viveram, sentiram e ainda sentem as consequências desse acontecimento. Desumano, enfim, porque desacredita de algo com base em algumas technicalidades, quando já existe uma série de pesquisas elaboradas de acordo com os padrões científicos de pesquisa histórica e que não deixa brechas para a negação de tal evento.

O resultado desse processo regulativo da categoria com relação à narrativa histórico-científica não poderia ser outro, senão o da *humanização*, como afirma Rüsen:

Na medida em que se trata da função de formação de identidade dos agentes, pode-se qualificar o processo de racionalização do pensamento histórico também de *humanização*. No cerne da argumentação especificamente científica está a convicção de todos, cuja identidade histórica está em causa, que uma mesma razão lhes é comum, tornando-os assim aptos a reconhecer a alteridade do outro na singularidade de si mesmo<sup>159</sup>.

O reconhecimento da alteridade, o reconhecimento do outro como parte fundante de si, a identidade alheia enquanto significativa na constituição da própria identidade: estes são os pressupostos que devem regular a constituição histórico-científica de sentido quando balizada pela categoria de humanidade na teoria de Rüsen. Ela funciona, por fim, como o princípio categorial que pressupõe o reconhecimento mútuo entre as mais diversas culturas históricas humanas<sup>160</sup>. Ela é, para o autor, a comunidade universal de comunicação, a qual deve ser respeitada e tida como referência para os discursos históricos-científicos, caso se objetive uma identidade plural; única, como toda a subjetividade humana e individual, mas que reconheça tal unicidade inserida na disparidade de modos de constituição de si. A objetividade da historiografia, portanto, segue, na teoria de Rüsen, o princípio da *objetividade construtiva*. Trata-se de uma narrativa capaz de produzir conhecimento intersubjetivamente válido à medida que “esteja sempre aberta ao reconhecimento da identidade de todos os outros<sup>161</sup>”.

---

<sup>159</sup> RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*, p. 18.

<sup>160</sup> RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*, p. 69.

<sup>161</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*, p. 145. É notável perceber que, para Rüsen, a objetividade do conhecimento histórico reflete-se de maneira dialética com a subjetividade do sujeito interessado em elaborar tal tipo de conhecimento uma vez que a “história como experiência não se situa fora de nós mesmos. A experiência histórica não é dada apenas previamente nos vestígios do passado com que os historiadores lidam, sob a forma de fontes. A história é dada previamente também em nós, e mesmo mais, na medida em que nós próprios somos resultado de desenvolvimentos temporais de longa duração. Antes de pensarmos em história, e antes de a rememorarmos, já somos história. Antes de pensarmos no passado enquanto passado – e esta é uma condição necessária do construto cultural “história” como elemento de orientação cultural – o passado é presente”. RÜSEN, Jörn. *Narratividade e objetividade nas ciências*

É por essa lógica, portanto, que a constituição de sentido histórico-científico na teoria de Jörn Rüsen assume o caráter universal, posto que humanamente reconhecível, escapando assim da armadilha de estar localizada em um determinado país, ou de ser voltada para a resolução das carências exclusivas de um determinado povo. A categoria de sentido histórico (científico) na teoria de Rüsen, por ser mediada pela categoria de humanidade, prevê o diálogo argumentativo-racional entre as mais diversas nacionalidades. Não é à toa que o próprio Rüsen, em estudos posteriores àqueles que deram origem à trilogia, volta-se para o diálogo intercultural com pensadores da África do Sul e da Ásia<sup>162</sup>.

Além disso, Rüsen se arrisca no terreno movediço da reconstituição da utopia. Ele leva em consideração as experiências aterrorizantes do século XX, não para abandonar a crença em um futuro possível e mais igualitário entre as várias nacionalidades e os vários povos, mas para ponderar justamente sobre o horizonte utópico o qual, ainda, é válido perseguir. Ele aborda a utopia, nesse sentido, enquanto “inquietude da cultura”:

A utopia como “inquietude da cultura” tem um sentido duplo: um sentido perturbador, intranquilizador, irritante, bem como um sentido mobilizador, estimulante e vivaz. Se logramos ponderar os elementos utópicos da orientação cultural da ação de maneira a afastar o perigo de pervertê-los em instrumentos de poder e violência, eles poderão inspirar nosso agir como fontes vivas de força, aguçar nosso olhar crítico para as circunstâncias e desenvolvimento do mundo e fortalecer as esperanças que são o elixir da nossa vida<sup>163</sup>.

O elemento utópico da orientação cultural da vida humana deve passar pela crítica racional da consciência histórica, exatamente para que seja possível evitar instrumentalizações<sup>164</sup>. De qualquer forma, é relevante destacar a categoria de sentido da

---

históricas. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora UFPR, 2010, p. 129-150 (esp. p. 149). Sobre o elemento da objetividade na teoria de Rüsen, Georg Iggers o aborda numa lógica dialética entre objetividade e subjetividade, da qual podemos concluir que embora seja impossível escrever a história como ela “realmente aconteceu”, é plenamente possível escrevê-la mediante aquilo que se sabe “não ter acontecido”. Ver: IGGERS, Georg G. *Critique/Kritik. Erwägen, Wissen, Ethik*, v. 22, n. 4, p. 532-534, 2011.

<sup>162</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. *History: narration – interpretation – orientation*. Oxford: Berghahn Books, 2005; RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido*, 2014.

<sup>163</sup> RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido*, p. 328.

<sup>164</sup> As primeiras reflexões de Rüsen nesse sentido já aparecem no final do terceiro livro de sua trilogia sobre teoria da história, publicada na década de 1980. Ele dedica a conclusão desse livro ao trabalho com três categorias de futuro: a utopia, a alteridade e o *kairos*. Por mais que o tempo kairótico tenha deixado de figurar em suas publicações mais recentes, é importante perceber como a utopia e a alteridade



história na teoria de Rüsen a partir de três direcionamentos possíveis (os quais, não obstante, se complementam): primeiro, o da teleologia da ação humana; segundo, o da normatividade e, terceiro, o da utopia.

Em resumo, o que leva os sujeitos à necessidade de interpretarem a própria experiência no tempo, ou as experiências das coletividades de que fazem parte? Trata-se do imperativo de se adequar as experiências do passado às metas de ação no presente, as quais, na maioria dos casos, tornaram-se inadequadas devido à experiência irritante da contingência. Ao atuar dessa forma, os indivíduos buscam superar o sofrimento e enxergar a realidade sob uma ótica não mais dominada pela crise causada pela contingência. Parar nessa etapa da abstração poderia significar o abandono de uma questão relevante, mas que se encontra no cerne da teoria da história: o futuro. Rüsen não deixa essa dimensão temporal desassistida, ele dedica esforços em torno de discutir a utopia e a possibilidade de se reelaborar uma filosofia da história no contexto atual<sup>165</sup>.

Trata-se de tentar reestabelecer a crença em um futuro possível. O sentido da história na teoria de Rüsen, portanto, é um que quer entender como se formam os sentidos das histórias que os sujeitos contam e consomem para se orientarem no tempo; ao mesmo tempo em que é um que se projeta para além desses mesmos sujeitos. Um sentido da história preocupado com o sentido da humanidade enquanto categoria principal de ponderação das afirmações feitas pelas narrativas históricas, uma ponderação que se quer lançada para o futuro. Um sentido da história que quer projetar um futuro mais humanitário, enfim (mantendo-se a discussão em aberto sobre o que “humanitário” quer dizer para a comunidade científica atual).

---

permaneceram e ganharam destaque em suas publicações recentes. Ver: RÜSEN, Jörn. História viva, p. 135-150.

<sup>165</sup> Na versão mais atual de sua teoria da história, Rüsen se dedica à questão do futuro, pensada a partir das experiências do século XX, sob o ponto de vista do contrassenso e, ainda assim, da possibilidade (e necessidade) de reflexão. Citando como exemplo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois, Rüsen afirma esta estabelecer o kairós como desafio, pois as gerações contemporâneas à Declaração, e sobretudo as gerações seguintes, serão provocadas “a considerar a ideia dos direitos humanos como imperativa, a preservar sua tradição e a trabalhar por sua efetivação”. Passado e futuro, então, são conectados de maneira a constituir sentido até mesmo a partir das experiências mais extremas de contrassenso. RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 284.

### CAPÍTULO III

#### **A ausência de sentido como possibilidade de se constituir sentido histórico:**

memória e trauma na teoria da história de Jörn Rüsen

Nos capítulos anteriores, tratamos majoritariamente do tema do sentido e de como ele se desenvolve na teoria da história de Rüsen. Buscamos mostrar, por meio de uma análise da constituição narrativa de sentido na teoria desse autor, tanto o seu caráter pré-concebido, quanto os vários tipos de sentidos para as histórias que podem ser observados na cultura histórica. Tratamos da questão do sentido da história, entretanto, somente a partir da ideia de que o passado se dobra à intenção dos sujeitos de construir sentido histórico para as suas ações. O que ocorre, contudo, quando a experiência se revela tão dolorosa a ponto de não ser possível encará-la para se constituir sentido histórico para o presente? E quando a contingência temporal rompe de tal forma com as expectativas de futuro, que se torna impossível a elaboração de sentido através dessa experiência (ou desse conjunto de experiências)?

Essas questões ganharam centralidade notadamente na segunda metade do século XX. As experiências da Segunda Guerra Mundial, principalmente a do Holocausto orquestrado pela Alemanha nazista, a Guerra Fria e a construção e queda do Muro de Berlim tornaram claro para os historiadores que estava em operação uma nova relação entre passado, presente e futuro, relação esta que precisava ser pensada pela ciência da história. Tratava-se da necessidade de se pensar uma relação com o tempo, a qual não partisse do pressuposto de que tais experiências catastróficas pudessem “perder” a sua qualidade de assustadoras à mente humana, quase como se, por meio da narração de uma história, o Holocausto, ou até mesmo as experiências de Estados de exceção (muito recorrentes na América Latina), passassem a figurar como “mais um” acontecimento no passado da humanidade. Era preciso que se reconhecesse a presença teimosa e constante de um passado que se impõe reiteradas vezes ao presente<sup>166</sup>.

---

<sup>166</sup> Rüsen se refere às experiências do século XX como “experiências catastróficas” e sugere aos historiadores que sejam pensadas novas formas de ainda ser constituído sentido histórico, mesmo através de experiências que teimem em fazer sentido. Ver: nota 2, cap. 1. François Hartog também é um dos autores que se destaca nesse debate e que argumenta em torno de uma transformação substancial da forma com que os seres humanos lidam com suas próprias experiências no tempo e com as experiências do passado, com o passar dos acontecimentos da segunda metade do século XX. Ver: HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 19.

Como é possível de se pensar a constituição histórica de sentido mediante um passado com essa qualidade? Aliás, seria possível ainda pensarmos, nestes casos, em uma constituição histórica de sentido? Jörn Rüsen, em sua teoria da história, toca nessas questões justamente para responder sobre a possibilidade de se constituir sentido histórico a partir de tais experiências, as quais ele qualifica como sendo “traumáticas”. Nesse capítulo, portanto, trataremos das diferenças de constituição de sentido histórico, entre os meios da memória e da consciência histórica, para então partirmos para a aparente impossibilidade de se constituir sentido quando a lembrança evocada pelo pensamento humano for traumática. Com isso, chegaremos às sugestões de Rüsen quanto à chance de se perdoar o passado doloroso através de um processo cognitivo de luto.

Interessa-nos, portanto, apresentar as reflexões de Rüsen sobre as questões que envolvem memória e história relacionadas às experiências traumáticas, contrastando-as com as de outros autores relevantes, para alicerçar a ideia de que é possível constituir sentido histórico *mediante* experiência traumática, como defendido por Rüsen. Este autor nos provoca a acreditar que o passado, por mais doloroso que seja, se evocado pelo presente, traz consigo elementos significativos, os quais possibilitam ser reordenados, se quisermos *fazer sentido* até mesmo das experiências do passado mais aterrorizantes. Nenhuma lembrança deve resistir à força cognitiva da consciência histórica.

### **Memória e consciência histórica na definição da identidade**

De acordo com o que viemos trabalhando até então, haveria, na teoria de Rüsen, algum elemento no cotidiano humano responsável por desestabilizá-lo em termos de expectativas de futuro. Quer dizer, tanto os elementos prévios do passado, quanto aqueles constituídos no presente, eventualmente podem vir a falhar em termos de orientação temporal. Mais do que isso, o decorrer do tempo pode provar-se extremamente frustrante em relação às expectativas constituídas em primeiro lugar. É dessa forma que Rüsen destaca a contingência em sua teoria: como o eventual que ocorre na vida humana e que serve para lembrar constantemente do caráter surpreendente da vida. Por isso, Rüsen se refere à contingência como “fundadora da experiência temporal”, da “sensação de temporalidade”, o que necessariamente leva o pensamento histórico à situação de ter de

reorientar-se no tempo, se o sujeito quiser continuar agindo e de acordo com suas intenções<sup>167</sup>.

Instigados a refletirem sobre suas próprias expectativas de futuro e sobre o reordenar de suas experiências no passado, os seres humanos são chamados à responsabilidade de se definirem para si mesmos e para o mundo. Eles devem ordenar os acontecimentos de sua vida de maneira a dar forma às suas identidades no presente. Ao realizarem tal atividade, portanto, eles são capazes de estabilizar o tempo. A contingência que se impôs sobre suas expectativas, entretanto, não chega a ser superada ou excluída, mas é aderido a ela um significado e um sentido próprios, novos.

Tal estabilização, conforme apresentado no capítulo anterior, se dá sob a forma de uma história. As histórias são os produtos mentais do pensamento humano através dos quais os sujeitos identificam quem são, ao mesmo tempo em que reconhecem o mundo ao redor<sup>168</sup>. Isto se dá, segundo Rösen, uma vez que estes sujeitos não “podem dizer quem ou o que são, sem ter de dizer, ao mesmo tempo, quem ou o que são os outros com os quais têm a ver<sup>169</sup>”. Tem-se, pois, que a constituição da identidade na teoria de Rösen é um procedimento diacrônico e sincrônico. Ao ser posta dessa forma, a definição de identidade na teoria de Rösen pode parecer uma definição estanque. Entretanto, deve-se notar que as contingências continuam ocorrendo na vida práticas de todos os sujeitos, ininterruptamente (exatamente por não ser possível “prever” o futuro, apenas perspectivá-lo<sup>170</sup>).

A identidade histórica humana, segundo Rösen, é constituída de um misto de lembranças dos acontecimentos passados, representação de continuidade temporal e orientação no tempo. É por meio da busca por uma saída frente à contingência que os seres humanos recorrem à sua faculdade mental de lembrar e associam as lembranças àquilo que eles querem definir como “identificar” a si mesmos e ao mundo. Rösen afirma, entretanto, que o ato de lembrar pode ocorrer de duas formas, considerando-se que as duas constituem sentido histórico e, assim, identidade: de um lado, orientado pela

---

<sup>167</sup> Trata-se da oposição entre tempo natural e tempo humano, sendo o tempo natural o tempo da contingência, o da eventualidade; daquilo que não se esperava. Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 60.

<sup>168</sup> “As histórias não são criadas assim sem mais nem menos – elas têm de ser narradas de modo que possíveis dúvidas acerca de seu conteúdo já venham previamente esclarecidas. Tendo-se presente que as histórias tornam consciente a identidade de seus destinatários como permanência no fluxo do tempo e que, mediante essa função, constituem essa identidade, o argumento fica claro”. Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 86.

<sup>169</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 87.

<sup>170</sup> Já que “expectativa” não significa previsão no sentido de profecia. Antes, trata-se de uma esperança fundamentada”. Ver: RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado, p. 52.

memória e, do outro, pela consciência histórica. Quanto orientada pelo pensamento histórico, a lembrança do passado adquire níveis de complexidade maiores do que os da memória histórica, exatamente porque o pensamento histórico “critica” a tradição, na qual a memória se baseia para constituir sentido e identidade históricas. Distinguir o que, na teoria de Rüsen, é “memória” e “lembrança”, contudo, é essencial para que explanemos corretamente sobre suas propostas acerca da constituição da identidade histórica.

A *memória* pode ser entendida enquanto a infinidade de acontecimentos que ocorreram e estão disponíveis para serem lembrados<sup>171</sup>. Para Rüsen, a memória é constituída do conjunto de acontecimentos do passado dos quais se tem notícia e aos quais se tem acesso no presente<sup>172</sup>. Dessa infinidade são destacados, pelo pensamento histórico humano, pequenos pedaços para que sirvam na organização de uma história. Esses “pedaços” são as lembranças propriamente ditas. Quando são destacadas lembranças desse arcabouço de acontecimentos da memória, diferenciam-se os atos de constituição identitária promovidos pela memória e pela consciência histórica, ou seja, pelo simples ato de lembrar em contraposição ao ato de lembrar criticando passado e presente<sup>173</sup>.

A narrativa histórica elaborada pela memória (e que concede forma às identidades dessa maneira) pode ser associada à categoria de tradição e às narrativas tradicionais na

---

<sup>171</sup> Allan Megill observa, em relação ao contexto atual de globalização e sua influência no tratamento que os sujeitos dão às suas próprias memórias e às memórias pessoais, uma busca crescente pelo ato de lembrar. O autor aponta, portanto, que isto se dá em decorrência da insegurança crescente que se sente quanto à manutenção da própria identidade. Nos termos da teoria da história de Rüsen, podemos entender tal insegurança como uma constante presença do passado traumático e ameaçador, que não permite que os seres humanos estabilizem suas próprias identidades históricas em relação a ele. Ver: MEGILL, Allan. *History, memory, identity*. In: \_\_\_\_\_. *Historical knowledge, historical error: a contemporary guide to practice*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 41-53 (esp. p. 43). Hermann Lübbe também aponta que a sociedade atual tem criado uma necessidade cada vez maior de memória e, por isso, recorre de maneira crescente às lembranças do passado, ocasionando o que pode ser chamado de musealização do passado. Entre Megill e Lübbe, portanto, observa-se como esses dois autores pretendem explicar a necessidade humana de utilizar-se das memórias do passado para constituírem suas próprias identidades. A importância de se “explicar historicamente”, como afirma Lübbe, aproxima-se bastante da proposta de Rüsen, uma vez que “nós explicamos historicamente aquilo que, ao invés de acontecer em conformidade com as expectativas seguras, processos ou regularidades conhecidas, ocorre em consequência de eventos que intervêm de forma contingente, ou graças a efeitos colaterais imprevisíveis”. Ver: LÜBBE, Hermann. *Esquecimento e historicização da memória*. *Estudos históricos*, v. 29, n. 57, p. 283-298, 2016 (esp. p. 294).

<sup>172</sup> Em seu *Razão histórica* Rüsen explicita que a memória é o conjunto de acontecimentos presentes na memória coletiva, ou seja, estão nela reunidos todos os eventos “memoráveis”, os quais podem, ou não, vir a ser material para a constituição identitária dos sujeitos mediante memória histórica ou consciência histórica. Em seu *História viva*, por sua vez, Rüsen elabora o tema da memória com relação à constituição histórica de sentido, afirmando ser por meio da memória histórica que o sujeito elabora a experiência do tempo. Ver: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*, p. 66-67; RÜSEN, Jörn. *História viva*, p. 44, 79 e 124.

<sup>173</sup> É no ato de lembrar promovido pela consciência histórica, inclusive, que se fabrica o esquecimento: “a consciência histórica não se caracteriza apenas pela lembrança, mas sempre também pelo esquecimento: somente o jogo do lembrar e do esquecer fornece as referências temporais que o passado tem de assumir, a fim de poder produzir uma representação de continuidade instituidora de identidade”. Ver: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*, p. 84.

teoria de Rösen. Associadas à ideia de tradição, essas narrativas não se preocupam em separar o passado do presente e do futuro, o que acarreta em identidades orientadas por sentidos historicamente válidos em um tempo que não necessariamente é mais o presente. Nesse caso, entende-se o porquê de o passado muitas vezes ser evocado pelo presente para legitimar posicionamentos e ações conservadoras, quando orientado por narrativas desse tipo. Elas recebem essa pecha por almejam que no presente sejam repetidas determinadas ações do passado, ou que se mantenham determinados *status quo*, simplesmente porque “sempre foi assim”.

Nem sempre, todavia, as identidades constituídas mediante memória histórica legitimam posicionamentos e ações conservadoras. Conforme o que se tem assistido com maior frequência na segunda metade do século XX, alguns grupos sociais se recusam a deixar um determinado passado passar. Eles evocam o seu conteúdo no presente, não para constituírem suas identidades a partir disso, mas sobretudo a despeito do ocorrido no passado. Nesses casos, tais grupos evocam o passado justamente para se prontificarem *contra* a possibilidade de repetição de seus sentidos históricos no presente<sup>174</sup>.

Para Rösen, o que distingue memória e consciência histórica, no que diz respeito à constituição da identidade humana, é o nível de complexidade com que cada uma trata a experiência do passado. Na memória, constitui-se identidade através de uma relação entre passado e presente que é centrada no presente<sup>175</sup>. Isto é, as narrativas da memória histórica preocupam-se em responder a uma demanda da vida prática de forma rápida e efetiva. Rösen afirma, pois, que “o poder vital da memória repousa na manutenção viva

---

<sup>174</sup> Uma das principais referências da atualidade para tratar desse tema é Berber Bevernage. Esse autor publicou uma série de artigos que tiveram seus argumentos organizados em sua tese, defendida em 2011, na qual ele aponta para a persistência do passado no presente e detalha de que maneiras os sujeitos que se valem de tal articulação justificam suas ações contrárias às políticas estatais. Ver: BEVERNAGE, Berber. Time, presence, and historical injustice. *History and Theory*, v. 47, p. 149-167, 2008; BEVERNAGE, Berber; AERTS, Koen. Haunting pasts: time and historicity as constructed by the Argentine *Madres de Plaza de Mayo* and radical Flemish nationalists. *Social History*, v. 34, n. 4, p. 391-408, 2009; BEVERNAGE, Berber. *History, Memory, and State-Sponsored Violence: Time and Justice*. New York/London: Routledge, 2012.

<sup>175</sup> No que tange à especificidade da memória histórica na formação da identidade dos sujeitos, ainda podemos articulá-la à categoria de tradição na teoria de Rösen. A tradição, tal definida no Cap. 1, pode servir para observarmos como as orientações elaboradas previamente podem constituir identidades. Ainda assim, não se deve perder de vista que as tradições servem, inclusive, para orientarem os sujeitos no presente *quando* a contingência irrompe. Ou seja, aqueles sentidos previamente constituídos podem ser evocados, pelo pensamento histórico no presente, para sanarem a carência de orientação instaurada pela contingência. A memória histórica, portanto, enquanto uma resposta do pensamento histórico humano à contingência, recorre aos sentidos previamente constituídos e disponíveis para esses sujeitos, em suas culturas históricas, estabilizando, assim, as suas identidades. Ver: RÖSEN, Jörn. Razão histórica, p. 74-82.

do passado efetivamente experimentado por aqueles que lembram<sup>176</sup>”. As identidades daí decorrentes podem ser associadas, em sua teoria da história, àquelas constituídas por narrativas tradicionais e exemplares<sup>177</sup>. Isso significa dizer que a complexidade do tratamento do passado, típica da crítica que a consciência histórica faz à tradição, está ausente no processo de constituição histórica de identidade a partir da memória<sup>178</sup>.

Essa criticidade é, portanto, o que, para Rüsen, distingue os dois modos de tornar presente o passado. Nas narrativas históricas estabelecidas pela consciência histórica, elabora-se um relacionamento entre passado, presente e futuro que é caracterizado pela tensão temporal, pela diferença e divergência entre esses tempos, por mediações “dialéticas e narrativo-argumentativas do tempo<sup>179</sup>”. O seu modo específico segue um processo de quatro etapas, conforme descreve Rüsen, que são: percepção, interpretação, orientação e motivação<sup>180</sup>.

O primeiro passo é o da percepção, porque o passado necessita ser notado em sua estranheza, antes de poder ser inserido em uma representação de continuidade que faça sentido para a vida cotidiana. Em seguida, como um segundo passo, é aderido a ele algum conjunto de ideias de valor capaz de interpretá-lo em relação à experiência do tempo presente. A orientação, em terceiro lugar, é o que se alcança com esse processo cognitivo, no qual o sujeito se enxerga no tempo (orientação “para dentro”), compreende-se inserido em um contexto histórico, bem como projeta as suas ações no futuro (orientação “para fora”). Uma vez orientados, portanto, eles encontram motivação para o agir, o que caracteriza o terceiro passo da constituição identitária realizada especificamente pela consciência histórica.

---

<sup>176</sup> RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da historiografia*, n. 2, p. 163-209, 2009 (esp. p. 168).

<sup>177</sup> É importante termos em mente, aqui, as distinções dos níveis de constituição histórica de sentido mediante narrativas, tratados no capítulo anterior. Como foi abordado, toda constituição histórica de sentido tem como fim a conformação da identidade dos sujeitos, reordenando o tempo de maneira tal que o mundo faça sentido para a subjetividade daquele que age, mas que também o seu próprio eu continue firme nas transformações do mundo que geraram a necessidade de constituição histórica de sentido, em primeiro lugar.

<sup>178</sup> De maneira unilateral, mas que serve bem para observarmos tais distinções, Rüsen afirma: “(...) pode-se dizer que a memória *apresenta* o passado como uma força móvel do espírito humano guiado pelos princípios do uso prático, enquanto a consciência histórica *representa* o passado em um inter-relacionamento mais explícito com o presente, guiado por conceitos de mudança temporal e por reivindicações de verdade; ele reforça a especificidade temporal do passado como uma condição para sua relevância no presente. A memória é um relacionamento imediato entre passado e presente, enquanto que a consciência histórica é mediada. A memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição. A memória está cravada no presente, a consciência histórica abre essa relação ao futuro”. Ver: RÜSEN, Jörn. Como dar sentido, p. 166.

<sup>179</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Como dar sentido, p. 168.

<sup>180</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Como dar sentido, p. 168-169.

Observa-se, nesse sentido, que em sua teoria Rüsen está preocupado com aquilo que inicia a necessidade de reordenação temporal (a irritação causada pela contingência), bem como com o produto de tal esforço cognitivo. O seu objetivo com isso é analisar, em primeiro lugar, o que leva os sujeitos à necessidade de restabelecerem suas metas de ação e, em segundo lugar, o que pode ser considerado como o resultado desse esforço, o modo com que os diferentes tipos de narrativas históricas estabilizam as identidades dos sujeitos (sua autocompreensão<sup>181</sup>).

Pode-se afirmar, assim, que, tendo a constituição de suas identidades como objetivo final, os sujeitos movimentam a sua faculdade de pensar sobre o conjunto de acontecimentos que formam o passado humano<sup>182</sup>. Nesse processo, uma possível “vantagem” da consciência histórica sobre a memória repousa na racionalização crítica do tempo conforme apresentado pelas tradições no presente, efetuada pela primeira. Ao estabelecer tal relação com o passado, o sujeito, por meio de sua consciência histórica, torna-se capaz de percebê-lo à distância, interpretá-lo, orientar-se através dele e motivar a sua ação (ou suas respostas à ação do tempo sobre ele). Trata-se de uma maneira de o sujeito assenhorar-se do passado<sup>183</sup>.

Através das reflexões trazidas pela teoria de Rüsen, pode-se afirmar que é por meio da atividade crítica da consciência histórica que os sujeitos se apoderam de seus próprios acontecimentos passados, e do passado das culturas históricas nas quais estão inseridos. Quando comparada à atividade constituidora de identidade da memória histórica, a consciência histórica realiza uma releitura dos sentidos e dos significados previamente existentes e trazidos para o presente mediante (principalmente) as tradições. Não se trata, portanto, de uma negação, por parte da consciência histórica, do legado do passado, mas sim de uma reapropriação de seus conteúdos de sentido, em busca de constituir, no presente, sentidos históricos distintos. Enquanto a memória parece solidificar o passado, a consciência histórica, ao distanciar-se criticamente dele, torna-o pulsante no presente. O passado ressurge no presente de maneira ausente, porém, cheia de sentido e significado. Dessa forma, além de pulsar, ele serve enquanto estímulo para novas constituições narrativas de sentido histórico<sup>184</sup>.

---

<sup>182</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Como dar sentido, p. 173.

<sup>183</sup> “O homem necessita estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo, ao longo do tempo, a fim de poder agir nesse decurso temporal, ou seja, assenhorar-se dele de forma tal que possa realizar as intenções de seu agir”. RÜSEN, Jörn. Razão histórica, p. 58.

<sup>184</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Zerbrechende Zeit, p. 165.



Em suma, a relação estabelecida entre os acontecimentos do passado e a consciência histórica dota a reconstrução do passado no presente de normas e valores. A diferença encontra-se no fato de que, por meio da memória histórica, o passado é trazido para o presente e suas normas e valores são quase que mimeticamente associados às metas de ação dos sujeitos. Rüsen afirma que o passado, nesse sentido, corre o risco de ser transformado em mito<sup>185</sup>. As suas características temporais próprias ao espaço e ao momento de sua ocorrência são deixadas de lado, em prol do caráter ontológico de sua importância para o presente. Essa especificidade, que é praticamente deixada de lado pela memória histórica, é destacada pela consciência histórica, que enxerga as normas e os valores dos acontecimentos passados, no passado, e se esforça para fazê-las dialogarem dialeticamente com as normas e os valores do tempo presente.

Em sua teoria da história, Jörn Rüsen não trata desse processo de constituição histórica de identidade somente sob o ponto de vista da contingência que possibilita a criação de novos sentidos históricos para os sujeitos no presente. Para o autor, é essencial que levemos em consideração aqueles acontecimentos inesperados que rompem completamente com a possibilidade de constituição de sentido, seja por meio da memória, seja por meio da consciência histórica. As discussões que se seguem têm como foco a questão da temporalidade e dos modos distintos de refletir sobre as experiências temporais: um que chamaremos de “moderno” e outro que rompe com esse modelo da modernidade. A proposta de Rüsen, nesse sentido, insere-se em um debate sobre como lidar com a experiência do passado que parece recusar-se a constituir sentido para o presente, mais precisamente, a experiência traumática.

---

<sup>185</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit*, p. 166.

## Tempo da história, tempo do trauma

Historiadores como Chris Lorenz e Berber Bevernage afirmam que a preocupação com o estudo da temporalidade possui uma história relativamente recente, podendo ser traçada a partir dos trabalhos de Fernand Braudel e Reinhart Koselleck, que datam da segunda metade do século XX<sup>186</sup>. Além deles, historiadores como Aleida Assmann e François Hartog atestam o fim de uma temporalidade específica, a temporalidade moderna<sup>187</sup>. Haveria, segundo esses autores, uma maneira tipicamente moderna de ler o tempo e a sua inter-relação, marcada pela aceleração e pelo progresso, protagonizados pelo pensamento científico. Tal maneira teria entrado em colapso principalmente devido às experiências vividas no século XX (sendo a mais extrema delas o Holocausto). Mateus Pereira e Sérgio da Mata relativizam a tese quanto à uma súbita quebra na temporalidade moderna e sugerem que são ainda demasiado unilaterais as leituras sobre o tempo presente como o “tempo da desaceleração”, em comparação com o tempo em movimento da modernidade<sup>188</sup>.

Em contrapartida ao tempo moderno, os historiadores que reforçam a ideia de uma quebra nessa temporalidade específica apontam para a existência de tempos paralelos, constituídos por uma presença muito maior, seja do passado no presente (nos trabalhos de Bevernage e na leitura do tempo feita por Assmann, por exemplo), seja do presente por si só (vide a categoria de *regimes de historicidade*, conforme nos apresenta Hartog). Seja como for, a temporalidade moderna, majoritariamente preocupada com o futuro, responsável por estabelecer uma relação com as identidades dos sujeitos de maneira tal que eles sejam capazes de crer em um projeto de futuro, teria caído por terra. A destruição causada pelas experiências do século XX foi tão forte que a crença no progresso através

---

<sup>186</sup> Ver: LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber. Introduction. In: \_\_\_\_\_. *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013, p. 7-35 (esp. p. 7-8).

<sup>187</sup> ASSMANN, Aleida. Transformations of the modern time regime. In: LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (Org.). *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013, p. 39-56.; HARTOG, François. *Regimes de historicidade*, 2013.

<sup>188</sup> “O *topos* do “mais rápido do que nunca” sempre se faz acompanhar do *topos* “mais lento do que nunca”. Daí que hipóteses como a de Hartog, Gumbrecht ou a “dromologia” de Paul Virilio tenham apenas um alcance muito limitado: pecam por sua unilateralidade. (...) Abandono da experiência do tempo moderna? Ao que parece, os elementos para responder positivamente a esta questão são ainda insuficientes”. Ver: PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. Transformações das experiências do tempo e pluralização do presente. In: VARELLA, Flávia Florentino. et al. (Org.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 9-30 (esp. p. 26).

da ciência, da razão ou até mesmo a crença na liberdade (ideais do Iluminismo e do cientificismo oitocentista) deixaram de existir.

Nos termos da ideia de que a crença em um futuro possível perdeu consideravelmente a sua força, pode-se enxergar um ponto de concordância entre esses dois grupos de historiadores. Em suas leituras acerca da temporalidade específica do tempo presente (que se apresentou para a sociedade ocidental notadamente pós-1980), encontra-se um pensamento histórico muito mais preocupado com os “passados que não passam” do que necessariamente com a projeção de um futuro para a humanidade. De maneira a observamos melhor o fenômeno, pode-se traçar uma linha divisória que separa a razoabilidade das crenças em um futuro possível, entre a segunda metade do século XX, antes do Holocausto e, depois, principalmente, da queda do Muro de Berlim, em 1989.

O futuro tornou-se um objeto de preocupação, e não mais de esperança. Segundo Assmann, portanto, “a mudança não mais é automaticamente pensada como sendo uma mudança para melhor. O futuro, em resumo, tornou-se um objeto de preocupação, incitando sempre novas formas de precaução<sup>189</sup>”. O passado que recaiu sobre os ombros das nações, pós-segunda metade do século XX fez com que a crença no futuro enquanto um terreno de esperança e possibilidades cada vez mais promissoras ficasse cada vez mais defasada. O futuro, que antes podia ser lido como espaço de criação, tornou-se espaço de preocupação.

Utilizando-se dos conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa, de Reinhart Koselleck, Assmann afirma que o rompimento com a temporalidade moderna fez com que se embaralhassem o vivenciado e as projeções de futuro a serem feitas a partir disso. Notadamente depois dos anos 1980, o espaço de experiência e o horizonte de expectativa ficaram cada vez mais misturados em um presente tornado mais espesso, graças à reverberação constante dos acontecimentos passados. O que, na modernidade, constituiu-se como uma divisão clara: experiência e projeção de futuro, progresso científico e tecnológico, no período atual, tornou-se bastante confuso e pode ser descrito através do conceito de *trauma*.

Para Aleida Assmann, quando se trata do trauma, “não existe divisão entre espaço da experiência e horizonte de expectativa”, presente, passado e futuro encontram-se misturados de maneiras que impedem, na esteira das discussões sobre a teoria de Rüsen, a constituição de sentido histórico a partir da experiência traumática<sup>190</sup>. Os crimes

---

<sup>189</sup> ASSMANN, Aleida. Transformations of the modern time regime, p. 41, tradução nossa.

<sup>190</sup> ASSMANN, Aleida. Transformations of the modern time regime, p. 53, tradução nossa.

cometidos contra a humanidade no século XX perturbam as consciências históricas dos sujeitos, sempre que estes são impelidos a basearem-se em tais experiências para constituir sentido. Dessa forma, as suas tomadas de decisões no presente encontram-se defasadas. Gabrielle Spiegel argumenta que tal problemática traz questões metodológicas sérias para a ciência da história, quais sejam: como lidar com os testemunhos das vítimas dessas experiências catastróficas como fonte histórica? Como tratar da memória especificamente quando ela é traumática<sup>191</sup>? Isto é, o problema da persistência traumática de determinados acontecimentos do passado do século XX como empecilho para a constituição de novos sentidos para as ações atuais vai além, até mesmo, do lidar com isso no cotidiano; toca profundamente o próprio *métier* do historiador.

Nesses termos, é preciso que adicionemos o problema do trauma à constituição da identidade, de acordo com a teoria de Rüsen e, com isso, tragamos o problema do descontínuo, do “passado que não passa”, para a constituição narrativa de sentido histórico. Partindo-se do pressuposto de que o modelo de leitura temporal da modernidade foi minimamente abalado (entendendo-o aqui como o modelo da aceleração, do progresso científico e racional e da constantemente superação do passado pelo presente), torna-se possível que nos voltemos ao modelo de constituição da identidade histórica mediante narrativa, conforme apresentado acima, de acordo com Rüsen. Ou seja, de que maneira Rüsen trata do trauma em sua teoria da história? Como o autor insere essa questão na problemática da constituição narrativa de sentido histórico? E quais são as suas ideias para uma possível superação do trauma?

Em seus primeiros esforços teóricos, até o final da década de 1980, Jörn Rüsen não trabalha com a noção de trauma, muito embora a sua concepção de contingência temporal deixe espaço para a interpretação de uma possível experiência temporal que impossibilite a estabilização da identidade histórica mediante narrativa. É no final da década de 1990 e com mais frequência no decorrer dos anos 2000 que as reflexões de Rüsen passam a tratar diretamente de passados traumáticos<sup>192</sup>.

Para que compreendamos a leitura de Rüsen em torno de temporalidades diversas, que não a linear e progressiva da modernidade, é importante que retornemos à sua categoria de contingência, uma vez que é por meio dela que o seguimento linear e perspectivado do tempo é rompido. Rüsen afirma que toda a contingência é responsável

---

<sup>191</sup> Ver: SPIEGEL, Gabrielle. The future of the past.

<sup>192</sup> Referimo-nos, aqui, principalmente aos artigos dos livros *Zerbrechende Zeit, Cultura faz sentido* e sua recente *Teoria da história*.

por causar uma *crise*, sendo a crise, por si só, a sensação gerada no ser humano com a percepção do rompimento temporal<sup>193</sup>. Fazendo o uso dos tipos ideais weberianos, Rüsén divide a sua categorização de crise em três tipos: normal, crítica e catastrófica, cada uma delas relacionando-se com a ideia de estranheza temporal causada pelo acontecimento da contingência.

Deve-se levar em consideração, ainda, que, segundo Rüsén, a “contingência ocorre sempre em um mundo já previamente dotado de significado e não completamente de forma exterior ou negativa com relação a esse significado<sup>194</sup>”. Isto implica em dizer que, mesmo rompendo a continuidade temporal entre aquilo que se viveu e aquilo que se espera viver, as contingências carregam elementos de sentido e significado da própria cultura histórica na qual elas ocorreram. Pensar as diferentes formas de crise causadas pela contingência, segundo Rüsén, é pensar em um acontecimento que cause um abalo na estrutura temporal do pensamento histórico humano, uma crítica à estrutura previamente estabelecida e objetivada de suas ações no tempo. O esforço cognitivo desse pensamento para constituir uma história é o esforço em torno da atribuição de um sentido histórico à crise; da reordenação do tempo tornado tendencialmente caótico pela contingência<sup>195</sup>.

Em relação ao primeiro tipo, o da crise normal, a contingência rompe com as expectativas de futuro, mas sem causar grandes abalos. Pode-se entender a crise normal como a grande maioria das crises que ocorrem nas vidas práticas dos sujeitos, ou como pequenas eventualidades que rapidamente encontram reordenamento temporal, não raro a partir de elementos de sentido e significados já disponíveis na própria cultura histórica. Em relação à crise crítica, torna-se necessário que a consciência histórica reorganize o tempo de forma mais complexa, uma vez que a contingência rompe as expectativas de futuro de maneira tal que se torna necessária a articulação de novos elementos de sentido para além daqueles disponíveis na própria cultura histórica dos sujeitos. Não é por acaso que seja a partir das crises críticas que Rüsén afirme surgirem novos paradigmas de pensamento e de ação<sup>196</sup>. Elas causam, portanto, um rompimento significativo na linearidade temporal, entre experiência e expectativa, tornando-se necessário o esforço criativo do pensamento histórico em torno de elementos não previamente existentes na cultura histórica para que se constituía sentido para as histórias.

---

<sup>193</sup> Sobre a categoria de contingência e de crise, ver: RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit*, p. 148-153.

<sup>194</sup> RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit*, p. 152.

<sup>195</sup> “A contingência põe em perigo a ordem temporal cultural na qual a vida humana acontece; ela a joga (tendencialmente) para o caos”. RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit*, p. 149, tradução nossa.

<sup>196</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit*, p. 153.

Não é esse o caso com o terceiro tipo de crise, a catastrófica. O acontecimento de contingência específico desse tipo de crise rompe completamente com as possibilidades de reestruturação temporal a partir de elementos de sentido e significado da própria cultura histórica. É como se o evento que a gerou abrisse consigo um buraco negro que engolisse para dentro de si e obliterasse quaisquer tentativas de conferir sentido à experiência. Os sujeitos atingidos por uma crise desse tipo são lançados para uma “terra de ninguém”, na qual é “silenciada a língua do sentido histórico<sup>197</sup>”. A crise catastrófica é a responsável, portanto, por gerar o trauma nas consciências históricas dos sujeitos. Para Rüsen, o acontecimento que, por excelência, serve de exemplo como um acontecimento traumático é o Holocausto<sup>198</sup>. A própria separação das crises em sua teoria é uma forma de Rüsen caracterizar com maior propriedade a experiência do Holocausto na história alemã e judia<sup>199</sup>.

Na teoria da história de Rüsen, a experiência traumática marca uma linha de distinção entre os sentidos das ações humanas. Deve-se entendê-la, segundo sua distinção ideal típica, como a experiência que, por excelência, questiona todos os padrões de sentido previamente estabelecidos pela cultura histórica e impede que novos possam ser constituídos a partir dela. Tudo aquilo que era seguro e digno de ser representado no presente cai por terra. A experiência que ocorre é simplesmente dolorosa demais para que seja possível aplicar sobre ela quaisquer parâmetros interpretativos. Com isso, Rüsen espera escapar da tendência de mitificar o Holocausto em sua qualidade de experiência do passado. O risco de enxergar o Holocausto como um mito é o de terminar por alocá-lo em uma zona da experiência humana na qual a crítica da consciência histórica não surta efeito<sup>200</sup>. Ou seja, Rüsen espera que o acontecimento do Holocausto seja visto enquanto passível de crítica advinda do esforço cognitivo específico da consciência histórica. Ele almeja que o Holocausto seja passível de sofrer uma constituição de sentido histórico e

---

<sup>197</sup> RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit*, p. 154.

<sup>198</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit*, p. 154-155.

<sup>199</sup> “A diferenciação que eu fiz entre as crises “normal”, “crítica” e “catastrófica” é uma tentativa de abordar conceitualmente o caráter específico do Holocausto como trauma da experiência histórica”. RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit*, p. 155, tradução nossa.

<sup>200</sup> “Se situarmos o Holocausto além da história ao lhe dar um significado ‘mítico’, ele perde seu caráter de evento factual empiricamente comprovado. Ao mesmo tempo, o pensamento histórico seria limitado em sua abordagem à experiência do passado. Isso contradiria a lógica da história, pois um mito não se relaciona com a experiência como condição necessária de confiabilidade. Assim sendo, o Holocausto representa o ‘evento-limite’; ele transgride o nível do problema específico do pensamento histórico e atinge o cerne dos procedimentos intelectuais do pensamento histórico em si”. Ver: RÜSEN, Jörn. *Como dar sentido*, p. 194.

que, assim, a sua própria estranheza desumana e assustadora seja reconhecida como possibilidade de sentido histórico.

Não se trata de uma seta que aponte sempre para frente, ininterruptamente, ferindo de maneira mortal aqueles que se coloquem em seu caminho. A seta do tempo, na teoria de Rüsen, pressupõe uma leitura em contramão. O curso do tempo nem sempre confirma as expectativas daquilo que foi planejado pelo pensamento histórico em primeiro lugar. Por ser necessário recorrer ao arcabouço da memória para se constituir sentido, identidade e, portanto, orientação para o agir no presente, os seres humanos necessitam levar em consideração aquelas experiências de suas vidas (ou de suas culturas históricas) que se recusem a serem inseridas em uma lógica diretiva do pensamento. Muitas vezes, inclusive, eles são praticamente obrigados a tal, se pensarmos na pressão nacional e internacional em torno da lembrança do Holocausto para a identidade histórica alemã e judia<sup>201</sup>.

### **A experiência catastrófica entre o trauma e o passado perturbador**

A crise catastrófica e o trauma subsequente são vistos por Rüsen em sua teoria não enquanto algo que deva causar resignação, devido ao seu forte poder de destruição e sua insubordinação frente às tentativas da consciência histórica de constituir sentido através destes acontecimentos. Pelo contrário, com relação a esse tipo de acontecimento, identidades são estabelecidas de diferentes maneiras. Rüsen descreve pelo menos oito formas de se relacionar com passados desse tipo, focando-se sempre no caso do Holocausto<sup>202</sup>. Nenhuma delas, entretanto, destitui o acontecimento traumático de sua qualidade catastrófica e ameaçadora à identidade. Isto é, as estratégias das quais lançam mão os sujeitos, em relação a esse tipo específico de evento, não constituem sentido a

---

<sup>201</sup> Sobre a imposição da lembrança do nazismo na identidade histórica alemã, Rüsen afirma: “o fim do nazismo foi percebido “como catástrofe alemã”, como crise coletiva de identidade que não deixa ninguém incólume. (...) Até hoje, a cultura histórica alemã é marcada pelo esforço para processar e fazer valer a experiência histórica do nazismo e seus crimes numa concepção produtiva e indicativa do futuro do autopoicionamento histórico dos alemães”. Ver: RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido*, p. 129. Ademais, observam-se os esforços teóricos de Rüsen relacionados à identidade alemã a partir do nazismo no seguinte texto, no qual o autor descreve etapas de enfrentamento desse passado, tratado por ele como “a mais radical experiência de crise da história”. Ver: RÜSEN, Jörn. *History: narration – interpretation – orientation*, p. 189.

<sup>202</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit*, p. 172-175.

partir dele, de tal forma que tal evento seja reordenado em uma narrativa histórica capaz de sanar as dores e cicatrizar as feridas abertas pelo passado<sup>203</sup>.

As identidades históricas que precisam se constituir levando em conta a experiência catastrófica estão sob constante ameaça de desestruturação, porque o próprio passado não “se permite” dobrar ao pensamento histórico. Não se trata de estarem simplesmente à mercê das eventualidades do presente – pois todas as identidades também estão, constantemente, nessa condição –, mas sim de uma insegurança que parte do passado, de um tempo que não é mais o da vida prática e que, mesmo assim, age como se fosse uma contingência nova. O acontecimento da contingência nesses casos ocorre às avessas, já que, ao invés de desestruturar as identidades dos sujeitos mediante um novo acontecimento que vem a frustrar as expectativas de futuro, este acontecimento traz de volta um passado capaz de desestruturar o presente. Por isso, a contingência do trauma, na teoria de Rüsen, implica em uma “contingência às avessas”. Rüsen argumenta, em relação às estratégias historiográficas de ordenação do trauma, que, mesmo sendo capazes de estabilizarem momentaneamente as identidades dos sujeitos, oferecendo-lhes algum nível de orientação para as suas ações, tendo como base o próprio trauma, o que essas tentativas terminam por causar é nada mais do que o seu recalçamento<sup>204</sup>. Quando se pensa ter constituído algum sentido histórico capaz de estabilizar a própria identidade em relação ao trauma, algo do presente faz ressurgir esse passado e aquilo que parecia certo e bem organizado volta a ficar desestruturado.

Os esforços de Rüsen nesse sentido são sobretudo teóricos, não tendo ele analisado profundamente casos reais que não o do Holocausto. Berber Bevernage, em contrapartida, é um dos historiadores que mais tem se destacado nesse campo de estudo. Bevernage demonstra como essa temporalidade paralela do trauma interfere na tomada de decisões políticas por parte dos governantes dos Estados. Em países como a Argentina, por exemplo, grupos de pessoas foram organizados para impedir que determinadas ações fossem tomadas em relação ao passado ditatorial, uma vez que tais decisões vão de encontro à apropriação desse mesmo passado, feita pelos mesmos grupos.

Em artigo escrito conjuntamente com Koen Aerts, Bevernage trata do caso das *Madres de la Plaza de Mayo*, movimento social argentino no qual ele enxerga forte

---

<sup>203</sup> “Nesses casos, os acontecimentos dispõem de um caráter “traumático” e contêm poder destruidor para a auto-determinação dos sujeitos. Com tal força permanecem tais acontecimentos como constantes ameaças às identidades, bem como enquanto uma barreira de coerência insuperável no ordenar temporal da vida humana”. RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit*, p. 170, tradução nossa.

<sup>204</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit*, p. 170.



posicionamento contrário à política estatal de “seguir em frente” em relação ao desaparecimento de militantes durante a ditadura argentina<sup>205</sup>. Trata-se de um posicionamento político, o de impedir que esse determinado passado, de fato, passe, já que a leitura temporal desse grupo diverge completamente daquela realizada pelo Estado. Nos termos da teoria de Rüsen, enquanto o governo argentino apresenta propostas para se constituir sentido mediante a experiência traumática da ditadura argentina, as *Madres* reconhecem isto ser impraticável sob os termos de um recalçamento. O que elas almejam, portanto, é que o passado permaneça vivo e atuante no presente, para que aqueles acontecimentos jamais sejam esquecidos (nem “superados”).

Observa-se, nos casos analisados por Bevernage, uma dualidade muito clara entre a temporalidade defendida pelo Estado e por suas políticas de tratamento e de reconciliação social e aquela dos movimentos sociais que se recusam a ver no passado traumático tal qualidade. O posicionamento do autor, entretanto, não é tão propositivo como se poderia pensar. Bevernage não defende que as políticas estatais de fato anulariam o trauma daquele passado, possibilitando um efetivo e saudável “seguir em frente”. Por outro lado, ele também não toma partido pelos movimentos sociais dos casos analisados, partido este que poderia desaguar na afirmação de que as suas leituras temporais em relação ao trauma são benéficas e deveriam ser tomadas como políticas estatais. Seu posicionamento enquanto historiador é o de que cada caso deve ser visto como um caso político específico e deve ser tratado como tal: “decidir como exatamente lidar com o passado após uma transição política e/ou um conflito violento permanecerá como uma questão sócio-política, a qual não pode ser resolvida a priori ou fora de contexto<sup>206</sup>”.

Os modos de se pensar o tempo, de movimentos sociais como o das *Madres* na Argentina e dos governos dos Estados que sofreram com acontecimentos traumáticos, são divididos por Bevernage em categorias, quais sejam: a de *tempo irreversível* e a de *tempo irrevogável*. Ambas reconhecem a inalterabilidade do passado, isto é, aquilo que ocorreu não pode deixar de ter ocorrido; entretanto, o tempo irrevogável rejeita a noção de distância temporal entre o passado e o presente. Agir mediante a noção de tempo irrevogável, portanto, segundo Bevernage, implica em não permitir que o passado passe, atitude muito comum na leitura temporal dos movimentos sociais estudados pelo autor.

---

<sup>205</sup> Ver: BEVERNAGE, Berber. *Haunting pasts*, p. 395.

<sup>206</sup> BEVERNAGE, Berber. *History, memory, and state-sponsored violence*, p. 174, tradução nossa.

Não permitir que o passado, de fato, passe, orienta as ações dos sujeitos em torno de uma constante cobrança, no presente, de atitudes em relação a esse passado específico<sup>207</sup>.

Há ainda uma diferença significativa entre o caráter irreversível e o irrevogável do passado. Afirmar que *não se pode retroceder* frente àquilo que ocorreu é qualitativamente diferente de se afirmar que *não se pode negar* aquilo que ocorreu. No primeiro caso, o discurso histórico, no limite, tende à resignação e tal atitude pode ser associada à leitura temporal como sendo irreversível. Dever-se-ia aceitar o atual estado das coisas justamente porque não se pode mais voltar e fazê-las diferentemente. O passado traumático, então, recebe a pecha da vergonha e a dor daqueles que ainda sentem as suas consequências no presente pode chegar a ser vista como um grande infortúnio.

Resignar-se quanto a um passado traumático e tratar a dor daqueles que ainda sofrem suas consequências sob a lógica do infortúnio pode gerar uma paralisia histórica amedrontadora. Nenhuma sociedade, coletivamente, e ninguém, individualmente, espera que as suas dores sejam tratadas com o inalterável “sentir muito”. Por mais aterrorizante que possa ser a lembrança de um determinado acontecimento (de um determinado conjunto de acontecimentos), a mente humana está sempre tendencialmente voltada para a estabilização da própria identidade. De acordo com o modo com que Bevernage observa essas duas leituras temporais diametralmente opostas, a dos governos e a dos movimentos sociais, pode-se associar aos governos a leitura de tempo irreversível. Ora, justamente por não ser possível *voltar no tempo*, “não há nada que se possa fazer” no presente.

Por outro lado, encarar os acontecimentos do passado sob a lógica do tempo irrevogável é reconhecer que o passado pode ser “teimoso” e recusar-se a passar, o que estabelece o reconhecimento deste passado como algo que não se pode revogar, mas que não necessariamente deva levar à resignação. A diferença, nesse sentido, está no fato de que, na leitura de tempo como sendo irrevogável, o significado do passado para o presente pode mudar<sup>208</sup>.

---

<sup>207</sup> Ver: BEVERNAGE, Berber. *Haunting pasts*, p. 394.

<sup>208</sup> Reconhecer o passado em sua qualidade de irrevogável é, também, caminhar em direção ao luto. Bevernage aponta para a teoria de Freud em prol de delinear a incapacidade desta de explicar, mediante psicanálise, a suposta “falência” do luto nos sujeitos participantes de tais movimentos sociais. Se para Freud o fato de haver um passado teimoso é sinal de um processo de luto que falhou, para Bevernage isso indica um passado que muitas vezes serve de instrumento político poderoso. Não se deve, pois, segundo Bevernage, enxergar a persistência da necessidade de luto, no caso dos movimentos sociais, como uma psicopatologia. O passado perturbador, nos casos analisados por este autor, funciona muito mais como instrumento de luta social, ao invés de significar algo que paralisa a ação, por se tratar de um processo de luto não concluído. Ver: BEVERNAGE, Berber. *Haunting pasts*, p. 394.

Bevernage aponta, portanto, que no caso das *Madres* a sua recusa à permissão de que o passado, de fato, passe, diz respeito à recusa da ideia de que o passado “morra” ao se encerrar as discussões sobre ele (e de que, com isso, a possibilidade de se fazer justiça a seus filhos desaparecidos morra com ele). Isso se torna ainda mais claro quando Bevernage apresenta a nomenclatura que as *Madres* concedem a seus filhos: não “mortos”, mas “desaparecidos”. Elas reclamam, sobretudo, o reaparecimento deles com vida<sup>209</sup>. A morte, nesse caso, significaria o encerramento da questão, o silenciar, o caminhar doloroso e irreversível em direção ao esquecimento (o qual, efetivamente, jamais chegaria, justamente porque o passado iria continuar perturbando o presente dessas mães). Elas se opõem à morte porque negam, sobretudo, a “verdade dos cemitérios”; porque se negam a serem as “mães dos mortos”<sup>210</sup>.

A leitura que Bevernage faz sobre a ideia de morte para as *Madres* é, portanto, uma que relaciona a morte à ideia de tempo que se encerra. À ideia de tempo linear que, quando acomodado em uma história pelo presente – nesse caso, a “história do Estado argentino” – seria encerrada. Bevernage observa uma distinção binária basilar entre esses dois tratamentos do passado e atribui ao passado representado nos discursos históricos das *Madres* a qualidade de “perturbador”. *Passados perturbadores* são aqueles que desestruturam a cronosofia da “historiografia moderna” (a maneira de se pensar o tempo da historiografia moderna), a qual o autor associa à cronosofia que fundamenta as ações do Estado argentino nesse caso. Bevernage articula a sua leitura de movimentos sociais como o das *Madres* de maneira a deixar claro que o “tempo moderno” já não é mais hegemônico e que, além disso, “no momento em que fantasmas são conjurados e passados *animados* nos confrontam, a Razão e a verdade histórica se mostram impotentes”<sup>211</sup>. O autor afirma que o Iluminismo e sua ideia de tempo passado que se encerra já não é mais capaz de explicar as cronosofias de movimentos sociais como o das *Madres*. A sua proposta de uma conciliação entre essas cronosofias divergentes, no entanto, é vaga e demasiado abstrata.

Pode-se afirmar que em seus estudos Bevernage reconhece tal incongruência temporal, sem, no entanto, oferecer-lhe uma resolução. Seus argumentos apontam sempre para uma ponderação entre aquilo que é proposto pelo Estado e aquilo que é cobrado

---

<sup>209</sup> Observa-se tal atitude no *slogan* de suas campanhas: “*aparición com vida*”. Ver: BEVERNAGE, Berber. *Haunting pasts*, p. 397.

<sup>210</sup> Ver: BEVERNAGE, Berber. *Haunting pasts*, p. 397-398.

<sup>211</sup> BEVERNAGE, Berber. *Haunting pasts*, p. 408.

pelos movimentos sociais. Trata-se, no pensamento do autor, de cronosofias divergentes. Ele sugere que se pense, portanto, em uma cronosofia alternativa que seja capaz de reconhecer as duas anteriores, aparentemente inconciliáveis<sup>212</sup>. Por mais que o posicionamento do autor se configure em uma sugestão, ainda que a nível filosófico e epistemológico, não se trata de uma proposta que possa resolver o problema da incongruência temporal de que fala o próprio autor.

Enquanto Bevernage advoga em torno de um passado perturbador que clama para ser resolvido no presente e que desafia constantemente a historiografia moderna e suas leituras temporais, Rüsen apresenta na sua categoria de trauma uma leitura semelhante da penetração do passado no presente além de, em sua proposta de resolução para o presente, sugerir algo que vai além da proposta de uma “cronosofia conciliadora”.

Não se quer afirmar, com isso, que Bevernage deveria estar preocupado em oferecer uma resolução prática para os problemas de enfrentamento do passado das sociedades estudadas. Agir dessa forma seria cobrar do fazer científico algo que vai muito além de suas especificidades, isto é, seria cobrar uma atitude propositiva, quase programática. Afirmamos, entretanto, que na teoria de Rüsen o problema dos passados traumáticos encontra uma saída efetiva, à medida que este autor apresenta uma proposta prática (a qual, importante frisar, o próprio Rüsen reconhece necessitar de mais estudos comparativos para se confirmar, ou não). Ambos reconhecem que o passado nem sempre passa e que algo muito além de sua qualidade transtemporal pode permanecer na cultura histórica e ser trazido constantemente, do arcabouço da memória, pela lembrança dos sujeitos; ou seja, que algo muitas vezes doloroso e destrutivo ainda perdura. O que se observa na teoria de Rüsen, entretanto, é uma preocupação em aplicar à sua própria identidade e à história de seu próprio país, categorias de análise que busquem lidar com o passado traumático do Holocausto. Nesses termos, Rüsen utiliza-se de sua própria teoria para ir além da abstração e fazê-la pousar sobre o terreno da vida prática.

O que caracterizamos como “demasiado abstrato” na análise de Bevernage encontra, nas propostas de Rüsen em relação ao passado traumático, uma tentativa de resolução. Para este autor alemão, a constituição narrativa de sentido histórico deve ser válida, também, para os casos nos quais o passado ainda perturbe e continue gerando contingências no presente (as contingências “às avessas” às quais nos referimos

---

<sup>212</sup> BEVERNAGE, Berber. History, memory, and state-sponsored violence, p. 109.

anteriormente). Em outras palavras, Rüsen trata da ausência de sentido como possibilidade de sentido histórico.

### **Luto e perdão: horizontes possíveis?**

No capítulo anterior, tratamos das dimensões do universal e da humanidade na teoria da história de Rüsen. Apresentamo-las como propostas desse autor até mesmo em direção a uma nova filosofia da história. Sua compreensão de luto e de perdão, nesse sentido, se inserem em sua teoria da história de modo a rearticular as experiências traumáticas, impedindo o seu recalçamento e proporcionando direcionamento para a ação, em algum nível, partindo-me mesmo dessas experiências assustadoras.

Para que se compreenda a proposta de Rüsen em relação ao luto como estratégia cognitiva para a superação do trauma histórico, é necessário que tenhamos em mente que Rüsen enxerga, no luto e no subsequente perdão, uma possibilidade de se melhorar o passado. Há, dessa maneira, uma clara pretensão propositiva quanto a esses elementos de sua teoria da história. Por meio do luto, Rüsen propõe que se alcance o perdão e que, com isso, todos possam viver melhor até mesmo com os passados mais traumáticos. Tratam-se de propostas sumariamente abstratas, tendo o próprio Rüsen sugerido que o caso alemão de gerenciamento da memória do Holocausto, por exemplo, é um caso específico. Ou seja, em se tratando de outros contextos, outros acontecimentos traumáticos, deve-se buscar “traduzir” suas propostas, uma vez que elas foram constituídas a partir do caso específico alemão<sup>213</sup>. No entanto, é importante perceber que a sua teoria não se encerra na apresentação do problema (“a experiência traumática do Holocausto impede a constituição de um sentido histórico a não ser pela via do recalque”), muito menos na proposição de uma saída tão abstrata quanto aquela oferecida por Bevernage, por exemplo.

O caminho que leva, segundo Rüsen, do luto ao perdão, deve ser galgado por um esforço constante, racional e cognitivo, de articulação das experiências do passado em

---

<sup>213</sup> Rüsen sugere que haja três atitudes comuns relacionadas ao tratamento do trauma pelas gerações, são elas: supressão, moralização e historicização. Mesmo assim, ele afirma que ainda são necessárias mais pesquisas para que se possa confirmar isso. Pesquisas que tenham como foco a comparação internacional e intercultural dos modos com que as diferentes sociedades lidam com suas experiências traumáticas. Ver: RÜSEN, Jörn. Holocaust experience and historical sense generation – a german perspective. In: DIAWARA, Mamadou; LATEGAN, Bernard; RÜSEN, Jörn. *Historical memory in Africa: dealing with the past, reaching for the future in an intercultural context*. Oxford: Berghahn Books, 2010, p. 165 - 185 (esp. p. 175).

seu potencial assustador e traumático. A partir disso, abre-se a possibilidade dessa experiência ser vista em todo o terror que causou à ordenação temporal prévia da cultura histórica, o que permite, por conseguinte, o reconhecimento de seu “não sentido” como um sentido próprio.

O que apontamos como vago e demasiado abstrato nos estudos de Bevernage, nomeadamente, a sua proposta de que as cronosofias dos movimentos sociais e do Estado necessitam ser ajustadas em uma cronosofia alternativa, assume, na teoria de Rösen, contornos igualmente abstratos, mas que se pretendem objetivamente observáveis e interculturalmente válidos. Rösen, portanto, reflete sobre a possibilidade de se perdoar o caráter desumano das experiências traumáticas vividas no século XX para, então, sugerir a ressignificação da categoria de humanidade como um todo. O reconhecimento, por parte de Rösen, de que a humanidade enquanto projeto falhou e foi uma das causas das experiências catastróficas do século XX não deve ser associada a um abandono, em seu ponto de vista, da possibilidade de se pensar o universal e a humanidade sob a ideia destes se configurarem, ainda, como horizontes possíveis:

Como algo perdido, a humanidade está sendo reapropriada na forma de uma meta padrão na direção de uma civilização em aperfeiçoamento; e o fato de que isto não tenha sido ainda atingido faz com o que o homem seja impelido a agir. As normas perdidas, confiáveis e válidas são retomadas como provocação, crítica, utopia e motivação para que o mundo de cada um se mantenha ativo na direção dessas normas<sup>214</sup>.

Rösen assume que a humanidade é, portanto, “algo perdido”, porém pelo que vale a pena enlutar-se, de modo a que seja reinserida como meta para a ação dos sujeitos. Reconhecer que o projeto antigo de humanidade falhou não deve ser um empecilho para que se volte a pensar nele enquanto horizonte possível. O tom de suas propostas em relação ao tratamento do trauma pela consciência histórica é o de esperança no futuro. Em outras palavras, pode-se afirmar que Rösen acredita que não se deve abandonar a ideia utópica e ideal-típica de uma humanidade digna de ser alcançada, em seus ideais de justiça e igualdade, mesmo frente às experiências catastróficas do século XX. A ideia de humanidade surge em sua teoria como impulsionadora da ação dos sujeitos em direção a

---

<sup>214</sup> RÜSEN, Jörn. Como dar sentido, p. 204.

um ponto em comum, o ponto de uma “civilização em aperfeiçoamento”, capaz de se reorientar *apesar* dos traumas sofridos em seu passado.

O luto surge, nesse sentido, como estratégia cognitiva para o reconhecimento da perda. Reconhecer a necessidade de luto é levar a sério que é preciso trazer à tona o passado com todas as suas cores mais assustadoras, prostrar-se diante dele e silenciar-se por algum tempo. O luto é a estratégia mental do silenciamento, não do silenciamento paralisante ou opressor, mas daquele silêncio que precede a ação reorientada. Muito embora o trauma destrua todas as possibilidades de a consciência histórica encontrar em sua própria cultura histórica os elementos de que necessita para reordenar o tempo desestruturado, a estratégia cognitiva do luto, como apresentada por Rüsen, é uma saída possível para o não recalçamento das dores causadas pela crise catastrófica responsável pelo trauma<sup>215</sup>.

Trata-se, sobretudo, de um ato de recuperação da humanidade frente à destruição do gênero humano pelos próprios humanos do passado. Ao tratar do trauma como experiência mais dramática da perda de algo, abre-se caminho para que se enxergue novamente a possibilidade de se construir algo no presente semelhante àquilo que foi perdido no passado. A partir do momento em que a consciência histórica, em sua estratégia de crítica temporal, separa o presente do passado traumático, ela abre a possibilidade de tematizar essa experiência assustadora através do luto. Assim, a qualidade assustadora perturbadora do passado pode finalmente ser associada exclusivamente àquilo que ocorreu no passado, e não mais enquanto algo que perdure e impeça as constituições narrativas de novos sentidos históricos, no presente. Com isso, não se nega o ocorrido, muito menos se afasta dele na constituição da identidade histórica no presente, porém, não se permite mais que o traumático impeça a constituição de sentido histórico a partir de seu acontecimento gerador<sup>216</sup>.

Dessa forma, Rüsen busca, com a sua proposta de enlutamento e perdão, que se escape do moralismo binário “vítimas/algozes” e, com isso, abrir a chance para que se perdoe efetivamente aqueles que descendem dos que cometeram e sofreram com atos desumanos. Perdoar, segundo Rüsen, é uma atitude pré- e pós-moral, que é atravessada por valores universalistas. A partir do momento em que se abandona o ressentimento em relação à experiência traumática do passado, a consciência histórica pode caminhar sobre o terreno das novas possibilidades no presente. Possibilidades essas, que surgem a partir

---

<sup>215</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Como dar sentido, p. 201.

<sup>216</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Cultura faz sentido, p. 156-157.

da aceitação de que não se pode mudar o passado em seu nível acontecimental, mas é possível transformá-lo em seu nível de significado para o presente<sup>217</sup>. Para formular a questão nos termos de Bevernage, o passado, de fato, é irreversível, mas os seus efeitos no presente não devem ser irrevogáveis. É, portanto, pelas vias do perdão, segundo Rüsen, que os sujeitos recuperam a si mesmos, as suas próprias identidades, a partir do instante em que tematizam o luto histórico como estratégia cognitiva<sup>218</sup>.

Aquelas pessoas que ainda sofrem, no presente, as consequências dos acontecimentos traumáticos do passado, através do perdão, libertam-se da carga pesada de serem vítimas. É-lhes tirado um peso de seus ombros, o peso que lhes impede, no limite, de serem vistas enquanto sujeitos de suas próprias ações. As vítimas deixam de ser vistas como faltosas de um futuro que não se concretizou no passado e passam a ser vistas como capazes de construir, no futuro, aquilo que lhes foi amputado pela experiência traumática do passado. Do mesmo modo, em sentido contrário, os descendentes dos criminosos, no presente, libertam-se do peso moral de terem sempre as suas identidades pautadas no absurdo desumano das ações de seus antepassados. A ambos, pois, é devolvida a possibilidade de serem humanos; de serem inteiros, ainda que em pedaços<sup>219</sup>.

As atitudes cognitivas do luto e do perdão, em detrimento do recalque da experiência traumática, na teoria de Rüsen, podem ser comparadas às atitudes da *destraumatização pela historicização* e da *traumatização secundária*, de que trata o autor. “Destraumatizar” o evento traumático por meio da sua historicização leva muitas vezes ao recalque pois, segundo Rüsen, com isso a qualidade especificamente traumática do passado é colocada para trás, em prol de uma estratégia cognitiva de inserção do acontecimento na cultura histórica. Dessa forma, a transformação do acontecimento em história priva-o daquilo que nele é especificamente traumático<sup>220</sup>. A historiografia, nesse sentido, funciona como uma “prática cultural da distraumatização”, justamente porque destaca o acontecimento traumático de seu contexto mais amplo referente àquela nacionalidade. Por exemplo, o Holocausto, ao invés de ser visto como parte do processo histórico alemão geral, é alocado em uma área de estudos específica, quase que transformado em algo alheio à história alemã. Especializar, portanto, é uma forma de se

---

<sup>217</sup> É nesse sentido que Rüsen afirma que se pode “melhorar” o ontem. Ver: RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem?, p. 259-290.

<sup>218</sup> RÜSEN, Jörn. Cultura faz sentido, p. 157-158.

<sup>219</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Cultura faz sentido, p. 155-159.

<sup>220</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Zerbrechende Zeit, p. 175-177.



esquivar da responsabilidade de enfrentar o passado traumático de frente. Relega-se, assim, ao acontecimento traumático um espaço específico dentro da cultura histórica, tornando-o praticamente intocável. O risco que daí decorre é o de transformar o acontecimento traumático em um “mito” e, por mais que seja encorajado estudá-lo, ele permanece distante daquele povo no sentido de estar destacado de sua história nacional.

A destigmatização pela historicização é, no entanto, bastante comum em nossa cultura histórica contemporânea. Rüsen menciona oito estratégias, as quais dizem respeito a formas de se “destigmatizar” e, assim, reordenar o tempo e estabilizar momentaneamente a identidade. O trauma é, então, normalizado dentro da cultura histórica, transformado em algo passível de ser observado e discutido (em museus, por exemplo). Entretanto, segundo Rüsen, as estratégias da destigmatização não dão cabo daquilo que é específico do trauma, o que implica no recalçamento de suas reverberações no presente. O trauma não deve ser tratado como fazendo parte de uma história cheia de sentido e significado porque ele simplesmente é resultado de uma experiência *sem sentido*. A ausência de sentido, pois, é o específico do trauma e necessita, ela mesma, ser trazida para dentro da narrativa histórica que deseja orientar-se através dele.

São nesses termos que se pode afirmar que Rüsen sugere a ausência de sentido como sentido histórico passível de ser articulado mediante o processo de luto e de perdão<sup>221</sup>. Ao invés de buscar historicizar o trauma, Rüsen sugere uma maneira diferente de se elaborar narrativas históricas a partir da experiência traumática, a qual ele chama de *traumatização secundária*:

Este conceito significa que é preciso mudar o modo de fazer história. Penso em uma nova narrativa histórica, na qual os eventos traumáticos narrados deixam traços no próprio padrão de significância que governa o trabalho interpretativo dos historiadores. A narrativa precisa desistir de seu caráter fechado, de sua suave cobertura que abriga a cadeia de eventos. Precisa expressar sua perturbação no escopo dos procedimentos metódicos de interpretação, bem como nos procedimentos narrativos de representação<sup>222</sup>.

Essa nova narrativa não deve esconder os horrores do passado traumático; pelo contrário, deveria representá-los no máximo de sua fidelidade assustadora, independentemente do quão dolorosa tal atitude venha a ser. A experiência traumática

---

<sup>221</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. Zerbrechende Zeit, p. 178.

<sup>222</sup> RÜSEN, Jörn. Como dar sentido, p. 199.

necessita de ser reconstruída no presente em sua máxima significância para a cultura histórica contemporânea: como um “buraco negro de sentido”, como o próprio Rüsen definiu o Holocausto. Não se trata mais de tentar aderir sentido a essa experiência, até porque esta é uma experiência sem sentido, sem qualquer relação com aquilo que se pretende constituir enquanto futuro. Mesmo assim, é necessário que se encare tais tipos de experiências em sua qualidade de desestabilizadoras, para que se compreenda que os horrores que ocorreram durante o Holocausto, por exemplo, não estão isentos de voltarem a ocorrer. O horror da experiência traumática deve servir, nesses termos, para que se prontifique contra qualquer tipo de atitude semelhante no presente. Dessa maneira, a experiência desprovida de sentido pode vir a servir para que se constituía sentido futuro, além dela.

O perdão surge na teoria de Rüsen como horizonte possível de ser alcançado quando não se tenta mais esconder o trauma da constituição de sentido histórico, no presente. Ele é a cura das feridas, ainda que fiquem cicatrizes. Perdoar é, ainda assim, uma atitude constante que requer atenção e revisão. Perdoar não é uma ação que estanca o sangramento da ferida causada pela experiência traumática de uma vez por todas. Ela é, antes, uma atitude resultado de um longo processo de aceitação da ausência e da dor, proveniente do enlutamento. O presente continuará, reiteradas vezes, revirando o passado traumático e fazendo com que seja necessário agir através da perspectiva oferecida pelo perdão. Uma vez que a experiência traumática rompeu derradeiramente com as possibilidades daquela cultura histórica de gerar sentido para a ação, no presente e no futuro, é de se esperar que o trauma perdure, mesmo que a estratégia da traumatização secundária tenha sido bem-sucedida.

Como em nossas vidas pessoais, os traumas sofridos por uma determinada sociedade que compõe uma cultura histórica são constantemente revividos, seja por nós mesmos, seja por movimentos e grupos sociais. Não se trata de querer excluí-los, portanto, ou tentar fazê-los sumir nas brumas da historicização do passado, pois isso seria como tentar esquecê-los. Trata-se, isso sim, de tentar perdoar os erros, crimes e os mais desumanos atos cometidos por nossos antepassados, para que possamos, assim, novamente acreditar em um futuro que una as metas de ação do presente em direção a um futuro mais humanitário, ainda que de maneira utópica.

Rüsen afirma, entretanto, que não há nenhuma cultura do luto e do perdão desenvolvida pelas sociedades modernas. Há tentativas, como nos casos de pedido de perdão público, mas ainda é uma questão em aberto se será possível, ao reconhecer a

inumanidade dos atos do passado, restabelecer a humanidade como categoria universal e intercultural, capaz de evitar mais uma vez o “choque das civilizações<sup>223</sup>”.

A proposição de Rösen em torno do luto histórico e da traumatização secundária, entretanto, parece-nos adequada na medida em que traz para dentro do curso histórico a experiência sem sentido, sem que, com isso, busque-se conceder sentido a ela. O que ocorreu de aterrorizante e desumano no passado jamais deixará de ter ocorrido, é verdade. Entretanto, isso não deve significar, segundo o autor, que estes acontecimentos devem ter a força para continuarem aterrorizando as gerações futuras:

Os choros das vítimas, os risos dos perpetradores e o eloquente silêncio dos espectadores morrem quando o curso do tempo adquire sua forma histórica normal para orientar as pessoas dentro dele. A traumatização secundária é uma chance de dar voz a esse conjunto de desumanização. Ao lembrá-la este jeito, o pensamento histórico abre a possibilidade de prevenir a desumanização de seguir adiante<sup>224</sup>.

A possibilidade de se humanizar através do trauma não prevê a anulação, mas antes a compreensão deste enquanto experiência que parte do humano como sujeito que vive no tempo e sofre com suas contingências. O reconhecimento da possibilidade de o humano ser capaz de tamanha barbárie, entretanto, deve servir para que evitemos que atos semelhantes ocorram no futuro, e não para que nos paralisemos e desistamos da humanidade como projeto, como utopia.

---

<sup>223</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido*, p. 158-159. Rösen afirma, no prefácio desse mesmo livro (ver: p. 13), que o seu objetivo é: “reabilitar a categoria do todo e, correspondendo a esta, a de uma razão comprometida com a verdade na formação de sentido cultural em geral e na sua especificidade científica em particular”. Ou seja, Rösen busca restabelecer a possibilidade de se pensar o todo, ao mesmo tempo em que o insere num contexto de crítica racional típica da prática científica, mas tendo como base a certeza de que a ciência, por ser uma prática cultural, parte da vida cotidiana e deve servir a ela em seu produto de conhecimento. Agindo dessa forma, ele advoga em torno de uma ciência da história preocupada em interpretar o passado e constituir sentido para o presente de maneira a promover uma “cultura do reconhecimento”, capaz de evitar o “choque das civilizações”, de que o 11 de setembro de 2001 é exemplo paradigmático. Ver: RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido*, p. 21.

<sup>224</sup> RÜSEN, Jörn. *Como dar sentido*, p. 200.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões às quais chegamos, ao término deste trabalho, já foram apresentadas, de maneira espaçada, durante os próprios capítulos que o compõe. Buscamos mostrar, ao fim de cada seção, como concluímos nossas linhas de raciocínio através da teoria da história de Rüsen.

Durante os primeiros dois capítulos, que versam sobre a categoria de sentido da história, apresentamos a teoria de Rüsen sob o ponto de vista inicial da questão “para que serve a história?”. Tentamos mostrar, dessa forma, que a teoria desse autor se pretende muito mais ampla do que uma teoria voltada para a compreensão do que fazem os historiadores, exclusivamente. Por mais que no primeiro momento de sua sistematização, Rüsen apresente o seu pensamento muito mais voltado para a constituição de sentido mediante narrativa histórica científica, já aqui é possível enxergar elementos de sua argumentação que, mais tarde, viriam a ser ampliados. Suas preocupações intermitentes com a Didática da História<sup>225</sup> e com o ensino de história de maneira geral são exemplos disso. Rüsen prevê uma teoria da história preocupada com a circulação do conhecimento histórico em *sociedade* (e isso inclui, como espaço de aprendizagem histórica, além das escolas, os museus, os arquivos, os filmes, as músicas, a televisão etc.<sup>226</sup>).

Dessa forma, no primeiro capítulo, apresentamos como o autor constrói sua teoria em torno da categoria de sentido da história, levando em consideração elementos pré-dispostos em sociedade, aos quais a consciência histórica se relaciona no momento em que exerce a sua capacidade criadora. Assim, demonstramos como para o autor o sentido “da” história tornou-se em sentido “das” histórias. Essa pluralização é constante no

---

<sup>225</sup> A didática da história pode ser entendida, através da teoria de Rüsen, como uma área de pesquisa da ciência da história na qual os pesquisadores estão interessados nos “processos de aprendizado” do conhecimento histórico, o que “vai bem além dos recursos pedagógicos do ensino escolar de história”. Na primeira versão de sua teoria da história, Rüsen reserva um espaço diminuto à questão da didática. Entretanto, na sua versão mais atual, Rüsen destaca o papel da didática de forma bem mais complexa. Ver: RÜSEN, Jörn. História viva, p. 85-94 (esp. p. 87); RÜSEN, Jörn. Teoria da história, p. 247-275. Para uma leitura realizada por historiadores brasileiros sobre a didática da história, tanto enquanto área de pesquisa alemã, como na teoria de Rüsen, ver: MARTINS, Estevão C. de Rezende. História: consciência, pensamento, cultura, ensino. *Educar em revista*, n. 42, p. 43-58, 2011; CERRI, Luís Fernando. Didática da história: uma leitura teórica sobre a história na prática. *Revista de História Regional*, v. 15, n. 2, p. 264-278, 2010; CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011; CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008; SADDI, Rafael. Didática da História como subdisciplina da ciência histórica. *História & Ensino*, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010; SADDI, Rafael. O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada. *Acta Scientiarum*, v. 34, n. 2, p. 211-220, jul./dez. 2012.

<sup>226</sup> Ao definir as dimensões do *aprendizado histórico*, Rüsen afirma que este torna-se “formação histórica como metacompetência do aprender, como aprender o aprender”. RÜSEN, Jörn. História viva, p. 117.

pensamento de Rüsen e, talvez, a sua marca mais singular. Rüsen se relaciona com correntes de pensamento muitas vezes divergentes às das tradições que mais lhe servem de base (as tradições Iluminista e Historicista), isso para tornar o seu modo de enxergar o conhecimento histórico em sociedade o mais plural e diversificado possível.

Ainda que sua teoria deixe de aprofundar vários elementos de tal pluralidade (por exemplo: as questões trazidas pela história das mulheres, as quais poderiam culminar em análises sobre os movimentos feministas hoje<sup>227</sup>), para nós, o fato de Rüsen construir uma tão ampla leitura sobre o conhecimento histórico abre espaço para que outros pesquisadores, preocupados em destacar a pluralidade em detrimento da unilateralidade, baseiem suas pesquisas nas propostas teóricas deste autor alemão.

Sendo assim, o sentido deixa de ser etéreo e passa a ser enraizado no chão do cotidiano das vivências dos mais diversos grupos sociais. Exatamente por isso, Rüsen não se priva de destacar a responsabilidade dos próprios historiadores em combater o etnocentrismo e os demais preconceitos que tornam a convivência entre os seres humanos, desumana. Pode-se afirmar, ainda que isso seja discutível, que a sua teoria da história chega a ser fortemente normativa, em se tratando da categoria de humanismo relacionada à noção de sentido da história. Este sentido não pode ser mais “um único”, simplesmente porque a sociedade está repleta de movimentos e de questionamentos que derrubam qualquer justificativa unilateral e preconceituosa para a constituição da própria identidade. Para Rüsen, não reconhecer o outro como parte de si mesmo no momento de constituição identitária não apenas é algo desumano, como também é algo irrealista nos tempos atuais. Em outras palavras, não há identidade que se mantenha firme em uma discussão racional, baseando-se em argumentos que não prezem pelo reconhecimento do outro como parte fundante de si.

Encerramos o nosso primeiro capítulo demonstrando como a compreensão de Rüsen sobre a categoria de sentido da história o faz divergir da de Max Weber, importante fundamentação para a sua teoria da história. O elemento prévio da orientação para a ação, na teoria da Rüsen, faz com que ele discorde e critique o pensamento de Max Weber, de que os elementos da realidade social se encontram desorganizadas e caoticamente dispostos, o que leva o cientista social a ter de organizá-los e lhes *conceder* sentido. Por isso, reforçamos a ideia de que, para Rüsen, trata-se de uma *constituição* de sentido, e não de uma concessão ou atribuição. Não se concede sentido à história, porque o passado já

---

<sup>227</sup> Ver: RÜSEN, Jörn. História viva, p. 58.

chega ao presente imbuído de sentidos, estes sendo provenientes dos seres humanos do passado e de suas necessidades de darem sentido às suas próprias vidas.

Perpassada, então, a discussão em torno do elemento prévio da categoria de sentido da história para Rüsen, demonstramos, no capítulo dois, como este autor descreve o processo de constituição *narrativa* do sentido das histórias. Ora, é notório que para Rüsen as histórias, para fazerem sentido, precisam ser contadas e a melhor forma de fazer isso é através de uma narrativa. Conta-se uma história para que seja possível estabelecer uma conexão cheia de sentido e significado entre passado, presente e futuro. Com isso, não é que o autor se contradiga no que afirmamos no capítulo anterior. Ao defender a ideia de que a constituição narrativa de sentido é resultado do exercício de criação da consciência histórica, Rüsen não está negando o aspecto previamente dado do sentido. Ele está dando destaque, isso sim, também à possibilidade de a subjetividade humana criar novos elementos de sentido e significado para os acontecimentos do passado, no presente.

É através de sua ideia de narrativa histórica que o sentido das histórias ganha feições simultaneamente objetivas e subjetivas; que ele dialoga com o que foi elaborado pelos demais seres humanos no passado, ao mesmo tempo em que exerce o seu poder de criação do novo, no presente. É através, também, de sua compreensão de narrativa histórica que podemos compreender como o conhecimento histórico, para Rüsen, é um “assenhorar-se do passado” e, no limite, uma atividade cognitiva que leva o sujeito à libertação<sup>228</sup>. Liberta-se do passado à medida que se desenvolve a própria consciência histórica em direção a níveis mais complexos de compreensão da experiência do passado. O tempo pretérito é aberto, então, em suas possibilidades de significar muito mais do que apenas os elementos prévios de sentido, constituintes das tradições.

A libertação frente ao recalçamento das experiências do passado nos leva, da temática da constituição narrativa de sentido histórico, à nossa próxima: a do trauma histórico. É justamente pensando na possibilidade de libertar do caráter opressor que os sentidos prévios das experiências do passado podem ter que Rüsen apresenta a chance de se “melhorar o ontem”. E ele assim o faz tendo como foco de análise uma das experiências mais aterrorizantes da história recente da humanidade: o Holocausto. De que maneira é possível libertar-se dele? Seria provável uma constituição narrativa de sentido histórico,

---

<sup>228</sup> “Com a aptidão para expandir o limite de tolerância da experiência histórica, a formação histórica abre ademais uma chance de liberdade. Liberdade como superação dos recalques forçados e de suas consequências, da constante repetição do recalçado”. RÜSEN, Jörn. História viva, p. 109.

para as identidades alemãs e judias, principalmente, tendo como base esse acontecimento do passado?

O terceiro capítulo de nosso trabalho buscou mostrar como Rüsen responde a essas questões, tendo como base a ideia de que a traumatização secundária pode abrir as portas dos passados mais perturbadores para um horizonte de perdão através do luto. Rüsen sugere o luto como estratégia mental para se superar o trauma no presente. “Superar” não no sentido de apagar, mas no sentido de entender que a experiência do passado não pode ser esquecida (às vezes, sequer compreendida), mas que ela pode, sempre, receber outros direcionamentos para o presente. A traumatização secundária é apresentada por Rüsen, sobretudo como uma proposta para se evitar que tais acontecimentos tão perturbadores voltem a ocorrer no presente.

Jörn Rüsen se destaca, portanto, no cenário atual de teoria da história, como um dos teóricos que mais bem contornam as amplitudes complexas do conhecimento histórico em sociedade. Ainda que a sua teoria da história não seja isenta de falhas, notadamente em suas proposições universalistas que apresentamos no decorrer de nosso trabalho, é no mínimo admirável a ousadia deste autor alemão de propor maneiras de se superar o trauma. Antes disso, é ousada a atitude de Rüsen de revalidar a categoria de sentido da história em um mundo ocidental que sofre cotidianamente com as consequências dos atos daqueles que, no passado, acreditaram ter em suas próprias mãos o destino da humanidade, “o” sentido da história e que, por isso, cometeram as mais diversas atrocidades, os mais desumanos crimes à humanidade.

## REFERÊNCIAS

- ACHAM, Karl. A compreensão histórica entre ceticismo e arbitrariedade: algumas considerações sobre as variantes recentes do relativismo histórico e cultural. *História da historiografia*, v. 7, p. 201-224, 2011.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1987.
- ANKERSMIT, Frank R. The three levels of “*Sinnbildung*” in historical writing. In: RÜSEN, Jörn (org.). *Meaning and representation in history*. Oxford: Berghahn Books, 2008, p. 108-122.
- ARTURI, Calos S. O debate teórico sobre a mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17, p. 11-31, 2001.
- ASSIS, Arthur Alfaix. A didática da história de J. G. Droysen: constituição e atualidade. *Revista Tempo*, v. 20, p. 1-18, 2014.
- ASSIS, Arthur Alfaix. Jörn Rüsen's Geschichtstheorie und die Funktion der Form. *Erwägen, Wissen, Ethik*, v. 22, n. 4, p. 493-495, 2011.
- ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*. Goiânia: Editora UFG, 2010.
- ASSMANN, Aleida. Transformations of the modern time regime. In: LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (Org.). *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013, p. 39-56.
- BEVERNAGE, Berber. *History, Memory, and State-Sponsored Violence: Time and Justice*. New York/London: Routledge, 2012.
- BEVERNAGE, Berber. Time, presence, and historical injustice. *History and Theory*, v. 47, p. 149-167, 2008.
- BEVERNAGE, Berber; AERTS, Koen. Haunting pasts: time and historicity as constructed by the Argentine *Madres de Plaza de Mayo* and radical Flemish nationalists. *Social History*, v. 34, n. 4, p. 391-408, 2009.
- BODEI, Remo. *A história tem um sentido?*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.
- BLANKE, Horst Walter. Geschichtstheorie und Wissenschaftsgeschichte. Vier Anmerkungen zu Rüsen's *Historik*-Konzeption. *Erwägen, Wissen, Ethik*, v. 22, n. 4, p. 501-503, 2011.
- BLANKE, Horst Walter; FLEISCHER, Dirk; RÜSEN, Jörn. Theory of history in historical lectures: the german tradition of *Historik*, 1750-1900. *History and Theory*, v. 23, n. 3, p. 331-356, 1984.



CALDAS, Pedro Spinola Pereira. A atualidade de Johann Gustav Droysen: uma pequena história de seu esquecimento e de suas interpretações. *Locus*, v. 12, n. 1, p. 95-111, 2006.

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

CARR, David. Which Way is East? Rösen's *Historik*. *Erwägen, Wissen, Ethik*, v. 22, n. 4, p. 508-509, 2011.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERRI, Luís Fernando. Didática da história: uma leitura teórica sobre a história na prática. *Revista de História Regional*, v. 15, n. 2, p. 264-278, 2010.

COMPAGNONI, Almir Muncio. “*Em cada museu que a gente for carrega um pedaço dele*”: compreensão do pensamento histórico de crianças em ambiente de museu. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 83-106, 2005.

DE JONG, Henk. Historical Orientation: Jörn Rösen's Answer to Nietzsche and his Followers. *History and theory*, v. 36, n. 2, p. 229-243, 1997.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29 – 60, 2004.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, 2012.

FULBROOK, Mary. *A concise history of Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GERMINARI, Geysa Dongley. *A história da cidade, consciência histórica e identidades de jovens escolarizados*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

GERTZ, René E. O historicismo e a moderna história social alemã. In: VARELLA, Flávia Florentino et al. (Org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 149-168.

GREDEL, Marlene Teresinha. *De como a didatização separa a aprendizagem histórica do seu objeto: estudo a partir da análise de cadernos escolares*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Schwarcz, 1987.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

IGGERS, Georg G. Critique/Kritik. *Erwägen, Wissen, Ethik*, v. 22, n. 4, p. 532-534, 2011.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: \_\_\_\_\_. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-61.

LEMON, M. C. *Philosophy of History: A Guide for Students*. London: Routledge, 2003.

LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber. Introduction. In: \_\_\_\_\_. *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013, p. 7-35.

LORENZ, Chris. History and theory. In: WOOLF, Daniel; SCHNEIDER, Axel (Org.). *The Oxford history of historical writing*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 13-35.

LOTZE, Hermann. *Mikrokosmos: Ideen zur Naturgeschichte und Geschichte der Menschheit: Versuch einer Anthropologie*. Leipzig: Hirzel, 1923.

LÖWITH, Karl. *O sentido da história*. Lisboa: Edições 70, 1991.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

LÜBBE, Hermann. Esquecimento e historicização da memória. *Estudos históricos*, v. 29, n. 57, p. 283-298, 2016.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História: consciência, pensamento, cultura, ensino. *Educar em revista*, n. 42, p. 43-58, 2011.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: VARELLA, Flávia Florentino. et al. (Org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 15-48.

MEDEIROS, Daniel Hortêncio de. *A formação da consciência histórica como objetivo do ensino de história no ensino médio: o lugar do livro didático*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MEGILL, Allan. History, memory, identity. In: \_\_\_\_\_. *Historical knowledge, historical error: a contemporary guide to practice*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 41-53.

MEGILL, Allan. Jörn Rüsen's Theory of Historiography between Modernism and Rhetoric of Inquiry. *History and Theory*, v. 33, n. 1, p. 39-60, 1994.

MOSES, A. Dirk. *German intellectuals and the Nazi past*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: \_\_\_\_\_. *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História*. Aracaju: Editora UFS, 2011.

PAUL, Herman. A collapse of trust: reconceptualizing the crisis of historicism. *Journal of the Philosophy of History*, v. 2, n. 1, p. 63-82, 2008.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. Transformações das experiências do tempo e pluralização do presente. In: VARELLA, Flávia Florentino. et al. (Org.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 9-30.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÜSEN, Jörn. *Für eine erneuerte Historik*. Studien zur Theorie der Geschichtswissenschaft. Stuttgart-Bad Cannstatt: Fromann-Holzboog, 1976.

RÜSEN, Jörn. Explicação narrativa e o problema dos construtos teóricos de narração. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, n. 3, p. 97-104, 1987.

RÜSEN, Jörn. Reflexão sobre os fundamentos e mudança de paradigma na ciência histórica da República Federal Alemã. In: NEVES, Abílio; GERTZ, Rene (Org.). *A nova historiografia alemã*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1987, p. 14-40.

RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da “nova-transparência”. *História: questões e debates*, v. 10, n. 18/19, p. 303-328, 1989.

RÜSEN, Jörn. História entre a modernidade e a pós-modernidade. *História: questões e debates*, v. 14, n. 26/27, p. 116-131, 1997.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit: über den Sinn der Geschichte*. Köln: Böhlau, 2001.

RÜSEN, Jörn. How do overcome ethnocentrism: approaches to a culture of recognition by history in the twenty-first century. *History and Theory*, v. 43, p. 118-129, 2004.

RÜSEN, Jörn. *History: narration – interpretation – orientation*. Oxford: Berghahn Books, 2005.

RÜSEN, Jörn. *História viva*. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. Sense of history: what does it mean? With an outlook onto reason and senselessness. In: RÜSEN, Jörn (org.). *Meaning and representation in history*. Oxford: Berghahn Books, 2008, p. 40-65.

RÜSEN, Jörn. The horror of ethnocentrism: westernization, cultural difference, and strife in understanding non-western pasts in historical studies. *History and Theory*, v. 47, p. 261-269, 2008.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da historiografia*, v. 2, p. 163-209, 2009.

RÜSEN, Jörn. Holocaust experience and historical sense generation – a german perspective. In: DIAWARA, Mamadou; LATEGAN, Bernard; RÜSEN, Jörn. *Historical memory in Africa: dealing with the past, reaching for the future in an intercultural context*. Oxford: Berghahn Books, 2010, p. 165-185.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora UFPR, 2010, p. 129-150.

RÜSEN, Jörn. Basic Issues of Cultural Interaction: A European Perspective. *Journal of Cultural Interaction in East Asia*, v. 2, p. 5-14, mar. 2011.

RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011, p. 259-290.

RÜSEN, Jörn. *Historik: Theorie der Geschichtswissenschaft*. Köln: Böhlau, 2013.

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Petrópolis: Vozes, 2014.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SADDI, Rafael. O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada. *Acta scientiarum*, v. 34, n. 2, p. 211-220, 2012.

SADDI, Rafael. Didática da História como subdisciplina da ciência histórica. *História & ensino*, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010.

SOUTHGATE, Beverley. Postmodernism. In: TUCKER, Aviezer (Org.). *A companion to the philosophy of history and historiography*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 540-549.

SCHRÖKEN, Rolf. *Begegnungen mit Geschichte*. Vom außerwissenschaftlichen Umgang mit der Historie in Literatur und Medien. Stuttgart: Klett-Cotta. 1995.

SCHÖRKEN, Rolf. *Geschichte in der Alltagswelt: wie uns Geschichte begegnet und was wir mit ihr machen*. Stuttgart: Klett-Cotta. 1981.

SPIEGEL, Gabrielle. The future of the past: history, memory and ethical imperatives of writing history. *Journal of the Philosophy of History*, v. 8, p. 149-179, 2014.

STÜCKRATH, Jörn. “The meaning of history”: a modern construction and notion? In: RÜSEN, Jörn (org.). *Meaning and representation in history*. Oxford: Berghahn Books, 2008, p. 65-89.

VARELLA, Flávia Florentino. et al. (Org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2008.

YANOMAMI, Davi Kopenawa. Sonhos das origens/Descobrimos os brancos. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/narrativas-indigenas/narrativa-yanomami>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: \_\_\_\_\_. *Metodologia das ciências sociais*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 107-154.

WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. *História da historiografia*, v. 1, p. 19-44, 2008.

## Declaração de autenticidade

Eu, \_\_\_\_\_, CPF n. \_\_\_\_ . \_\_\_\_ . \_\_\_\_ - \_\_\_\_, inscrito no Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília (UnB), declaro a autenticidade e veracidade do conteúdo desta dissertação intitulada “Além dos muros da academia: sentido da história e trauma histórico na obra de Jörn Rüsen (1983-2013)”, por mim elaborada, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em História.

Declaro ainda estar ciente que, caso seja comprovado plágio, réplica ou compilação neste trabalho, o mesmo será desconsiderado pela coordenação do curso, acarretando na minha reprovação no mesmo.

Brasília, DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

Assinatura: \_\_\_\_\_